

Celino José Rodrigues da Silva

MONTEMOR-O-NOVO

Recomendações para a Salvaguarda e Valorização Integradas da Zona Antiga



Vila de Montemor-o-Novo, Pier Maria Baldi (séc. XVII)



Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
apresentada à Universidade de Évora

Orientador: Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Évora, Abril de 2010

Agradecimentos

Sem o valioso contributo do meu orientador, professor Virgolino Ferreira Jorge, cuja amizade, generosidade e saber muito me ajudou, este trabalho de dissertação não teria sido possível.

Agradecimentos também extensivos a familiares, amigos, e companheiros de há anos partilhando experiências em várias frentes da defesa do património, que não me regatearam a sua solidariedade e o seu apoio, bem como à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, e aos seus serviços, que me disponibilizaram a informação requerida.

Resumo

A partir de um modelo que observa as condições de desenvolvimento de uma cidade, **fez-se uma extrapolação para procurar comprovar que uma política de recuperação e valorização integradas do património arquitectónico e paisagístico da cidade tem impactos significativos em todos os domínios que reflectem as condições de desenvolvimento do sistema urbano.**

Assim, pode concluir-se a necessidade urgente da implementação de medidas de conservação numa perspectiva integrada, no plano da cultura e património, como factores de desenvolvimento, com reflexo directo e indirecto na diversificação das actividades económicas, na preservação dos factores e testemunhos da identidade local e regional, na modernização do tecido urbano e na qualidade de vida.

Apresentaram-se um conjunto de propostas de trabalho em que se sublinha o papel da administração local como fundamental na definição e direcção dos programas, a necessidade de **responsabilização da administração central na definição de políticas e desenvolvimento de mecanismos eficazes de reabilitação do património, bem como o papel dos agentes sociais, económicos e culturais da cidade e do concelho, e das respectivas populações residentes, sem a participação efectiva dos quais uma política de conservação integrada do núcleo antigo, ou de qualquer outro centro histórico, está condenada ao fracasso.**

A mobilização de vontades e recursos económicos de toda a comunidade é factor essencial para a defesa, reabilitação e valorização do conjunto urbano.

Teve-se em conta que, qualquer intervenção no tecido edificado e humano do núcleo **antigo, também não pode estar desligado de um trabalho consequente de planeamento e gestão de toda a cidade.**

Montemor-o-Novo - Recommendations for the integrated preservation and rehabilitation of the Historic Center

Abstract

This dissertation focuses on a model that provides a framework for the development conditions of a city and aims at demonstrating that a policy of integrated preservation and rehabilitation of both the architectural and the natural heritage of the city has a **significant impact on all areas that reflect the development conditions of the urban system.**

The implementation of integrated conservation measures aiming at the cultural and architectural heritage should, thus, be considered as an immediate need. As factors of development, they will have direct and indirect effects on the diversification of economic activities, the preservation of local and regional identity, the modernization of the urban fabric and on quality of life.

The set of working proposals presented highlight the role played by the local authorities in the definition and management of programmes, the central government's responsibility to define and develop effective instruments for the rehabilitation of the built heritage, the role played by the social, cultural and economic agents of both the city and of the council and by their resident population. Without the active participation of those agents and of the inhabitants, any policy of integrated conservation to be carried out in this or in any other historic centre is doomed to fail.

The entire community's will, motivation and economic resources, is essential for to protect, rehab and upgrade the urban environment. The community's will and the mobilization of their economic resources are of paramount importance to ensure the safeguard and rehabilitation of the urban environment

It was also considered that any intervention in the built and human fabric of the ancient core, can not be disengaged of a subsequent planning and management of the entire city. Furthermore, any intervention upon the built and the human environment of the city's historic core should be fully integrated into the subsequent planning and management of the whole city.

Índice

Introdução	1
1. Centros históricos e pressupostos de salvaguarda e conservação integradas	4
1.1. Do monumento, ao conjunto histórico e à cidade histórica	4
1.2. Pressupostos fundamentais da conservação integrada	5
1.3. Que metodologia de abordagem de um processo de salvaguarda e valorização de um núcleo histórico urbano?	11
2. A Zona Antiga de Montemor-o-Novo	17
2.1. Localização e enquadramento histórico	17
2.1.1. Situação e sítio	18
2.1.2. Enquadramento histórico e evolução urbana	20
2.2. Estado actual da investigação	26
3. Modelo de análise das condições de desenvolvimento urbano	41
3.1. Abordagem às condições de desenvolvimento da cidade	41
3.2. A cultura e o património como motores das condições de desenvolvimento de Montemor-o-Novo	43
4. As três áreas fundamentais da zona antiga de Montemor-o-Novo	47
4.1. O Castelo	47
4.2. A área habitacional do centro histórico	56
4.3. A zona do rio Almansor	71
5. Metodologia de Intervenção	77
6. Contribuições para uma actuação integrada na zona antiga – premissas e propostas	80
6.1. Objectivos e premissas de actuação	80
6.2. Propostas de trabalho	86
6.2.1. Castelo	86
Muralhas e torreões	87
Requalificação paisagística da muralha principal (norte) do Castelo	87
Portas e torres	88
Igreja de S. João Baptista	88

Nova iluminação pública e ambiental do Castelo e envolvente	89
Infra-estruturas	89
Miradouros do Castelo para a envolvente	89
Recuperação e reabilitação do antigo Convento da Saudação	90
A mata do Castelo	91
Outros espaços livres e acessos no interior do Castelo	91
Equipamento com mobiliário urbano	91
Salvaguarda das ruínas da igreja de Santa Maria do Bispo	92
Antiga casa da Guarda	92
Antiga casa Condessa de Valenças	92
Um circuito de visita ao Castelo	92
O projecto arqueológico de investigação, conservação, restauro e musealização	93
Divulgação da investigação e documentação histórica e interpretativa	94
Nova sinalética	94
Serviços de gestão na área do Castelo	94
Acessos ao Castelo e inter-faces com a zona habitacional do centro histórico	95
Aquisição da antiga igreja de S. Vicente e elaboração de programa funcional e projecto de reabilitação	96
Parque de Escultura	97
6.2.2. Rio Almansor	97
6.2.3. A área habitacional do centro histórico	100
Bibliografia	108
Anexos	

Introdução

Montemor-o-Novo é uma pequena cidade portuguesa, com cerca de 8298 habitantes¹, cujo núcleo histórico, um dos mais importantes dos pequenos núcleos urbanos do Alentejo Central, se apresenta ao residente, ao cidadão comum e ao investigador, como um espaço urbano deprimido, desertificado, em estado de degradação física e desvitalizado.

Reflecte, contudo, uma longa história, valiosos testemunhos no plano material e imaterial.

Montemor é das cidades e culturas mais estudadas por historiadores: da história de arte, da história das instituições, relações de poder, actividades económicas, sociais e culturais, usos e costumes, hábitos de viver e habitar, usufruto de recursos, relações de classe, exploração da terra e dos homens, uso e posse da terra, profissões e actividade artesanal, administração municipal, etc. Não são estes aspectos que nos vão ocupar nesta dissertação. Mas, sim, o que encontramos, hoje, de autêntico e identitário das várias épocas histórias que a cidade e os homens atravessaram, ao longo de séculos, até aos nossos dias e numa perspectiva de desenvolvimento.

Vai interessar-nos deitar um olhar, e procurar ver, a importância do património construído, erudito e popular, que a zona antiga da cidade e o conjunto da cidade encerram, e que documentam actualmente um passado que importa relevar e legar, em condições de ser fruído, às gerações futuras.

Os aspectos já estudados serviram-nos e servem para sublinhar a sua importância como testemunhos que importa não deixar perder, e observá-los e encará-los de um ponto de vista do desenvolvimento da urbe, no domínio da integração territorial, da sua identidade e autenticidade, da qualidade urbana e da sua base social e económica.

¹*Atlas das Cidades de Portugal*, , INE, 2002, pág. 278.

O título encerra um conceito que não é inocente, que remete para zona antiga e não centro histórico.

De facto, desejamos falar da valorização da zona antiga não apenas numa perspectiva estrita centrada sobre aquilo a que é chamado o “núcleo histórico”, ou “centro histórico” e assim identificado, como conceito geográfico, no plano e respectiva cartografia do chamado Plano de pormenor de salvaguarda do centro histórico de Montemor-o-Novo, que estudou a cidade até finais do século XIX.

Entendemos que a cidade, ou a Zona Antiga, teve, historicamente, dois centros fundadores, evidentes para o observador pelo seu património edificado: o núcleo urbano originário, na zona delimitada pelas muralhas do Castelo (com referências à cultura romana e visigótica, primeiro, e, depois, à ocupação muçulmana - com muito poucos testemunhos conhecidos, ainda hoje -, e início do período da sua reconquista, até, grosso modo, ao início do século XIV) e um outro (a partir do século XIV), em que as populações se começaram a instalar no arrabalde, convivendo com dificuldade com a zona do Castelo, despovoando sistematicamente o recinto protegido pelas muralhas (definitivamente abandonado a partir de inícios de Setecentos).

Há, portanto, um referente patrimonial, histórico, arquitectónico e arqueológico diferenciado, ainda que contínuo, no plano da evolução urbana de Montemor-o-Novo, que nos leva a sublinhar a necessidade de estarmos perante uma “zona antiga” e não, apenas, perante um centro histórico que, habitualmente, é entendido, e foi assim compreendido durante anos, como a zona habitacional do arrabalde.

Para nós, interessa-nos, assim, sublinhar que o enfoque desta dissertação é a salvaguarda e valorização integradas de toda a parte da cidade que foi “constituída” desde os limites da vertente sul da colina do Castelo, da antiga zona amuralhada e da zona habitacional que cresceu a norte e nascente e que

representam um valor em si e perspectivas de desenvolvimento sustentadas, no futuro. No sentido em que a cidade é um todo.

E, no caso de Montemor, estamos perante uma cidade e região envolvente de que há referentes e testemunhos raros e de qualidade, desde as civilizações do Paleolítico, de que é exemplo a gruta do Escoural, centenas de testemunhos do período megalítico, visigótico, da ocupação romana, passando pelo período muçulmano, pós-reconquista, até aos nossos dias.

Mas, queremos olhar, estudar um pouco, reflectir e recomendar eventuais propostas de trabalho para a zona antiga, sobretudo, sem esquecer a sua relação com a envolvente directa, e não ignorando a respectiva inserção na sua “região”, que historicamente testemunha um espaço e um tempo mais vastos de dezenas de milhares de anos, com projecção no futuro.

Uma das razões fundamentais deste trabalho tem a ver com a necessidade de se fazer inscrever no discurso e na prática política, presente e futura, a urgência de preservar e valorizar o património edificado de Montemor-o-Novo.

Objectiva-se, igualmente, um olhar para o núcleo antigo do ponto de vista das “pessoas”, as do presente e do futuro, que o vivem e que devem continuar a tê-lo habitável e com actividade económica, social e cultural efectivas. Uma visão sobre a memória colectiva e a identidade do lugar que seja um factor de desenvolvimento, a partir desses recursos. Sob pena de, dentro de algumas dezenas de anos, estarmos perante um lugar do passado, um outro-lugar, apenas simbólico, sem vida, em ruína, e cujos testemunhos físicos quase se perderam, ou desapareceram mesmo, por abandono, como aconteceu à cidade intramuros, o chamado castelo, praticamente esquecida durante séculos.

É preciso evitar - e nisso devemos estar empenhados - que a zona antiga de Montemor-o-Novo se transforme num espaço residual da cidade, ou zona de carácter turístico, feira do património, desligada da vida dos residentes da cidade contemporânea, destino sentimental apenas, e um deserto humano.

1. Centros históricos e pressupostos de salvaguarda e conservação integradas

1.1. Do monumento, ao conjunto histórico e à cidade histórica

As Cartas e Recomendações internacionais, a partir da década de 1930, vieram estabelecer e fixar doutrina sobre a salvaguarda e valorização do património.

Neste trabalho, não é nosso objectivo fazer a história detalhada do “estado da arte” neste domínio. Ela está feita, em múltiplas publicações monográficas. Apenas sublinhar os aspectos fundamentais que foram informando o conceito de conservação integrada, objecto de abordagem desta dissertação.

A Carta de Atenas¹ releva um conjunto de recomendações e considera, em síntese: i) deve haver uma atenção particular à protecção da envolvente dos sítios históricos; do abandono da reconstituição integral dos edifícios e a necessidade de se evitarem os riscos de ausência da conservação regular e permanente; iii) a manutenção da ocupação dos monumentos ou a sua reafecção respeitando o seu carácter histórico ou artístico; iv) a possibilidade de aceitação e utilização de novos materiais; e v) aponta a necessidade da inventariação e estudo, essenciais para informar o processo de preservação. A Carta de Atenas, estabelece métodos para o restauro, valoriza a envolvente dos monumentos e questiona a utilização dos monumentos (os usos perigosos para a sua segurança e incompatíveis com o seu carácter artístico e/ou histórico).

Mas, é a Carta de Veneza², em 1964, que constitui o documento doutrinário estruturante para a conservação do património arquitectónico. Desde logo, assume como essenciais que os princípios que devem presidir à conservação e ao restauro dos monumentos sejam produzidos em comum e formulados, no plano internacional, deixando, no entanto, a cada país o cuidado de assegurar a sua aplicação no quadro da sua própria cultura e das suas tradições. Há, portanto, em resultado de mudanças significativas, sociais, económicas e

¹ Adoptada no I CIAM – Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Atenas, 1931.

² Adoptada no II CIAM, Veneza, 1964.

políticas, e também no plano técnico e disciplinar da conservação do património, após a confrontação da II Guerra Mundial, um deslocamento das ideias do património, enquanto domínio cultural, para aspectos novos que as ciências sociais e do urbanismo vieram a impor.

A doutrina avança para a conservação integrada dos valores patrimoniais de origem erudita e dos valores de afirmação de uma cultura dita “popular”, ou tradicional, o que significa que passam a ser os contextos culturais totais a determinar esta nova forma de conservar ou reabilitar o património e não o monumento ou o monumento e a sua envolvente, apenas. Estão, assim, lançadas as bases da doutrina da conservação integrada.

Mas, alguns anos mais tarde, com a Carta Europeia do Património Arquitectónico³, em 1975, e na linha das orientações antes enumeradas, acresce o conceito de conservação integrada (Artº 7º.), que abrange não apenas os monumentos de um valor excepcional e o seu enquadramento, mas, igualmente, os conjuntos, bairros de cidades e vilas que apresentem um interesse histórico ou cultural (Artº. 1º.). **Todo** o património urbano e a construção vernacular que hajam adquirido significado cultural, com o passar do tempo, passam a ser considerados no conceito de conservação integrada dos sítios histórico-culturais.

1.2. Pressupostos fundamentais da conservação integrada

Como pressupostos fundamentais da conservação integrada considere-se que:

- a) a reabilitação dos centros históricos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível sem alterações significativas da composição social dos residentes e de tal forma que todas as camadas sociais beneficiem de uma operação financiada pelos dinheiros públicos;
- b) a conservação integrada assume uma visão prospectiva e de sustentabilidade dos sistemas urbanos históricos;

³ Adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, em 26 de Setembro de 1975 e proclamada no Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, em Amesterdão, de 21 a 25 de Outubro de 1975.

- c) o património urbano é um todo, um sistema, que impõe actuações sobre todos os elementos do mesmo sistema;
- d) é necessário construir a adaptabilidade das estruturas físicas, dos espaços urbanos e das infra-estruturas;
- e) prevalece a regeneração (ou seja a reabilitação mais a revitalização) sobre a preservação;
- f) impõe a criação de condições de sustentabilidade da base económica local actual e potencial;

Quando falamos de “núcleos históricos”, ou “centros históricos”, de facto, não nos referimos apenas e só aos edifícios, pois, os elementos físicos são apenas um dos aspectos a considerar. A estrutura física é apenas uma parte da realidade.

O estado dos edifícios são uma consequência de questões a montante, que vêm antes, resultante da quebra de população, do processo de enfraquecimento do tecido económico e do emprego, da actividade do comércio e serviços de proximidade, da perda de funções urbanas, desertificação e abandono, envelhecimento do tecido social e falta de capacidade reivindicativa dos residentes, do enfraquecimento da vida associativa, da vida cultural, desadequação dos equipamentos e infra-estruturas.

É, assim, necessário ter presente que a chave do problema dos núcleos históricos não está no “físico”, mas, sobretudo, nas outras vertentes, antes referidas. Importa, portanto, desenvolver estratégias, políticas e instrumentos operacionais que encarem o património urbano como um todo.

A intervenção só é capaz de lidar com os problemas desde que a avaliação permita conhecer, o melhor possível, todas as “patologias” do sistema urbano a recuperar e revitalizar: nos edifícios, no social, no económico, cultural e funcional. De facto, num núcleo histórico, a “doença” está espalhada por vários domínios. E a leitura, a avaliação, a definição de uma estratégia, a definição de políticas e a escolha das opções instrumentais é dinâmica e deve ter em conta todas as condições de desenvolvimento do sistema urbano.

Isto é: a atitude estratégica para travar a batalha, ou, melhor, a guerra, do futuro de salvaguarda e reabilitação de um núcleo histórico, ou uma zona antiga, representa um trabalho de longa duração, intervém sobre as mais variadas dimensões ou vertentes do sistema, deve ter em conta que o meio envolvente é variável e a capacidade de adaptabilidade é essencial.

Uma atitude fundamental, também, que se impõe aos decisores, executores do plano e das acções programadas, é a noção de que os problemas, sintetizados atrás, do núcleo histórico não estão no próprio Centro Histórico, mas fora dele. E estão “fora” dele as questões relacionadas com as dificuldades financeiras de locadores e locatários; a inexistência de medidas legislativas e administrativas centrais que deveriam ser um facto real e reforçadas e tornadas eficazes no país, nas regiões e, em particular no interior; o crescimento das zonas “novas” e o respectivo investimento imobiliário; a fuga da população jovem e adulta para as novas urbanizações por falta de adequação dos fogos e infra-estruturas urbanas na zona antiga; a saída ou encerramento de comércio de proximidade porque a falta de população residente, ou a sua quebra, ao longo de décadas, assim o tem imposto.

Ir às causas de fundo é essencial, e actuar sobre elas é muito urgente. Descobrir os factores que assegurem a sustentabilidade do núcleo histórico é uma exigência. E essa descoberta deve ser feita caso a caso. Cada núcleo histórico é um caso específico. A visão da cidade no seu todo tem a ver com a cidade que existia, que existe, e com a cidade em expansão. Logo, o objecto da conservação integrada é toda a cidade. E esta forma de abordar o núcleo antigo, contraria uma certa visão expansionista da cidade. Estamos longe do enfoque apenas sobre a zona antiga, quando se tratava de reflectir e encarar medidas de salvaguarda e valorização, numa atitude que “separava” o núcleo histórico do urbanismo da cidade em expansão.

Hoje, a nossa sociedade está apetrechada com doutrina e cultura técnica e política que permite afirmar a necessidade da conservação do centro antigo integrado num conceito de urbanismo e ordenamento do território. Não

obstante, estamos, ainda, longe de saber e ser capazes de extrair daí todas as consequências, que nos conduzam, efectivamente, a uma prática de gestão das cidades e vilas históricas que as salvguarde e valorize de forma sustentada.

Para fazer face aos custos da recuperação do núcleo urbano, da conservação e manutenção do edificado histórico, como é o de Montemor-o-Novo, as ajudas financeiras do Estado, devem ser adequadas.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico, já em 1975, equacionou estas questões, mas Portugal, em atraso crónico, relativamente a outros países, continua a aguardar que as recomendações internacionais sejam aplicadas e que uma política nacional de recuperação do património seja definida e implementada. Definida, discutida e posta em execução pelo Estado central, administrações regionais e locais, de acordo com os níveis de atribuições, competências e meios adequados.

Não basta, portanto, ratificar as cartas internacionais. É preciso, igualmente, tomar consciência e tirar as ilações respectivas de que o património arquitectónico não poderá sobreviver se não for apreciado e defendido pelas populações e nomeadamente pelas novas gerações. Daí o acento tónico a colocar, também, nos programas educativos, que devem, a todos os níveis, preocupar-se sobremaneira com esta questão.

É indispensável também encorajar as organizações privadas – locais, regionais, nacionais e internacionais que possam contribuir para despertar o interesse das pessoas pelo património.

A breve prazo, no caso português, e na região do Alentejo, se não for implementada uma nova política, urgente, de protecção e conservação integrada do nosso património, e em particular no caso de Montemor-o-Novo, a nossa sociedade terá que renunciar a boa parte da sua cultura e dos sítios que enformaram o seu quadro tradicional de vida, por séculos de história, de saberes e saber-fazer, que constituem a sua identidade.

O que está em causa proteger, hoje, são as cidades e vilas históricas e os bairros antigos, para além, dos parques e jardins históricos. E a protecção destes conjuntos não pode ser concebida se não numa perspectiva global e tendo em conta todos os edifícios que têm um valor cultural, dos mais prestigiosos aos mais modestos. Esta protecção global completará a protecção pontual de monumentos e sítios mais isolados.

A preservação da continuidade histórica é essencial para a manutenção ou a criação de um quadro de vida que permita ao homem encontrar, descobrir e transmitir, a sua identidade e de experimentar um sentimento de segurança face às rápidas e violentas mutações da sociedade actual. E, hoje, por maioria de razão, pois já passaram mais de três décadas sobre a reflexão feita em 1975, sem que haja uma efectiva mudança de mentalidades.

Diz-nos a proclamação do Congresso de Amesterdão, de Outubro de 1975, que “a tomada em consideração dos factores sociais condiciona o êxito de toda a política de conservação integrada”⁴. Isto pretende significar que é imperioso que se trabalhe para a integração do património arquitectónico, o erudito e o vernáculo, na vida social. Mas não na vida social que imaginamos para oferecer apenas ao turista que potencialmente é atraído pela singularidade de certos testemunhos culturais. A medida é não apenas desenvolver esforços de “conservação” cultural dos edifícios, mas igualmente ter em conta o seu “valor de uso”, pela sociedade actual.

Mas será que a reabilitação do património arquitectónico, de uma parte da cidade, é uma operação necessariamente mais cara do que uma construção nova, edificada sobre uma zona já infra-estruturada, ou mesmo a construção de um conjunto sobre um local não urbanizado? Aos custos estimados, em projecto e obra, nas situações atrás citadas, há sempre que “somar os custos sociais em todas elas, e, também, os custos de conservação e manutenção de espaços, de

⁴ *La Conservation du Patrimoine, Recueil de Chartes et Autres Guides*. Edição preparada para o Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial, ICOMOS, Canadá, 1990, pág.19.

infra-estruturas, mobilidade e transporte, que se somam à expansão desenfreada da cidade em expansão”⁵.

A administração local, que gere uma parte do rendimento nacional e local para a manutenção e conservação e a oferta de serviços urbanos, vê-se penalizada com a dispersão de meios, com encargos, às vezes, incomportáveis.

De facto, recuperar uma zona antiga, é procurar manter vivo um centro no qual estarão interessados os seus proprietários, locatários, mas igualmente o comércio e os serviços de proximidade, assegurando a vida local e a administração.

A Carta de Washington (1987), ou carta internacional das cidades históricas, alarga as preocupações de aprofundamento da conservação integrada a todas as cidades do mundo “enquanto expressão material da diversidade das sociedades através da história, sendo, por esse facto históricas”⁶. É um dos mais importantes complementos havidos sobre a Carta de Veneza (1964). A salvaguarda das cidades, grandes ou pequenas, das vilas, dos centros ou dos bairros históricos “deve fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social”⁷. Este novo texto (ver Preâmbulo respectivo) define os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas⁸.

Enquanto a Carta de Atenas e a Carta de Veneza centravam as suas preocupações de um ponto de vista eurocêntrico para com o património de todo o mundo, a Carta de Cracóvia⁹ (2000), valoriza a diversidade de culturas e patrimónios. A paisagem e o território são partes integrantes das cidades históricas e da acção do ser humano sobre a natureza. Este instrumento, pela

⁵ Ob. cit., pág. 20.

⁶ Carta de Washington - Carta Internacional das Cidades Históricas, 1987 (preâmbulo e definições).

⁷ Ob. cit. (princípios e objectivos).

⁸ Ob. cit.

⁹ Carta de Cracóvia, 2000 (Edição DGEMN).

primeira vez, assinala os perigos do turismo cultural, como um risco potencial para a salvaguarda do património.

1.3. Que metodologia de abordagem de um processo de salvaguarda e valorização de um núcleo histórico urbano?

Um instrumento fundamental para preparar uma intervenção dinâmica é a avaliação prospectiva do sítio urbano e da sua relação com a envolvente. E esse instrumento começa por um diagnóstico, não apenas como um retrato do estado socioeconómico, da qualidade intrínseca dos espaços e actividades, da evolução do construído, da sua valia histórica e cultural, mas, também, das perspectivas de evolução, debilidades e potencialidades.

E impõe que se estabeleça uma visão de futuro, desejável. É com essa atitude que o futuro pode ser construído, para as pessoas que vivem a realidade presente e para aquelas que dele vão usufruir. Conhecer e intervir no presente, com os olhos no futuro, impõe que o diagnóstico permita orientar o planeador para:

- A recriação do potencial do núcleo histórico, da cidade e da região;
- A definição de objectivos para um longo período de tempo;
- O questionamento permanente sobre se estamos a fazer o que devemos, ou não; e
- Inovar, e não procurar imitar outras experiências¹⁰;

Numa actuação sempre com a consciência de que estamos a lidar com a incerteza. E pensar e agir sempre com uma atitude de procurar recriar e modificar o estado de coisas.

A actuação estratégica num núcleo histórico a salvaguardar e valorizar, num contexto como é o caso da generalidade dos centros históricos, e do de Montemor-o-Novo em particular, no plano da conservação integrada, as perguntas devem ser:

¹⁰ SILVA, Celino, *Planeamento Estratégico - Natureza, Problemas, Estudos de Caso* - Dissertação de Licenciatura, Universidade de Évora, 1995 (policopiada).

- **o que convém fazer?** Devemos responder que é necessário diagnosticar e avaliar as ameaças e oportunidades do meio envolvente¹¹. O núcleo histórico corre graves riscos;

- **o que podemos fazer?** Impõe-se ter em conta as nossas forças e fraquezas internas, avaliá-las e potenciá-las ou minimizá-las;

- **o que queremos fazer?** É de considerar, com o máximo rigor, a nossa missão, valores éticos e culturais, a doutrina da conservação integrada desenvolvida até ao momento, as aspirações que nos movem na defesa da qualidade de vida das pessoas e do património cultural construído, em resultado de múltiplos saberes, ao longo de séculos...

- **o que vamos fazer e como?** Implica, como resposta, proceder a escolhas, utilizar instrumentos e elaborar planos e projectos de trabalho, e nesse **como** não há que hesitar em saber identificar, discutir, detectar contradições e encarar conflitos a resolver, contratualizar, estabelecer consensos;

- **com quem vamos fazer?** Na *polis*, é fundamental considerar e saber trabalhar com os parceiros-chave no processo: os residentes, os proprietários, os comerciantes, os agentes culturais, sociais, as instituições da cultura, do desporto, da educação, as instâncias políticas e administrativas, enfim, a todos os níveis.

Quanto à participação da população, é importante que esta se sinta, tanto quanto possível, um actor efectivo no processo, e não apenas alguém que fala mas não sente que é ouvido¹².

No plano da conservação integrada de um núcleo histórico, é indispensável definir, construir, tanto quanto possível, um eficiente processo de reflexão, decisão e acção. E jamais perder o rumo, a direcção. Ou seja, procurar saber,

¹¹ Ob. cit.

¹² A Carta de Washington, no seu artº. 3º., sublinha expressamente que "a participação e o envolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda [...] através da necessária consciencialização de todas as gerações [...] uma vez que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes".

sempre, determinar, oportuna e conscientemente, em que direcção devem ser canalizadas as energias e os recursos disponíveis.

A conservação do património arquitectónico é, portanto, um dos grandes objectivos do planeamento urbano e do ordenamento do território.

Logo, o plano e a sua gestão não devem ser tratados de forma fraccionada: de um lado, o núcleo histórico; do outro, a cidade em expansão. Isto, não obstante, termos que considerar que têm especificidades próprias. Há que coordenar, portanto, as regras ditas normais do planeamento, com as regras específicas exigíveis de protecção da zona histórica.

Uma das estratégias da gestão da cidade é produzir o inventário dos edifícios, dos conjuntos urbanos e sítios, incluindo a delimitação de zonas periféricas de protecção, o que a legislação portuguesa estabelece. Mas estes inventários e medidas de protecção, para serem bem aceites e compreendidos, exigem uma larga difusão, para toda a cidade, e não só aos interessados directamente. Tal inventário constitui uma base fundamental, de carácter qualitativo, para a gestão dessas áreas urbanas e fazê-lo conhecer por toda a cidade é colocar os respectivos residentes, proprietários e outros agentes económicos, sociais, culturais e políticos perante uma responsabilidade partilhada.

Uma política de conservação integrada exige um conjunto de instrumentos que são, para começar, e segundo as recomendações internacionais e as Cartas respectivas, a legislação, os meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos¹³.

É óbvio que tais meios e níveis de responsabilidade se repartem, constituindo-se o Estado central, e os seus órgãos de soberania como a primeira, e a principal, instância de poder com responsabilidades neste domínio.

¹³ Carta de Amesterdão, 1975, Artº. 8º.

A criação de instrumentos jurídicos adequados, administrativos, financeiros e técnicos são, assim, indispensáveis a todos os níveis da administração: nacional, regional e local.

Mas é notório, na nossa administração, que as práticas legislativas dos órgãos de governo vão exactamente ao arrepió de uma política integrada – que, como o nome indica, requer uma definição e implementação que mexa estruturalmente neste domínio do desenvolvimento da cidade – isto é, estão sempre em contraciclo das necessidades objectivas da salvaguarda e valorização do património. Veja-se a história das leis de bases do património, em Portugal, após a Revolução de 1974. Ainda aguardamos a regulamentação da Lei 107/2001¹⁴...

Estamos a fazer tábua rasa, como se não existisse, e nenhum governo se pode sentir disso desresponsabilizado, do artigo 9º. da Constituição da República Portuguesa que diz, expressamente, que são tarefas fundamentais do Estado “proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território”¹⁵.

Corremos o risco de que a breve prazo, no país, e na Região Alentejo em particular, a nossa sociedade tenha que renunciar a boa parte do seu património cultural, e da defesa da vida urbana nos centros antigos, centros estes que estruturaram o seu quadro natural de vida, por séculos de história, de saberes e saber-fazer, que constituem a sua identidade e autenticidade.

Vimos, quando abordámos o conceito de conservação integrada, que este reflete uma nova atitude sobre o património: a de que não nos interessam, apenas, os “registos” históricos edificados, a sua beleza e originalidade, enquanto tais, e tal como se nos apresentam hoje, mas, igualmente, assumir a sua apropriação, uso, ou re-uso, pela sociedade actual, e futura.

¹⁴ Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção do Património Cultural, Lei nº. 107/2001, de 8 de Setembro de 2001.

¹⁵ *Constituição da República Portuguesa*, 6ª. Revisão, Lisboa, Assembleia da República, 2004.

Isto remete-nos, mais uma vez para o conteúdo da referida Carta Europeia do Património Arquitectónico, quando esta sublinha que “o esforço de conservação deve ser medido não apenas pelo valor cultural dos edifícios mas igualmente pelo seu valor de uso”¹⁶.

E, quanto ao nosso objecto de estudo, observemos a zona habitacional do centro histórico, ou qualquer dos centros antigos da região alentejana ou do país. De facto, o observador confronta-se com equipamentos e um tecido edificado que não está adaptado, em boa parte, às funções habitacionais contemporâneas, em face dos espaços disponíveis, estado de conservação das construções, salubridade, iluminação, condições sanitárias, infra-estruturas e outros aspectos de conforto do edificado e dos espaços públicos, que as camadas jovens, e não só, buscam e foram encontrar nas áreas de expansão, nas últimas dezenas de anos. Constatamos que o valor de uso daquele específico tipo de edificado, com toda a história e carga simbólica e memória que encerra, não corresponde a padrões actuais. Mas isto não significa que estejamos perante um património desvalorizado. Não deixa, de facto, de ser um recurso económico, sendo, como é, um valor cultural, com características e potencialidades excepcionais.

É preciso encontrar para aquele tecido construído funções apropriadas, para que a sua população residente retome ou mantenha o gosto de aí viver e habitar. Conter, ou inverter, o processo de abandono, evitando, sobremaneira, a substituição dos estratos sociais residentes deve ser uma preocupação política fundamental.

A atitude de integrar o património edificado no desenvolvimento económico e social tem um efeito sério no reforço das relações de pertença e identidade. Assim, é sobremaneira inquestionável, para a sociedade em que vivemos, que uma política de conservação integrada do património de um centro antigo, mantém e arrasta novo emprego, actividades económicas diversificadas, melhoria e renovação das condições de habitação e de habitabilidade,

¹⁶ Ob. cit., pág. 19-20.

renovação de equipamentos, reforço da coesão social e dos laços comunitários em toda a cidade.

2. A Zona Antiga de Montemor-o-Novo

2.1. Localização e enquadramento histórico

Uma cidade, e Montemor-o-Novo não foge à regra, não é um simples conjunto de habitantes, mais ou menos heterogéneos, ou de um complexo habitacional, de equipamentos, de empresas, de espaços mais ou menos qualificados ou edifícios monumentais carregados de forte simbolismo.

Numa cidade também se inscrevem o papel do Estado, central e local, os processos de gestão urbana, a organização e os mecanismos de participação dos cidadãos, inseridos numa dada estrutura económica e social.

Inscrevem-se nos espaços urbanos diversos processos, hoje muitos deles novos, tais como a velocidade de inovação e de circulação de informação, que atingem sobretudo os grandes centros urbanos, economicamente mais fortes e com maior capacidade de atracção.

Sabemos também que uma cidade dinâmica e próspera atrai numerosa população, jovem e activa, que conduz a um acelerado crescimento demográfico e económico. E uma cidade em recessão, ou estagnação, grande ou pequena, desencoraja os que nela vivem, paralisa os movimentos da população em relação a ela, definha e morre.

O Alentejo é uma região cujo sistema urbano mostra bem a sua história e a notável riqueza patrimonial e diversidade cultural dos povos que nele se fixaram e viveram, ao longo de séculos, ou milénios.

Mas é também uma zona do país, que se caracteriza, hoje, por ter sido afastada, e penalizada, de processos de crescimento e desenvolvimento. São motivações deliberadas de condenação ao abandono. Em consequência, o Alentejo, no seu conjunto, desertifica-se e a sua população não se renova.

Existem, contudo, alguns centros urbanos, que vêm crescer a sua população, mas essencialmente à custa do despovoamento das áreas rurais, ou que, pela sua privilegiada localização, nos eixos de ligação regionais, ainda conseguem

desenvolver ou criar novas funções e apresentar potencialidades enquanto lugares centrais.

A cidade de Montemor-o-Novo apresenta alguns estrangulamentos, no seu desenvolvimento, do ponto de vista económico, social e urbanístico. Revela, todavia, grandes potencialidades, pela sua localização privilegiada e boas acessibilidades, condições ambientais, forte actividade social, cultural e desportiva, um património arquitectónico e arqueológico valioso, capacidade de planeamento e uma gestão dinâmica do poder local.

Cresce, de facto, a importância de Montemor-o-Novo como lugar central. Há dinâmica populacional, com crescente concentração na cidade.

2.1.1. Situação e sítio

A cidade de Montemor localiza-se no Alentejo Central, a 30 km da cidade de Évora - Património Cultural da Humanidade - possuindo uma zona antiga com importante significado patrimonial e cultural.

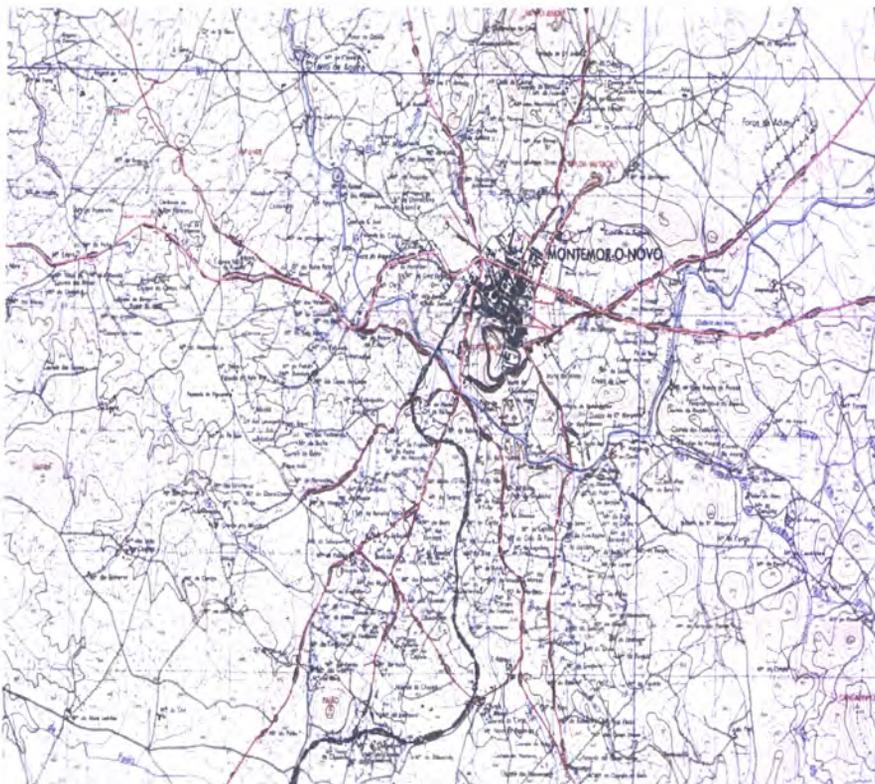


Ilustração 1- Enquadramento da cidade de Montemor-o-Novo
(Fonte: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo, 2000)

Montemor-o-Novo é a segunda maior cidade do distrito de Évora, do ponto de vista habitacional e na prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento económico.

A rede viária nacional liga o concelho de Montemor-o-Novo aos concelhos limítrofes de Évora, Arraiolos, Coruche, Montijo, Vendas Novas, Alcácer do Sal e Viana do Alentejo.

É através destas vias que se faz a ligação entre a cidade e as sedes de freguesia e outras povoações do concelho.

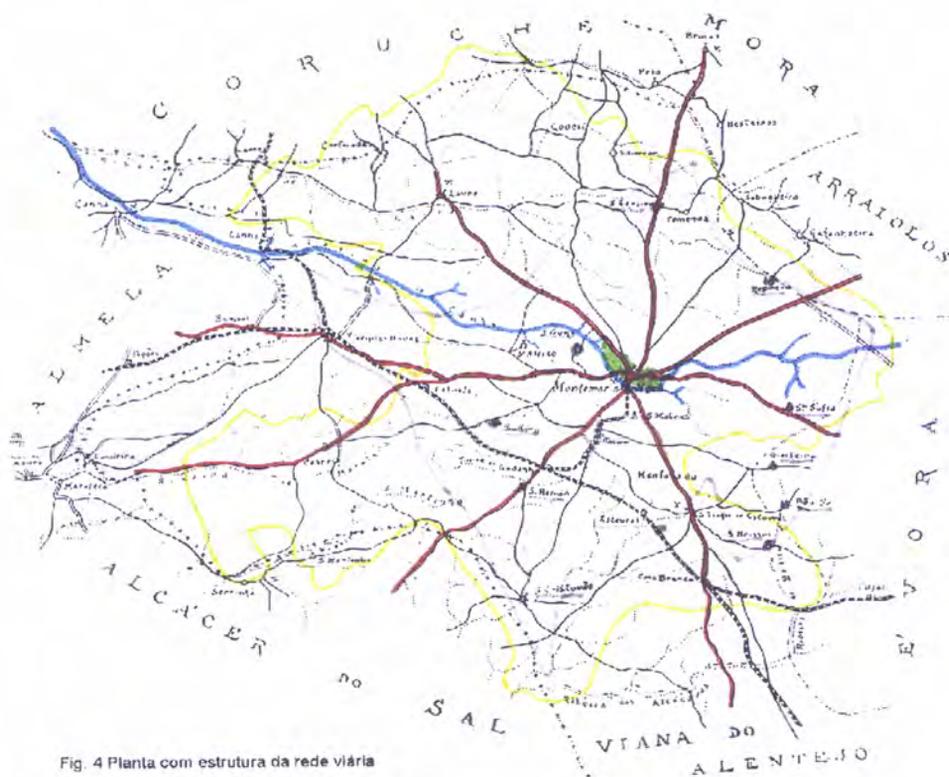


Fig. 4 Planta com estrutura da rede viária

Legenda

-  Rio Almansor
-  Rede viária
-  Limite do concelho no séc. XX
-  Couço
-  Termo do séc. XVII/XVIII

Ilustração 2 - Enquadramento e estrutura viária da região de Montemor-o-Novo
(Fonte: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo, 2000)

O IP7, agora em troço de autoestrada (A6), que contorna a cidade a norte, garante, pelo seu lado, o rápido acesso a Lisboa e Madrid (Espanha). A cidade situa-se num dos principais eixos norte-sul do país e faz a ligação rodoviária de Lisboa-Évora-Baixo Alentejo-Algarve.

2.1.2. Enquadramento histórico e evolução urbana

Montemor-o-Novo é uma cidade com origens muito remotas, presumivelmente de origem muçulmana. No entanto, o povoamento dos seus arredores é muito anterior.

Nas imediações da cidade têm-se encontrado achados arqueológicos romanos, mas outros monumentos provam-nos que este território já era habitado muitos séculos antes da invasão romana da Península Ibérica. Os povos pré-celtas deixaram-nos vários monumentos megalíticos.

O espaço territorial em que se constituiu o município de Montemor-o-Novo entrou na dependência do Reino com a conquista de Évora e vasta área envolvente, no tempo de D. Afonso Henriques.

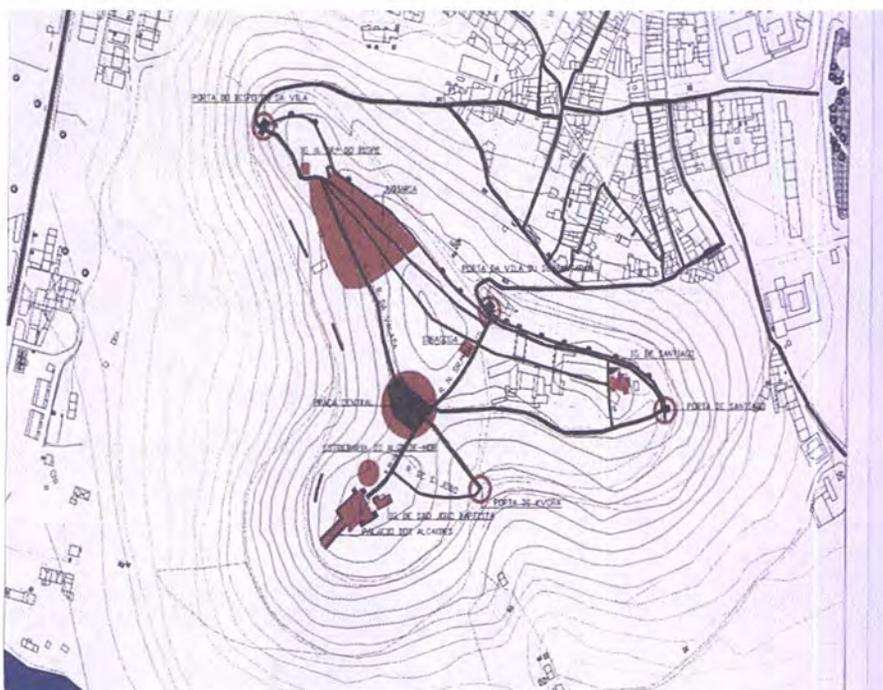


Ilustração 3 - Vila Muralhada de Montemor-o-Novo e rede viária - Época medieval
(Fonte: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico, 2000 - des.19- adapt.)

A antiga vila situou-se inicialmente na parte interior da muralha do Castelo, expandindo-se posteriormente pela encosta virada a norte, onde se desenvolveu a actual zona habitacional do centro histórico.

A antiga vila medieval tinha uma malha bem consolidada, envolvida por uma muralha no topo da colina do “montemaior”, apresentando, no séc. XIV, desenvolvimento urbano para fora da cerca.

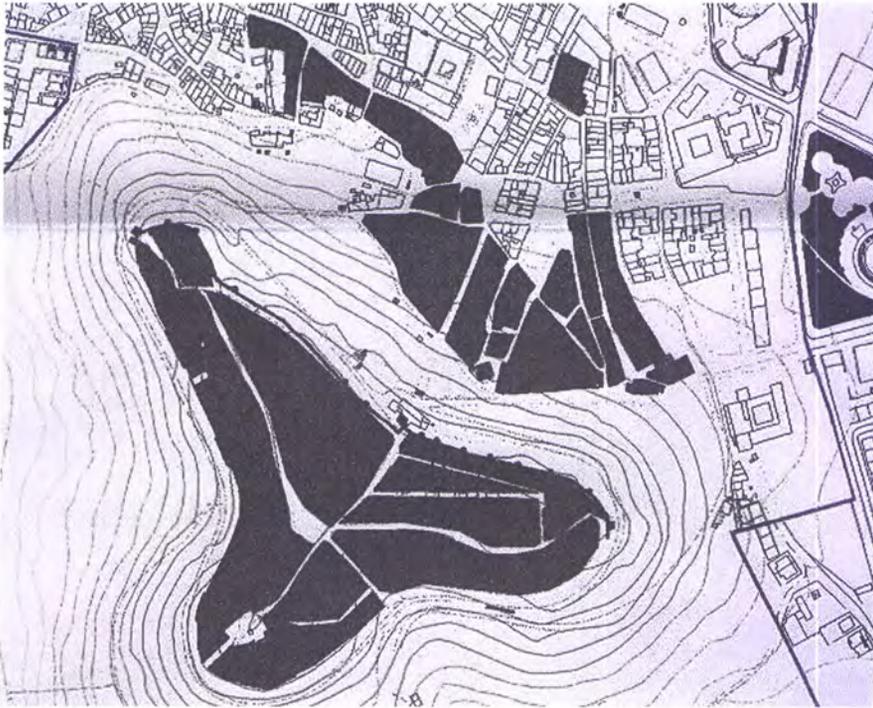


Ilustração 4 - Evolução Urbana de Montemor-o-Novo – séc. XIII-XIV
(Fonte: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico, des. 20- adapt.).

Este desenvolvimento respondia a necessidades objectivas das populações, com a construção de casas mais desafogadas, uma área ampla e à procura de maior abundância de água.

A malha urbana começa a desenvolver-se na encosta a partir da muralha norte, de forma orgânica, com uma relação estreita entre o tecido edificado e a

topografia do terreno. Segundo o Plano¹, a estrutura do “novo” núcleo, no arrabalde, vem a consolidar-se nos séculos XV e XVI.



Ilustração 5 - Evolução Urbana de Montemor-o-Novo - séc. XV
(Fonte: *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico*, des.21 - adapt.)

É no século XV que a antiga vila de Montemor-o-Novo atinge grande importância política e que resulta do crescimento da sua população e das actividades económicas. Neste século, a malha urbana é delimitada a norte por um caminho que, mais tarde, no século XVI, vem a constituir a actual R. 5 de Outubro (antiga Rua Nova).

¹ *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo*, vol. II - Estrutura Urbana, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2000, pág. 227.



Ilustração 6 - Evolução Urbana de Montemor-o-Novo, séc. XVI

(Fonte: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico, des. 23 - adapt.)

No século XVI (1527), a vila de Montemor-o-Novo já é constituída por cerca de 3600 habitantes.

Este desenvolvimento extramuros acelera-se até aos séculos XVII/XVIII, altura em que se concretiza o abandono do Castelo com a transferência dos edifícios administrativos para fora da zona amuralhada.

No século XVIII, já praticamente todas as actividades ligadas ao comércio funcionavam no arrabalde.



Ilustração 7 - Evolução Urbana de Montemor-o-Novo - séc. XVIII
(Fonte: *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico*, des. 24 - adapt.)

No final do século XIX, a Rua Nova estabelecia o limite norte da urbe e, na passagem do século XIX para o século XX desenvolvem-se novos arruamentos que estruturam um povoamento ainda disperso, constroem-se casas e novos equipamentos.

A vila, cidade a partir de 1988, sofreu um crescimento significativo no século XX, para norte, fracturada pela via de atravessamento oeste-este, a Avenida Gago Coutinho, que constitui, ainda hoje, o principal estrangulamento urbanístico, em resultado da existência dos troços de ligação da estrada nacional (EN n.º 4).



Ilustração 8 - Evolução Urbana de Montemor-o-Novo- sec. XX
(Fonte: Plano Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico, des.24 - adapt.)

O rio Almansor, que cinge a colina do Castelo do lado sul, desempenhou importante papel do ponto de vista económico e social, durante a Idade Média e até mais tarde, enquanto se manteve o processo de utilização da energia hidráulica para moagem.

O concelho, a cidade e, particularmente, o núcleo histórico, possuem um valioso património arquitectónico e arqueológico. Em suma, o património material e imaterial é muito rico e diversificado. Remontam ao Paleolítico os vestígios encontrados nesta região do país: grutas do Escoural e arte rupestre. Os testemunhos da cultura megalítica (neolítico e calcolítico) são muito abundantes. A região de Montemor-o-Novo e o Alentejo Central é mesmo uma

das mais ricas em monumentos megalíticos pela sua quantidade, diversidade e dimensão.

Mas não são apenas os vestígios pré-históricos que enriquecem a cultura do Alentejo Central e do concelho de Montemor-o-Novo. Testemunhos da presença romana e árabe, assim como das etapas históricas posteriores à Reconquista, constituem património invejável.

Montemor faz parte das redes patrimoniais de impacto a nível regional - rede de Castelos transversal (Montemor-o-Novo, Arraiolos, Évoramonte, Évora, Estremoz, Borba e Vila Viçosa) e

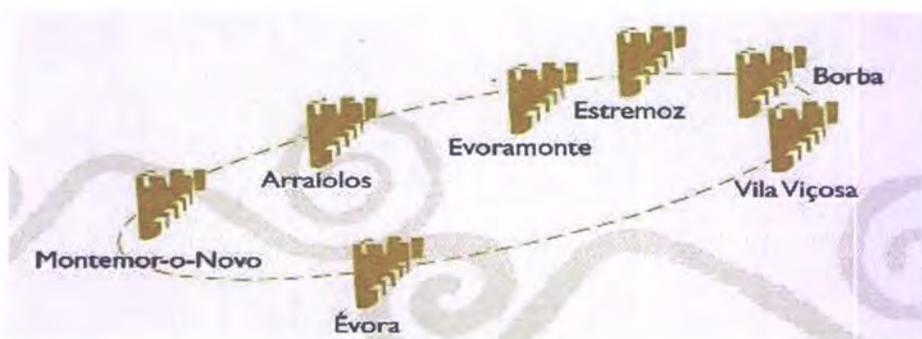


Ilustração 9 - Rede Transversal de Castelos do Alentejo Central
(Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo - adapt.)

o conjunto do seu património arquitectónico e urbanístico também inscreve a cidade e o concelho nos itinerários regionais com grandes potencialidades no plano do turismo cultural. O diálogo entre os centros urbanos permite uma melhor articulação e desenvolvimento das potencialidades regionais próximas, através da cooperação e intercâmbio, e que um centro antigo releva, porque valioso.

2.2. Estado actual da investigação

Uma abordagem com os objectivos apresentados implica que se procure conhecer a matéria produzida e publicada sobre a cidade antiga de Montemor-o-Novo.

Há múltiplos instrumentos de intervenção urbanística que reflectem o papel da administração local sobre a recuperação do centro antigo, nos últimos vinte e cinco anos. Estes estudos serviram-nos e servem para sublinhar a sua importância como testemunhos que importa não deixar perder, e observá-los e encará-los de um ponto de vista do desenvolvimento integrado da urbe, no domínio da integração territorial, da sua identidade e autenticidade, da qualidade urbana e da sua base social e económica.

O concelho e a cidade de Montemor-o-Novo foram objecto de múltiplas acções de planeamento, desde a década de 1960.

De seguida, e muito sinteticamente analisados, referimos alguns exemplos de estudos urbanos e sobre o planeamento, ordenamento e gestão do território, mais significativos, anotando as respectivas abordagens sobre o nosso objecto de estudo.

A expansão e desenvolvimento da cidade levou à execução, em 1963, do Antepiano de urbanização de Montemor-o-Novo² que, a par da caracterização e medidas de defesa do aglomerado, da definição da estrutura viária e da localização de uma área industrial junto à antiga estação da CP (Caminhos de Ferro), propunha cinco grandes zonas de expansão urbana.

Em 1979/1980 foi produzido o primeiro Plano Geral de urbanização de Montemor-o-Novo³, estudo que apoiou a gestão urbanística municipal durante vários anos. Este instrumento de planeamento dava particular destaque à salvaguarda do património histórico e artístico da, então, vila de Montemor-o-Novo. Compreendia acções no que se refere aos edifícios monumentais e imóveis classificados, ao conjunto dos edifícios de arquitectura vernácula, quarteirões antigos, malha urbana, ruas, terreiros, praças e largos, e estabeleceu uma delimitação da área do centro histórico.

² *Ante-plano de Urbanização de Montemor-o-Novo*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1963.

³ *Plano Geral de Urbanização de Montemor-o-Novo*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1980.

Dado o prolongado espaço de tempo que decorreu entre a sua aprovação pelos órgãos autárquicos e a expectativa de aprovação por parte da administração central, que nunca se concretizou, desencadearam-se alterações programáticas que obrigaram a Câmara Municipal a produzir um novo Plano Geral de Urbanização, em 1987⁴.

Começado a preparar em finais de 1985, com a criação de um grupo de trabalho específico, foi produzido um trabalho de elaboração de uma proposta de delimitação e gestão do centro histórico, concretizado em 1987⁵. Este estudo fazia uma análise sumária do processo de formação, evolução e do estado de degradação do núcleo antigo. Os seus objectivos tinham a perspectiva de iniciar uma “abordagem global do centro histórico”. E assinalava que a problemática “da conservação do património arquitectónico assentava genericamente no pressuposto de que estava ultrapassada de há muito a concepção da protecção de certos monumentos isolados”. Antes considerava a necessidade de abordar todo o conjunto histórico, fundando-se nas cartas e recomendações internacionais específicas.

A referida proposta era acompanhada de um regulamento e organização do processo de fiscalização, e sublinhava a necessidade de um diálogo permanente com a população e o apoio público aos processos de conservação arquitectónica, de iniciativa privada.

A proposta estimulava medidas para garantir, igualmente, a iniciativa directa dos poderes públicos na preservação do respectivo património e chamava a atenção para a necessidade de promoção de acções de animação cultural e o “aproveitamento turístico” das zonas protegidas.

Tal proposta de trabalho delimitava a área do centro histórico e era acompanhada de regulamento específico de obras. Propunha a criação de uma

⁴ No entanto, já em 1981 e 1982, a autarquia mandara elaborar um plano de ordenamento do concelho, que constituiu um importante elemento de apoio à gestão do território, até à elaboração do Plano Director municipal de 1991/1993.

⁵ *Proposta de Definição do Centro Histórico, Regulamento de obras e de Criação da Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património*, 1987, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Comissão Municipal de Arte e Arqueologia e Defesa do Património (CMAADP), apontando para esta um conjunto de competências técnicas, com a colaboração de diversos intervenientes dedicados à defesa do património.

A referida Comissão Municipal teria um funcionamento permanente, com vista, nomeadamente:

- à “emissão de pareceres sobre alterações exteriores em edifícios”;
- propôr à Câmara formas de “sensibilização da população para a aplicação do regulamento de obras” e a respectiva concretização, através da edição de desdobráveis, reuniões com moradores, exposições” e outras; e
- propôr “acções concretas de salvaguarda e valorização e apoiar a concretização das mesmas, através da definição de mobiliário urbano, sinalética, recolha de lixo, reformulação viária, reformulação de largos, e estudos sócio-económicos e condições de habitabilidade”.

À Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património também lhe era atribuída a competência de propôr a realização de “acções de animação sócio-cultural”, no sentido da “recuperação de tradições e festas populares”. Finalmente, deveria constituir um “ficheiro dos edifícios compreendidos na área delimitada com dados histórico-arquitectónicos, assim como outra documentação que “sirva de base ao prosseguimento dos objectivos da criação do centro histórico”. A referida Comissão dissolveu-se algum tempo mais tarde, e, até hoje, a experiência não voltou a ser retomada.

A planta de síntese elaborada pelos serviços municipais, e que acompanhava a proposta, cartografava, além dos imóveis e elementos classificados “monumento nacional”, as respectivas zonas de protecção e graduava o valor das edificações enquanto “imóveis de qualidade”, “imóveis com interesse”, “imóveis em ruína” e “imóveis desintegrados”. O regulamento de condicionantes estabelecia regras no que diz respeito às funções habitacionais, de comércio, indústria, no que diz respeito às questões de ampliação, melhoria das condições de habitabilidade, cêrcea e alinhamentos de fachada na

reconstrução de edifícios, materiais e acabamentos, coberturas e publicidade. A Câmara impunha que os projectos fossem acompanhados por um arquitecto e admitia a possibilidade de apoiar os proprietários na sua execução, desde que estes não tivessem, comprovadamente, meios financeiros para o efeito. Era admitida a eventual intervenção do município, sempre que se justificasse, na realização de prospecções arqueológicas, em função de determinados projectos e obras.

Tendo por base o Plano de Urbanização de 1979/1980, aprovado pelos órgãos autárquicos, mas nunca ratificado superiormente, e só parcialmente implementado, o plano de urbanização da cidade foi objecto de revisão em 87/90, o qual veio a ser ratificado em 26 de Junho de 1991.

A proposta de delimitação e gestão do Centro Histórico (1987), antes referida, elaborada pelos serviços municipais, veio dar maior consistência ao processo de planeamento da cidade, no que se refere à área urbana de Montemor-o-Novo, em sede deste novo plano de urbanização.

Assim, a área do centro histórico e a respectiva gestão passou a ser considerada a dois níveis, ou duas unidades urbanas, com o respectivo normativo:

1. A zona monumental histórica, com o Castelo e área envolvente; e
2. A zona urbana a conservar, correspondente à área entre o Rossio, a Rua Nova e a encosta do castelo.

O plano considerou prioritária a implementação das propostas relativas à área do centro histórico. Complementarmente, é considerada, neste plano, e pela primeira vez regulamentada a zona de protecção do rio Almansor, na envolvente sul da cidade, unidade de paisagem importante no sopé da colina do Castelo.

Em 1989, desenvolveu-se aquilo a que se chamou, numa primeira abordagem, “Estudos para a salvaguarda do centro histórico de Montemor-o-Novo”⁶ que, em síntese, equacionou os seguintes aspectos:

⁶ Trabalho produzido por OA-Oficina de Arquitectura para a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, em 1989.

- Análise (relações do centro histórico com a envolvente; actividade económica predominante; evolução do tecido urbano e tipo de ocupação; grau de degradação; e estrutura viária e circulação).

- Identificação dos principais estrangulamentos (condicionantes à actividade económica; carências de equipamento turístico; grande degradação das condições de habitabilidade e consequentes carências de habitação; deficiência das condições de circulação viária; inexistência de locais de convívio e animação).

- Identificação das potencialidades de desenvolvimento.

- Enquadramento da acção e proposta de trabalho.

Tendo em conta a dimensão, a importância e a complexidade do centro histórico, a equipa contratada considerou que “as exigências de actuação (...) ultrapassam largamente o âmbito de propostas de um plano de pormenor, única figura de planeamento capaz de cobrir juridicamente uma intervenção desta natureza”⁷.

Foi entendido pela equipa técnica que “o prosseguimento do estudo deveria procurar a viabilização de uma intervenção global e integrada, que promovesse acções de natureza social, económica, cultural e urbanística, envolvendo vários agentes económicos e sociais potencialmente actuantes no centro histórico e permitisse a sua articulação, de forma a garantir a preservação e o equilíbrio dos vários interesses intervenientes e a salvaguarda das condições de vida das populações residentes”⁸.

A proposta de trabalho, então assumida, propunha como metodologia para a continuação do estudo o desenvolvimento das seguintes áreas:

- Circulação e Transportes;
- Sinalização;
- Reabilitação dos espaços urbanos;
- Reabilitação da habitação;

⁷ *Estudos para a Salvaguarda do Centro Histórico de Montemor-o-Novo*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1989.

⁸ Ob. cit., pág. 14.

- Reajustamento do equipamento;
- Animação sócio-económica;
- Programa de utilização do Castelo e área envolvente; e
- Divulgação interna e externa do núcleo histórico de Montemor e do Castelo - em que cada um dos *itens* deveria ser objecto de um estudo suficientemente aprofundado que “permitisse a elaboração de programas de intervenção e respectivas propostas de acção, a respectiva regulamentação e a identificação dos meios institucionais e financeiros necessários à sua implementação”⁹.

Após estes estudos proceder-se-ia à “selecção de um ou dois quarteirões” para os quais se elaboraria, então, um plano de pormenor de acordo com as exigências legais. Esses um ou dois quarteirões constituiriam “acções-piloto fazendo aí convergir o esforço de integração dos diversos componentes”¹⁰. Este trabalho de aprofundamento não teve continuidade.

Posteriormente, em 1991/1993, foi elaborado o Plano Director Municipal do Concelho de Montemor-o-Novo¹¹.

Tal como os anteriores estudos e planos gerais, o plano director municipal veio dar especial relevo ao espaço cultural da cidade, constituído pela zona do Castelo e a zona habitacional do centro histórico e aponta linhas de orientação fundamentais para a sua preservação, conservação, e animação turística, com particular atenção para o Castelo.

De facto, o relatório final do plano, de Abril de 1993, apontava um conjunto de linhas estratégicas de desenvolvimento para o concelho, sendo que uma delas visava “aprofundar as potencialidades turísticas”, tendo como referência o Castelo e a área habitacional do Centro Histórico¹².

⁹ Ob. cit., pág. 15.

¹⁰ Ob. cit., pág. 16.

¹¹ *Plano Director Municipal* de Montemor-o-Novo, produzido por URBITEME, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1993.

¹² *Plano Director Municipal* de Montemor-o-Novo, Relatório Final (Abril de 1993), pág. 73.

É, no entanto, a partir de meados do ano de 1996, que a Câmara começou a produzir um documento interno chamado de “Programa de Recuperação e Reabilitação do Castelo” (aprovado pela Câmara no final desse ano, e posteriormente pela Assembleia Municipal), que sistematizou, pela primeira vez, uma abordagem e um conjunto de propostas para a conservação integrada do centro histórico, agregando o Castelo e envolvente, a zona habitacional do centro histórico e rio Almansor¹³.

O pedido da Câmara Municipal orientava-se exclusivamente para a elaboração de propostas exequíveis para a recuperação da zona do Castelo. No entanto, a abordagem do conjunto e a metodologia utilizada impôs, antes, outros pressupostos, a saber:

- diagnóstico sobre a cidade (história, evolução urbana, património edificado, linguagem arquitectónica, população e actividades);
- equacionamento das condições de desenvolvimento urbano; e
- um conjunto de perspectivas para o seu “revolucionamento”.

Partiu-se do princípio, na altura, que a cultura, o património e a identidade local, sendo uma das dimensões fulcrais da cidade, pela sua riqueza e autenticidade, justificavam que fossem consideradas como um motor fundamental do seu desenvolvimento.

Foi dado especial relevo à necessidade de se ter, em permanência, uma perspectiva de conjunto para as três “peças” fundamentais da cidade: o rio, o Castelo, o arrabalde, ou zona habitacional do centro histórico.

A área do centro histórico, que inclui a zona do Castelo – classificado Monumento Nacional –, a zona antiga habitada e a zona de paisagem da colina/rio Almansor/moinhos, deveriam ser encaradas como um conjunto, ainda que se desenvolvessem na base de intervenções e projectos específicos, mas convergentes. E convergentes no pressuposto de que são “peças” do tecido

¹³ Inicialmente intitulado *Programa de Trabalho para o Castelo* (Dossier 1, 2 e 3), Celino Silva, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1996 (policopiado).

da cidade a exigirem uma política de conservação e valorização integradas. A abordagem estratégica equacionou as mais valias da zona da cidade estudada, as suas potencialidades, particularidades, ameaças e dificuldades.

Como metodologia de implementação sugeriu-se que não faria sentido orientar uma política de recuperação do tecido edificado, habitação, infra-estruturas, dinamização das actividades económicas, sociais e culturais, no arrabalde, adiando a urgência da recuperação dos edifícios e ruínas do Castelo, ou a recuperação biofísica do rio. Da mesma forma, não faria sentido orientar investimentos ou reivindicações ao poder central, que tutela o Castelo, classificado como monumento nacional, sem acrescentar ao projecto o que deveria ser feito na regeneração do curso de água, à paisagem ribeirinha, e quanto aos referentes da actividade moageira no rio Almansor, infra-estruturas habitacionais e outras, ou sem definir uma política para a recuperação de habitação do núcleo histórico, a partir da proposta de elaboração de um plano de salvaguarda e tendo em conta experiências positivas anteriores. E tudo isto, numa perspectiva de ligação e de fazer participar a comunidade, pois é o seu futuro que está em causa.

Como “linhas de desenvolvimento” fundamentais o programa de intervenção do Castelo a que nos referimos, equacionou as seguintes pontos:

1. A necessidade de aprofundamento da investigação arqueológica e histórica - quer no que se refere à area do Castelo e envolvente, ao restante núcleo histórico e sobre a património paisagístico e molinológico no Rio, que encerra uma história de séculos;
2. A recuperação do Convento da Saudação, classificado como monumento nacional, localizado no Castelo, como reforço do papel de integração da cidade e das suas gentes em espaços mais vastos - com a proposta de

criação de um Centro Nacional de Artes Transdisciplinares, ideia que veio a ser aceite e assumida pelo Ministério da Cultura¹⁴;

3. Equacionamento e propostas de recuperação de património, espaço público e infraestruturas, na relação do Castelo com o conjunto da cidade;
4. Equacionamento de propostas de valorização para o rio/colina/moinhos e na articulação com o Castelo e o conjunto do núcleo histórico; e
5. Finalmente, projectos complementares, nomeadamente a dinamização de um antigo telheiro na encosta do Castelo – actividades produtivas de materiais tradicionais, investigação/criação artística, e formação; a dinamização de programas de educação ambiental e patrimonial; e um parque de escultura – arte pública na articulação rio/Castelo/arrabalde, entre outras.

A revisão do Plano de Urbanização da cidade teve início em 1997, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal em 27 de Junho de 2003 e apenas ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº. 54/2005, de 7 de Março¹⁵.

Um aspecto novo, no que respeita à área do centro histórico, para além de pequenos ajustamentos dos limites da zona, foi o assumir-se num instrumento de planeamento municipal a relevância do referido programa que fez a abordagem conjunta do rio/Castelo/área habitacional do centro histórico, através de implementação de uma política integrada.

Uma outra das acções, em termos de planeamento urbano, passou pela elaboração de um Plano de Salvaguarda do centro histórico de Montemor-o-

¹⁴ Este novo projecto desenvolve-se a partir do ano 2000, através de uma parceria entre a Câmara Municipal e a Associação Espaço do Tempo, uma vez que o programa funcional inicial para o Convento da Saudação não se concretizou.

¹⁵ *Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo (Revisão)*, URBITEME, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2003.

Novo (1998/2000)¹⁶, através da criação pela Câmara Municipal de um Gabinete Técnico Local, co-financiado pela administração central.

Esta proposta de plano, na linha do citado Programa de Recuperação e Reabilitação do Castelo, obedeceu e desenvolveu-se a partir de quatro vectores de análise através dos quais se estruturou o diagnóstico e as respectivas propostas, a saber:

1. No domínio da reabilitação urbana

Nesta vertente, a delimitação da área de intervenção e das acções de reabilitação corresponde, no caso de Montemor, à estrutura urbana desenvolvida até ao fim da Época Moderna, e em correspondência com as sucessivas sedimentações da vivência urbana, que, pela sua estruturação, uso do solo e morfologia, se afirmam face às expansões recentes.

A perspectiva com que se apresenta esta proposta de plano assenta no objectivo de ordenar o espaço com a preocupação de continuar a garantir a qualidade de vida urbana da sua população, potenciar a atracção de novos residentes, o desenvolvimento das estruturas económicas, da identidade sócio-cultural, com uma visão integrada e articulada com o espaço mais vasto da envolvente, suportados por uma gestão democrática que, ao nível dos planos de ordenamento e da prática urbanística, se consubstancia na participação dos interessados. O plano dedicou especial atenção aos aspectos da situação e integração sócio-económica da população.

Para além do aspecto central relativo à recuperação da habitação, atribuiu também muita importância ao estudo e à reabilitação dos espaços urbanos lineares (ruas) e não lineares (praças, largos, terreiros) com vista a propor a sua devolução aos residentes, nas melhores condições de utilização;

2. Na intervenção sobre a envolvente

¹⁶ *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo*, GTL (Gabinete Técnico Local), Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2000.

O plano procurou relacionar o centro antigo com toda a cidade. Foram estudadas as articulações com o centro histórico e as entradas na cidade.

O estudo da tipologia da paisagem, da ocupação do solo rústico e urbano da envolvente ao centro histórico, constituíram vertentes de observação e análise indispensáveis;

3. No domínio da intervenção social

Ao proceder à caracterização sócio-económica da população e às condições sócio-urbanísticas, o plano fez a detecção das situações mais graves, para indicação de eventuais propostas de intervenção prioritária no edificado.

Fez-se a caracterização das famílias residentes no centro antigo, tendo como objectivo principal analisar e compreender a população que nele vive e trabalha, não só ao nível da satisfação residencial, mas ao nível da evolução das suas características demográficas e sócio-económicas; e

4. No domínio da intervenção cultural e patrimonial

Procedeu-se aos estudos paisagísticos, do património edificado, valia e estado de conservação, no que diz respeito à zona habitacional do centro histórico, Castelo e rio Almansor, e assumem-se propostas específicas. O plano ocupou-se dos valores e recursos ambientais e dos valores e recursos do património cultural edificado.

A perspectiva de reabilitação urbana do centro antigo, com a recuperação do tecido edificado e a devolução aos cidadãos residentes dos espaços de uso público, surge como um objectivo de cariz marcadamente social, cultural e económico. Impõe que todo o espaço deva cumprir a sua função de vivência, convívio e lazer, actividade económica, num ambiente humanizado e de qualidade de vida para os residentes e valorizado do ponto de vista do património arquitectónico.

O Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico, que constituiu um investimento importante, durante dois anos, da gestão

autárquica em Montemor-o-Novo¹⁷, integrou a abordagem e propostas contidas no Programa de Recuperação e Reabilitação do Castelo, antes elaborado e aprovado.

A Carta Estratégica do concelho de Montemor-o-Novo (2007) foi um processo de planeamento que abordou o conjunto do concelho e beneficiou, em boa parte, de todo o trabalho de estudo e experiências de longos anos.

Esta acção de planeamento, apesar de iniciada em 1995, foi interrompida durante largo tempo e apenas doze anos depois se materializou.

Em sede de elaboração da Carta Estratégica, aliás bastante participada, apontadas as estratégias de desenvolvimento, propôs-se um conjunto de programas de actuação, em que o património é um dos vectores fundamentais, acompanhado com propostas de medidas e acções para todo o território concelhio, e em particular para a zona antiga de Montemor-o-Novo.

Os aspectos económicos e sociais do concelho têm um relevo especial, considerando o facto de se reconhecer a necessidade de crescimento e diversificação do emprego e da área económica.

Podemos concluir, em síntese, que há uma linha de continuidade, ainda que pouco concretizada, relativa a definição de orientações de trabalho para o núcleo histórico, em particular desde o ano de 1987, data a partir da qual o conceito de “centro histórico” passa a fazer parte das orientações para o planeamento e gestão do núcleo urbano da sede de concelho.

Em meados dos anos 80 do século passado, o conceito de “conservação integrada”, como assinalámos, é explicitado e assumido, começa a fazer o seu caminho, tendo como pressupostos que todo o conjunto urbano exige e impõe a sua recuperação e valorização. Trata-se de reconhecer a valia arquitectónica e artística do tecido edificado, erudito e vernáculo, ir ao encontro das coisas vivas da cidade, das pessoas e do meio em que vivem e trabalham ou estudam. É o

¹⁷ Este instrumento de planeamento, depois de pronto, não chegou a ser aprovado pelos órgãos autárquicos, ratificado e posto em prática.

monumento, a arquitectura popular, as praças, os terreiros, os largos, as ruas, a linguagem arquitectónica, a beleza singular das casas, as chaminés, o ferro artístico, o azulejo, os estuques e esgrafitos, a imitação do azulejo, os empedrados, as calçadas, o recorte e as protecções nos cunhais dos prédios, os alçados das construções, a cor, o desenho dos vãos, a sacada, a janela manuelina, os restos da antiga torre, as placas toponímicas, as fontes e fontanários, os símbolos heráldicos, os traços da arquitectura do arrabalde que denotam a reutilização dos materiais de construção reaproveitados das demolições e ruínas de construções no castelo, as igrejas, as ermidas, os passos e o lugar de venda do pão e dos alimentos, os estabelecimentos de serviços de proximidade, o barbeiro, a tasca e o bar ou a cafetaria, o espaço onde se compra o jornal ou o livro, a escola, o equipamento de apoio à infância e juventude, o centro de saúde e hospital, os edifícios em ruína e abandono, o antigo hospital de Santo André e a igreja que já foram armazém, e onde funcionou o Rádio-cine, e as sedes das colectividades que subsistem com dezenas de anos, etc., etc...

A partir de meados da década de 1990, reforçam-se a visão e as propostas de trabalho técnico em abono da gestão integrada, com o Programa de Recuperação e Reabilitação do Castelo e o Plano Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico, não obstante este não ter sido finalizado e posto em execução, tratando-se de um plano sem valor jurídico.

Finalmente, é importante destacar um valioso trabalho de investigação académica de Elsa Caeiro, que constituiu a sua dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico¹⁸, que se debruçou sobre a morfologia e as estruturas urbanas de quatro localidades, em redor da cidade de Évora: Arraiolos, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo. Tendo como objectivo fundamental estudar e aprofundar conhecimentos sobre as estruturas de urbes alentejanas, “através do estabelecimento de parâmetros de coerência entre tipos de crescimento e

¹⁸ CAEIRO, Elsa, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).

desenho urbano, morfologia dos espaços e tipologia do edificado”¹⁹, a autora, ainda que não haja tido a intenção de tirar conclusões, como diz, em face do número reduzido de casos de estudo, pôde no entanto dar um contributo assinalável, nestes domínios.

No que se refere a Montemor-o-Novo, podemos valorizar a síntese história elaborada, a partir dos autores de referência que se debruçaram sobre a cidade e o concelho, e da sua própria investigação, bem como o tratamento cronológico de elementos que tiveram um papel importante na estrutura do processo urbano, em particular sobre a implantação e desenvolvimento das suas estruturas defensivas, equipamentos religiosos, conventos, igrejas, ermidas, albergues e misericórdias, edifícios de uso colectivo, públicos e privados, praças, largos e sistemas viários, internos e de ligação ao exterior.

¹⁹ Ob. cit., pag. I.1.

3. Modelo de análise das condições de desenvolvimento urbano

3.1. Abordagem às condições de desenvolvimento da cidade

Montemor-o-Novo reflecte, como qualquer outra cidade, as quatro principais dimensões, ou elementos, de um sistema urbano¹ através das quais podemos identificar as respectivas condições de desenvolvimento, a saber:

- a **identidade** e os valores de integração e pertença sociocultural, que aproximam os cidadãos, os agentes socioculturais e socioeconómicos, as instituições;
- a **base económica**, ou o sistema produtivo, referido às empresas, ao trabalho e à formação e às infraestruturas de apoio à actividade económica, como é o caso de uma área industrial;
- a **qualidade urbana** global, ou seja as questões do ordenamento urbano, qualidade da habitação, património edificado, os equipamentos sociais e culturais, de saúde, educação, ensino, desporto e lazer;
- os mecanismos de **integração territorial** (local, regional e nacional), referenciados ao papel do aglomerado na hierarquia dos centros urbanos, no concelho, e na sua relação com a região e o país, tendo em conta os níveis de acessibilidades, ligações socioeconómicas e rede de relações políticas e culturais (ver esquema a seguir).

¹ A este propósito, veja-se, por exemplo, *Uma Estratégia para a Cidade de Évora* – Gabinete da Cidade, Câmara Municipal de Évora, 1994 (policopiado).

Modelo Analítico das condições de desenvolvimento urbano

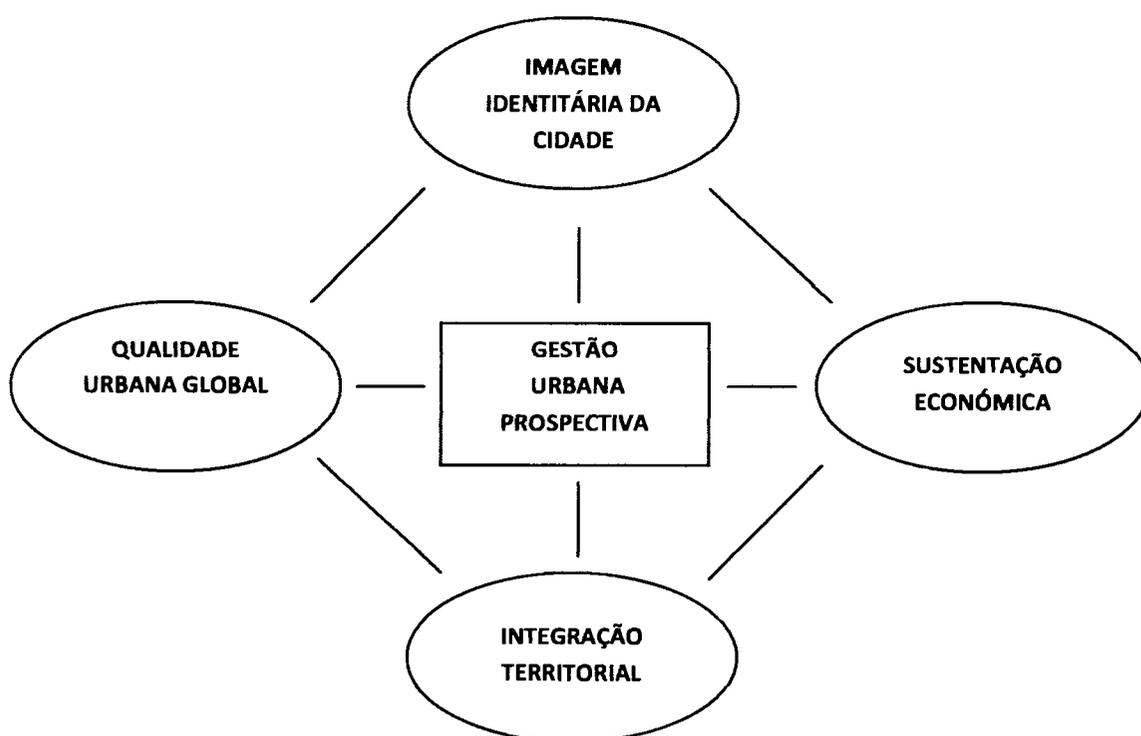


Fig. 1. Condições de Desenvolvimento Urbano

(Fonte: *Uma Estratégia para a cidade de Évora*, ob. cit., pág. 23 – Adapt.)

Em todas as quatro condições de desenvolvimento supracitadas vamos encontrar aspectos fundamentais relacionados com o incremento e a história da cidade e região envolvente.

A evolução e a qualidade urbana, as questões da identificação da cidade na sua região, as condições económicas e a relação de integração com a envolvente, próxima ou mais longínqua, contêm, em si, em maior ou menor grau, os referentes histórico-culturais, que se foram sustentando, como memórias, e que constituem factores de desenvolvimento futuro.

3.2. A Cultura e o património como motores das condições de desenvolvimento de Montemor-o-Novo

Se extrapolarmos o modelo analítico antes apresentado e observarmos o diagrama abaixo, colocando como política prioritária as preocupações de desenvolvimento da cultura e do património, nas suas especificidades locais, podemos inferir os seus impactos no desenvolvimento da cidade em todos os domínios postos em destaque.

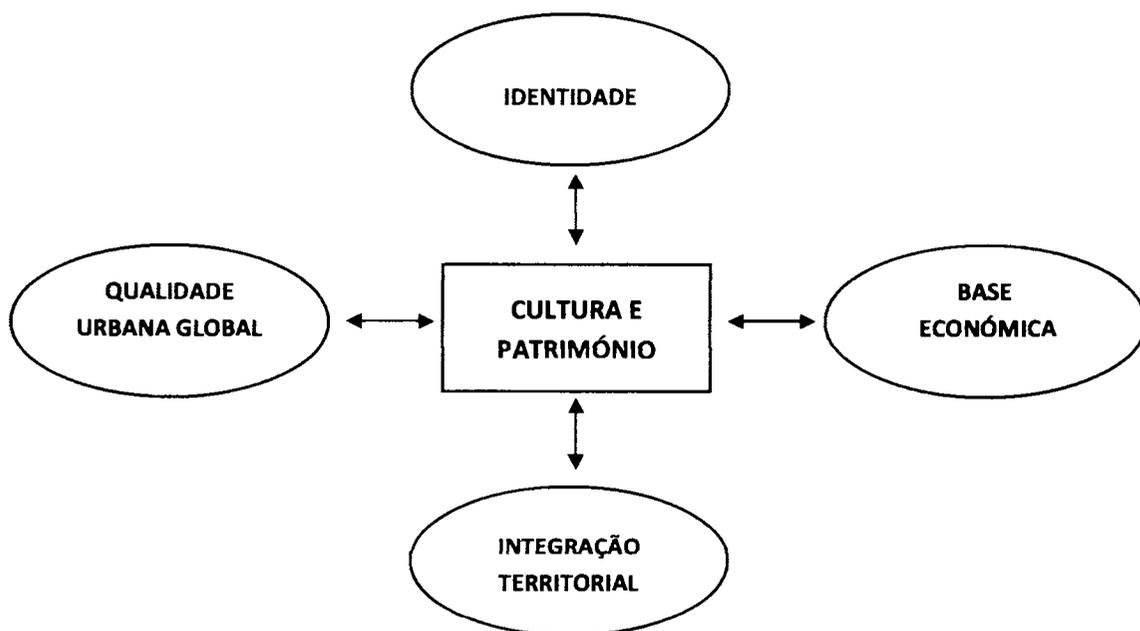


Fig. 2. Condições de desenvolvimento urbano de Montemor-o-Novo

Afinal, a História e a Cultura, e, em particular, o Património Arquitectónico e Paisagístico, podem constituir motores de desenvolvimento.

De facto, no conjunto da vida urbana, a história e a cultura, o património histórico-cultural, afinal, atravessa aqueles quatro domínios.

Nesta medida, o município pode estimular, em conjunto com os diversos agentes no domínio social, educativo, económico, e instituições estatais e privadas, com poder de intervenção na área do concelho e na região, toda uma

série de projectos estruturantes, que a cidade assuma como seus, e que dinamizem acções que valorizem todas as quatro vertentes, tendo por base um projecto específico no domínio do património.

Com uma estratégia, políticas e acções articuladas, o núcleo histórico de Montemor poderá, crescentemente contribuir para o desenvolvimento das quatro vertentes enunciadas.

No domínio da **identidade**, pois aquelas acções ajudam a redescobrir a cidade, a recriar o espírito de pertença entre os seus habitantes, a reforçar a vivência urbana e a componente de relação entre as pessoas, com o “reencontro” com aspectos da sua história pouco conhecidos ou divulgados.

No domínio da **qualidade de vida urbana**, pois a recuperação do seu património valoriza-o perante a comunidade, permite-lhe novos usos, impõe políticas cuidadas de ordenamento do espaço da cidade, integra com mais qualidade o núcleo moderno, e o seu crescimento, nos valores edificados do passado, contribui para o reforço da qualidade ambiental e das condições de vida e da coesão social.

No domínio da **base económica**, que caracteriza a cidade, aquela poderá ser mais qualificada, a certos níveis, uma vez que as múltiplas acções de política de recuperação do património podem induzir novas capacidades, novas unidades socioeconómicas, serviços, ajudar a reforçar as capacidades do concelho no domínio da formação, da educação, da ciência e da técnica. Para isso, é necessário um maior domínio das tecnologias de materiais tradicionais, um melhor acolhimento turístico com a prestação de serviços que ele exige, hoje em dia, um melhor ambiente urbano, com a despoluição do rio e o reordenamento das actividades económicas potencialmente poluidoras, tudo isto gerando reflexos positivos para a sua população e para os visitantes.

É necessário fazer, tanto quanto é possível, e no que depende do esforço local, com que Montemor-o-Novo não seja uma cidade para atravessar depressa, mas, ao contrário, onde se possa provocar no potencial visitante o gosto de “parar

um bocado”. Parar para ver, e fruir, um pouco, a paisagem rural e urbana, degustar a gastronomia, visitar, umas horas, o centro antigo, o Castelo e os edifícios monumentais que encerra, uma vez recuperados, Assim, a cidade de Montemor-o-Novo pode, pelas suas próprias potencialidades, no plano do património, romper com algumas debilidades que a tornam, de facto, ponto de mera passagem rápida nos eixos viários norte-sul e este-oeste.

E tudo isto pode culminar no reforço do papel de Montemor no domínio da sua melhor **integração territorial**, na capacidade da cidade desenvolver, dentro das suas possibilidades, e aproveitando as potencialidades de uma política de revitalização do seu património, maiores e melhores relações com os restantes núcleos urbanos do concelho, com os concelhos vizinhos, ao nível da região e do país, e no plano internacional, onde, aliás, tem desenvolvido trabalho pioneiro em múltiplas áreas².

Os testemunhos patrimoniais do passado de vida da cidade, são de uma dimensão tal que Montemor é, hoje, um município que se pode orgulhar do seu papel na história no conjunto dos concelhos da região.

Montemor faz parte, de facto, da rede de património com impacto a nível regional³. Sendo assim, o factor “património cultural”, como sublinha o Plano Director Municipal, está profundamente ligado ao modelo de desenvolvimento que a autarquia deseja para o seu concelho, sendo, portanto, uma real vantagem comparativa de Montemor⁴. Portanto, o desenvolvimento socioeconómico pretendido deve ser combinado com a boa gestão, dinamização e desenvolvimento dos aspectos ligados ao património cultural e natural.

Outros elementos patrimoniais chamam a atenção para a cidade e aldeias históricas, e inscrevem-se nos itinerários culturais e turísticos. Os testemunhos

² A consolidação do poder local democrático contribuiu, através de iniciativa própria do município, ou com o seu apoio, para que os agentes culturais da cidade e do concelho estabelecessem programas de intercâmbio cultural, artístico, técnico e científico, com povos e culturas, em particular europeus.

³ *Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Évora (PIDDEV)*, Associação de Municípios do Distrito de Évora, 1990.

⁴ Cf. *Plano Director Municipal*, 1993.

da pré-História, da cultura visigótica, da presença romana, da civilização islâmica, da cultura medieval pós-reconquista, da Idade Moderna e Contemporânea, reflectem um conjunto de referências patrimoniais significativo, que a Carta do Património do Plano de Salvaguarda⁵, a Carta Estratégica⁶ e os inventários e estudos elaborados por uma plêiade de importantes historiadores e investigadores nos legaram, e que continuam a suscitar desenvolvimentos.

Uma nova dinâmica de intervenção no Centro Histórico funciona como complemento e factor de equilíbrio no desenvolvimento e expansão do núcleo urbano e nas relações deste com as aldeias históricas do concelho.

O problema da conservação e valorização da paisagem, dos edifícios, dos sítios ou conjuntos arquitectónicos de qualidade, ou elementos isolados, já não se põe, hoje, apenas, em termos museológicos, ou de uma conservação pura e simples de vestígios do passado. Coloca-se, sobretudo, pelo que estes mesmos vestígios representam na cultura local e regional, na sua identidade e memória colectiva, e principalmente, como património económico de inegável interesse para as comunidades locais e para os visitantes. Este princípio de orientação releva a necessidade de reutilizar o património. Descobrir, afinal, novos “futuros” para o nosso passado.

O Plano Director do Concelho assinala, mesmo, a necessidade de garantir a efectivação de grandes projectos indispensáveis ao desenvolvimento, dando como exemplo a área do Castelo, e a zona envolvente, a promoção das suas potencialidades para o futuro da cidade e dos seus residentes, a preservação ambiental e arquitectónica e a melhoria da qualidade de vida urbana, numa perspectiva de desenvolvimento do concelho, da região e do país.

⁵ Cf. *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo*, vol. I, 2000.

⁶ Cf. *Carta Estratégica do concelho de Montemor-o-Novo, 2007-2017*, vol. I - Diagnóstico e Identificação de Objectivos, pág. 208.

4. As três áreas fundamentais da zona antiga de Montemor-o-Novo

4.1. O Castelo

A zona do Castelo ocupa um lugar na vida e nos espaços culturais da região, do concelho, e do país (o Castelo, enquanto “monumento nacional” significa um **valor nacional**) a manter e a potenciar, vivificado pela presença humana, ao longo de centenas de anos.

É inegável que o conhecimento e valorização do nosso passado ilumina o nosso futuro. Daí ser necessário parar definitivamente o processo de abandono, ruína e destruição da zona do Castelo e área envolvente, e a desertificação da “zona histórica” habitacional.

Aquilo que já conhecemos, resultado dos estudos históricos e arqueológicos realizados, mostra bem a importância de que se reveste o lançamento de um processo de estudo e intervenção sistemática, sobre a história, a forma de ocupação e a vida urbana da zona do Castelo. E este conhecimento impõe a sua gradual **apropriação** pela cidade de hoje e de amanhã.

A preservação do riquíssimo património arquitectónico e arqueológico do passado pode mostrar como os povos que nos antecederam se posicionavam no meio que habitavam e onde trabalhavam; evidenciar, afinal, a envolvente física, social e económica. E esse posicionamento revela muitas das nossas referências culturais.

O Castelo permitiu gerar uma cidade medieval. Definiu-a, organizou-a, estruturou-a. É a mais importante manifestação física da primitiva vila de Montemor e o seu estudo arqueológico e histórico permite testemunhar a evolução de comunidades do passado, das suas relações de poder, da actividade económica, hábitos de construir e habitar, em função das necessidades individuais e colectivas, a estrutura da propriedade e relações com o exterior.

A zona do Castelo teve e tem uma expressão urbana própria, tal como, hoje, a cidade tem a sua específica expressão urbana. Ambas mostram a forma como as comunidades se puderam apropriar do espaço colectivo de relação. Estamos perante a necessidade de estudo do que foi uma cultura urbana medieval concreta, através dos seus testemunhos, alguns já identificados.

Exactamente pelo facto de hoje vivermos a cidade do presente com referências fortes a um passado de algumas centenas de anos, logo historicamente próximo de nós, faz com que a valorização desses tempos antigos reforce a nossa identidade, o que cria um sentimento de pertença, ligação e integração no que toca a hábitos ou testemunhos, alguns costumes e tradições, que prevalecem, pelo conhecimento, de geração em geração.

O Castelo é, assim, o elemento fundamental que **estrutura a imagem da cidade** e é um traço forte da sua identidade.

Mas o Castelo, hoje, é, contudo, um elemento algo desgarrado, distante, e com uma utilização muito incipiente pela população da cidade. Os declives demasiado acentuados, os acessos difíceis e deficientes e a ausência de equipamentos com tratamento digno, no seu interior, que leve a população em momentos de lazer até ao Castelo, impedem a sua utilização¹.

O Castelo, no seu estado actual, não permite estabelecer relações intensas, directas e estáveis, com a envolvente, nomeadamente a zona habitacional do centro histórico, a área ribeirinha e o resto da cidade. Representa, hoje, um conjunto de edifícios degradados, ou em ruína, envolvidos por um conjunto amuralhado, em grande parte destruído, e em estado que impõe a sua recuperação, conservação e restauro e reutilização.

Os estudos históricos realizados fazem pressupor que se tratou de uma cidade com fundamentos romanos², com o nome de *Castrum Malianum* ou *Castro*

¹ Excepção feita para a existência do Centro Interpretativo do Castelo, instalado na antiga Igreja de S. Tiago, reabilitada expressamente para essa função, e inaugurado em 2007.

² ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Évora (Zona Norte)*, Vol. I Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975, pág. 275.

Manliense. A confirmarem-se estas raízes históricas, a cidade de Montemor, cuja primeira referência, conhecida, a este nome, remonta a finais do séc. XII (1181), pode vir a evidenciar mais testemunhos importantes da cultura romana e islâmica.

Provavelmente conquistada no reinado de D. Afonso Henriques, poucos anos depois de 1166 (ano da tomada de Évora), invadida e saqueada pelos almóadas, dirigidos pelo califa Abu Júcufe Jacube, que a terá destruído completamente (1190-1191), foi reedificada e mandada repovoar pelo rei Sancho I, em 1201, e lhe concedeu, dois anos depois, o primeiro foral (1203).

A muralha deverá remontar aos reinados de D. Sancho I, ou D. Dinis, beneficiada, reconstruída, refortificada, ao longo dos séculos XIII-XIV, e no séc. XVII, em plena guerra com Castela.

A alcáçova, provavelmente da época muçulmana, foi a “casa” da coroa, dos senhores da vila, alojamento de reis, palco de importantes decisões históricas (visitada por D. Dinis em 1285 e 1288, naquela data tomou-se a decisão de impetrar do Papa Honório IV a criação dos Estudos Gerais, origem da Universidade de Coimbra³), ou das Cortes Gerais de 1477, 1481-1482 e 1495-1496. Das suas ruínas, hoje, podemos contemplar campos de tranquila e rara beleza.

Em 1383-1385, depois de algumas hesitações do alcaide da cidade e perante a presença de Nuno Álvares Pereira, a cidade decidiu-se pelo partido do mestre de Avis, pela independência. Realizaram-se ali os encontros de D. João I e Nuno Álvares Pereira, sobre o planeamento da tomada de Ceuta, ou com D. Manuel I a “primeira discussão oficial sobre a viagem marítima à Índia”⁴ o que significa que a vila faz também parte dos “itinerários” dos Descobrimentos portugueses.

O Castelo conserva, ainda hoje, as portas do Sol, ou de Santiago, da Vila ou Relógio, e a do Anjo, tendo desaparecido a porta de Évora.

³ Ob. cit.

⁴ FONSECA, Jorge, Montemor-o-Novo no século XV, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

A muralha era defendida por vinte torres, quadrangulares ou cilíndricas. No século XVII, com D. João IV, levantaram-se fortificações abaluartadas, para permitir uma melhor defesa da cidade.

É importante sublinhar outros elementos monumentais do Castelo, a saber:

- a igreja de S. João Batista, presumivelmente a antiga mesquita da alcáçova moura, onde por perto passava a rua de S. João (referência do séc. XVI), ou a rua do Castelo⁵;

- as ruínas do antigo paço dos Alcaides;

- a igreja de Santa Maria do Bispo, imóvel do séc. XIV, cujos restos estão em ruínas;

- a igreja de S. Tiago, cuja referência escrita mais antiga conhecida remonta a 1302, e a zona envolvente, objecto de importantes estudos arqueológicos, em 1983-1987 e, sobretudo, 1992-1993, hoje reabilitada para Centro Interpretativo; e

- o Convento da Saudação, do séc. XVI, um dos mais importantes monumentos arquitectónicos da cidade.

⁵ FONSECA, Jorge, "A vila intramuros de Montemor-o-Novo - contributo para o seu estudo", *Almansor* - Revista de Cultura, n.º. 11, Câmara Municipal Montemor-o-Novo, 1993, pág. 45.

Mosaico fotográfico da zona antiga do Castelo de Montemor-o-Novo⁶



Foto 1 - Castelo (SIPA ex-DGEMN)



Foto 2 - Torre do Relógio e Casa Condessa de Valenças (DAU)



Foto 3 - Castelo - torreão



Foto 4 - Paço dos Alcaides (2º. Sentido)



Foto 5 - Paço dos Alcaides (Programa do Castelo)



Foto 6 - Convento da Saudação



Foto 7 - Torre Relógio e Porta da Vila



Foto 8 - Torre Má-Hora e Porta do Sol (Programa do Castelo)



Foto 9 - Torre e Porta do Anjo (Programa do Castelo)

⁶ Todas as fotografias deste mosaico, não creditadas na respectiva legenda, são da responsabilidade do autor.



Foto 10 - Torre Relógio
(Programa do Castelo)



Foto 11 - Portal manuelino -
Igreja N. S. do Bispo



Foto 12 - Igreja N. S. Bispo
(SIPA ex-DGEMN)



Foto 13 - Castelo - ruínas
(Programa do Castelo)



Foto 14 - Casa da Guarda
(Programa do Castelo)



Foto 15 - Torre do Relógio -
Campanário (SIPA ex-DGEMN)



Foto 16 - Muralhas e Torre
Relógio (Programa do Castelo)



Foto 17 - Igreja de S. João
Baptista (Programa do Castelo)



Foto 18 - Igreja S. João Baptista -
Silhar visigótico (Programa do
Castelo)



Foto 19 - Igreja S. João Baptista - interior (Programa do Castelo)



Foto 20 - Ruínas de Habitação (Programa do Castelo)



Foto 21 - Torreão (SIPA - ex-DGEMN)



Foto 22 - Convento da Saudação - Terreiro



Foto 23 - Convento da Saudação - Claustros



Foto 24 - Convento da Saudação - Antiga Portaria-mor



Foto 25 - Convento da Saudação - frescos - sala do Capítulo (Programa do Castelo)



Foto 26 - Convento da Saudação - frescos - sala do Capítulo (Programa do Castelo)



Foto 27 - Igreja do Convento da Saudação - frescos - coro baixo (Programa do Castelo)



Foto 28 – Convento da Saudação - sala capitulo (Programa do Castelo)



Foto 29 – Convento da Saudação - Capela N. S. da Boa Morte



Foto 30 – Igreja do Convento da Saudação (Programa do Castelo)



Foto 31 – Antiga Igreja de S. Tiago



Foto 32 – Igreja S. Tiago – actual Centro Interpretativo do Castelo (Programa do Castelo)



Foto 33 – Centro Interpretativo – pintura mural



Foto 34 – Centro Interpretativo do Castelo – pintura mural



Foto 35 – Centro Interpretativo do Castelo – pintura mural



Foto 36 – Centro Interpretativo do Castelo – pintura mural



Foto 37 - Área de Escavações Arqueológicas - vista parcial (Programa do Castelo)



Foto 38 - Estruturas Arqueológicas - rua e habitações (Programa do Castelo)



Foto 39 - Estruturas habitacionais, adega e artefactos (Programa do Castelo)



Foto 40 - Escavações arqueológicas - Casa Nobre (Programa do Castelo)



Foto 41 - Escavações Arqueológicas estruturas hidráulicas (Programa do Castelo)



Foto 42 - Escavações arqueológicas - estruturas habitacionais (Programa do Castelo)



Foto 43 - Levantamento - desenho arqueológico (Programa do Castelo)



Foto 44 - Sala de Reserva Arqueológica (Programa do Castelo)



Foto 45 - Artefacto - almofariz (Programa do Castelo)



Foto 46 - Artefactos - candis
(Programa do Castelo)



Foto 47 - Artefactos - copos
(Programa do Castelo)



Foto 48 - Fragmento de talha
islâmica (Programa do Castelo)

4.2. A área habitacional do centro histórico

A relação do centro histórico e Castelo com a paisagem envolvente é muito interessante. As duas colinas, fora da área urbana, encabeçadas pelas igrejas de N. S. da Conceição e N. S. da Visitação constituem valiosos pontos de vista sobre o Castelo e a cidade.

Do lado sul, avistam-se, do Castelo, uma imensa paisagem de pequenas colinas de olival que definem uma ondulação contínua, oferecendo uma rica panorâmica pela sua dimensão, movimentação e contrastes cromáticos - a cor da terra e do coberto vegetal.

É de grande valor cénico a zona do rio e a encosta poente onde ressalta a ponte metálica do caminho-de-ferro, hoje desactivado, mas recuperada e integrando a eco-pista.

A zona habitacional do centro histórico, trata-se de uma área importante da cidade, com uma população envelhecida, a exigir uma activa política de recuperação da habitação, de espaços de recreio e lazer e alguns equipamentos, de modo a afirmá-la com um conjunto de actividades com uma componente cultural atractiva.

A Rua Direita (actual Rua Teófilo Braga), Rua Nova (actual Rua 5 de Outubro) e Av. Gago Coutinho foram as vias que definiram, ao longo do tempo, os elementos geradores de diferentes tipos de ocupação da malha urbana, de tipologias de habitação, de formas de uso e vivência do espaço colectivo.

É de sublinhar estes aspectos uma vez que, à medida que o crescimento da cidade se fez para Norte/Nordeste O Castelo e o rio foram como que deixados ao abandono, degradação e ruína. A zona do arrabalde e o seu desenvolvimento urbano foi ocupando, sucessivamente, a encosta norte da colina do Castelo e sucessivamente, ao longo dos séculos, a zona do vale que constitui hoje a cidade

A existência de um centro antigo, associado à valia de outros núcleos históricos de valor patrimonial e artístico, como Arraiolos, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Elvas, Évora, Viana, Redondo e Portel, em que Évora se destaca, representa um conjunto de potencialidades que poderão ser desenvolvidas pela interacção dos vários municípios.

O Centro Histórico, ou Zona Antiga, de Montemor-o-Novo está privilegiadamente instalado sobre os eixos de atravessamento norte-sul e este-oeste; não obstante, a cidade é carente de equipamento turístico que satisfaça necessidades de um turismo de passagem. A este tipo de turismo está associado uma forma de permanência específica, de pequena duração e cujas necessidades de consumo são reduzidas, mas que pode, no entanto, ao ser canalizado para o centro antigo, e transformando este num local atractivo para os residentes e visitantes, constituir um factor de dinamização económica.

As potencialidades desta região, desde que oferecidas condições de estadia, poderão trazer à cidade uma população que se desloca a médias distâncias, possibilitando a rentabilização de certo tipo de equipamentos e uma animação acrescida do centro.

Mosaico fotográfico do núcleo habitacional do centro histórico de Montemor-o-Novo e envolvente⁷



Foto 49 - Igreja de S. Pedro (Programa do Castelo)



Foto 50 - Igreja de S. Pedro - cruzeiro (Programa do Castelo)



Foto 51 - Igreja de S. Vicente e envolvente (Programa do Castelo)



Foto 52 - Igreja de S. Vicente (Programa do Castelo)



Foto 53 - Igreja S. Vicente - campanário (Programa do Castelo)



Foto 54 - Rua S. Vicente



Foto 55 - Convento S. Domingos (José Rasquinho)



Foto 56 - Convento S. Domingos (José Rasquinho)



Foto 57 - Antigo Hospital do Espírito Santo/S. André (Programa do Castelo)

⁷ As fotos não creditadas, em legenda, são da responsabilidade do autor.



Foto 58 - Ermida S. Lázaro
(Programa do Castelo)



Foto 59 - Ermida S. Lázaro
(Programa do Castelo)



Foto 60 - Igreja da Misericórdia
(Programa do Castelo)



Foto 61 - Edifício da Casa Praça
- Rua da Janelinha



Foto 62 - Edifício - Rua St.º
António



Foto 63 - Edifício - Rua. St.º
António - pormenor



Foto 64 - Rua do Caldeirão - portal



Foto 65 - Rua de St.º António



Foto 66 - Rua Teófilo Braga



Foto 67 - Antigo Solar dos Cunha
- Casa Condessa de Valenças



Foto 68 - Casa-Torre Quinhentista
- Rua D. Vasco



Foto 69 - Casa Coguminhos - Rua
Teófilo Braga



Foto 70 - Casa Lobo Vasconcelos



Foto 71 - Casa Quinhentista - R.
Teófilo Braga



Foto 72 - Casa Quinhentista -
Praça Cândido Reis



Foto 73 - Casa Quinhentista -
Rua Condessa de Valenças
(Programa do Castelo)



Foto 74 - Casa Mouzinho
Almadanim (Programa do
Castelo)



Foto 75 - Casa Quinhentista - Rua
da Calçada (Programa do Castelo)



Foto 76 - Rua Teófilo Braga
(Programa do Castelo)



Foto 77 - Rua Teófilo Braga
(Programa do Castelo)



Foto 78 - Rua do Chamorro
(Programa do Castelo)



Foto 79 - Rua do Pedrão
(Programa do Castelo)



Foto 80 - Rua St. António
(Programa do Castelo)



Foto 81 - Rua dos Azulejos



Foto 82 - Rua José Adelino dos Santos
(Programa Castelo)



Foto 83 - Antiga Almotaçaria - Praça Cândido dos Reis



Foto 84 - Paços do Concelho
(Programa do Castelo)



Foto 85 - Paços do Concelho - painel Azulejos - Querubim Lapa - pormenor (Programa do Castelo)



Foto 86 - Paços Concelho - painel azulejos - Querubim Lapa - pormenor (Programa do Castelo)



Foto 87 - Escola Conde Ferreira - Largo Escola Nova



Foto 88 - Travessa dos Almocreves



Foto 89 - Rua dos Almocreves



Foto 90 - Travessa do Arco



Foto 91 - Rua das Farizes



Foto 92 - Rua do Quebra Costas



Foto 93 - Praça Miguel Bombarda



Foto 94 - Largo S. João Deus



Foto 95 - Praça Cândido dos Reis



Foto 96 - Praça Cândido Reis



Foto 97 - Praça Gen. Humberto Delgado (José Rasquinho)



Foto 98 - Ruinha



Foto 99 - Jardim Público



Foto 100 - Estuques - Praça Cândido Reis



Foto 101 - Estuques e esgrafitos - Praça Cândido Reis



Foto 102 - Esgrafitos - Largo S. João de Deus



Foto 103 - Estuques e esgrafitos - Largo S. João Deus



Foto 104 - Estuques e esgrafitos - Praça Cândido Reis



Foto 105 - Estuques e esgrafitos - Igreja Matriz - Largo S. João Deus



Foto 106 - Estuques e esgrafitos - Largo S. João Deus



Foto 107 - Estuques - Praça Cândido Reis

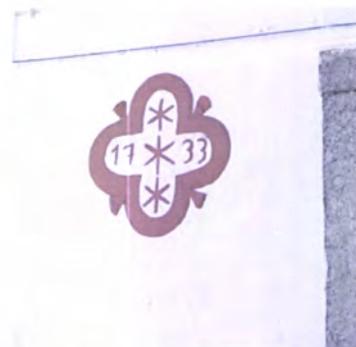


Foto 108 - Esgrafitos - Largo da Escola Nova



Foto 109 - Azulejos em fachadas - Rua do Caldeirão



Foto 110 - Azulejos em fachadas - Rua das Continhas



Foto 111 - Azulejos em fachadas - Praça Cândido Reis



Foto 112 - Janela - Igreja do Calvário



Foto 113 - Janela dupla - Praça Cândido Reis



Foto 114 - Janela florida - Praça Cândido Reis



Foto 115 - Janela - Praça Cândido Reis



Foto 116 - Janela - Travessa da Mata



Foto 117 - Janela - pormenor - Rua do Caldeirão



Foto 118 - Janela - Praça Miguel Bombarda



Foto 119 - Janela de sacada - pormenor



Foto 120 - Janela de sacada - pormenor



Foto 121 - Janela - Rua das Continhas



Foto 122 - Porta-Janela - Rua do Sacramento



Foto 123 - Porta - Travessa da Mata



Foto 124 - Porta - Praça Cândido Reis



Foto 125 - Porta - Rua Cândido Reis



Foto 126 - Porta - Largo das Palmeiras



Foto 127 - Portão - Largo da Escola Nova



Foto 128 - Porta - Rua Condessa de Valenças



Foto 129 - Porta e janela - Largo Miguel Bombarda



Foto 130 - Porta - Praça da Republica (Programa do Castelo)



Foto 131 - Janela - Associação Operária Montemorense



Foto 132 - Portal manuelino - Igreja Misericórdia (Programa Castelo)



Foto 133 - Casa da Guarda do Castelo (José Rasquinho)



Foto 134 - Portal manuelino - Igreja de S. Sebastião (José Rasquinho)

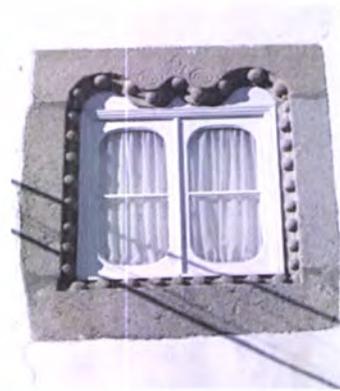


Foto 135 - Janela manuelina - Rua D. Vasco (Programa do Castelo)



Foto 136 - Empedrado - Rua Pedras Negras



Foto 137 - Empedrado artístico - Largo Joaquim Pedro Matos



Foto 138 - Empedrado artístico - Largo Joaquim Pedro Matos



Foto 139 - Empedrado artístico - Largo S. João Deus



Foto 140 - Empedrado - Largo J. Pedro Matos



Foto 141 - Empedrado - Largo J. Pedro Matos



Foto 142 - Chaminé



Foto 143 - Chaminé



Foto 144 - Chaminé



Foto 145 - Chaminé



Foto 146 - Chaminé

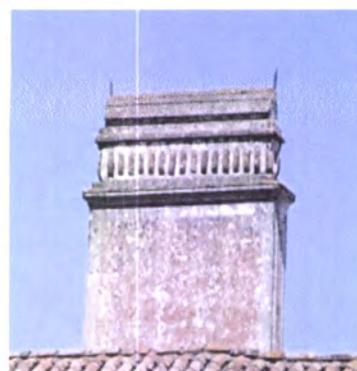


Foto 147 - Chaminé



Foto 148 - Placa Toponímica



Foto 149 - Placa Toponímica



Foto 150 - Placa Toponímica



Foto 151 - Consola de candeeiro



Foto 152 - Candeeiro de consola



Foto 153 - Candeeiro c/ brasão da cidade



Foto 154 - Chafariz das Fontainhas e torre do Anjo (Programa do Castelo)



Foto 155 - Chafariz das Fontainhas - pormenor (Programa do Castelo)



Foto 156 - Chafariz do Pocinho (Programa do Castelo)



Foto 157 - Chafariz da Rua Nova (Programa do Castelo)



Foto 158 - Chafariz da Rua Nova - pormenor (Programa do Castelo)



Foto 159 - Chafariz da Rua Nova - Brasão (Programa do Castelo)



Foto 160 - Chafariz do Besugo (Programa do Castelo)



Foto 161 - Chafariz do Besugo - pormenor (Programa do Castelo)



Foto 162 - Chafariz de N. S. Conceição (Programa do Castelo)

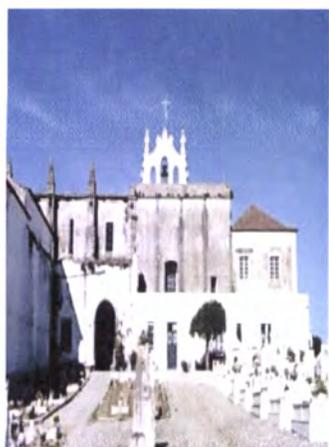


Foto 163 - Convento de S. Francisco



Foto 164 - Igreja do Convento S. Francisco



Foto 165 - Igreja do Convento S. Francisco - nave



Foto 166 - Quinta do Pomarinho ou da Asneira (Manuela Pereira)



Foto 167 - Quinta do Pomarinho ou da Asneira (Manuela Pereira)



Foto 168 - Quinta do Pomarinho ou da Asneira (Manuela Pereira)



Foto 169 - Quinta do Pomarinho (José Rasquinho)



Foto 170 - Horta de D. Afonso



Foto 171 - Horta de D. Afonso

4.3. A zona do rio Almansor

Pela sua grandeza, na época em que o seu valor militar desempenhava uma função insubstituível na defesa da cidade e da região envolvente, pela sua traça e arquitectura, o Castelo excedia muitos outros em Portugal. É cingido pelo rio, que rega toda a raiz do monte do lado sul, “zona, todo o ano deliciosa com a corrente das águas”⁸. Rio este, que “arreatado nas suas correntes”, possuía, de

⁸ Cf. Memórias Paroquiais - 1758, publicadas em *Almansor*, Revista de Cultura, nº. 3, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1985, pág. 168.

Minutos a Castelos Velhos, no século XVIII, 28 moinhos “fora alguns que estão caídos, 2 pisões e duas antigas pontes de cantaria”⁹.

Os moinhos tiveram, durante séculos, uma notável importância económica e social, hoje completamente desactivados e a maioria em ruína quase absoluta.

O padre Botelho do Vale, respondente ao inquérito das Memórias Paroquiais que estamos a seguir, refere-se à “multidão dos seus peixes, com que se divertem os moradores deste povo, de diversas espécies (...), que todo o ano se pescam, sem que haja pescarias obrigadas a algum senhor”¹⁰.

O valor do rio é significativo do ponto de vista biológico, potencial recreativo e importância paisagística. Marca um corredor natural cuja valorização permite o desenvolvimento da flora e da fauna, de zonas de estar e de lazer, o que contribui para a garantia da qualidade urbana da cidade.

Junto ao rio, perto da ponte de Alcácer, localiza-se a ermida de S. Pedro da Ribeira, que terá sido edificada em 1511.

O Almansor exige recuperação. Há uma fraca protecção e fiscalização das actividades económicas que influenciam os cursos de água, o que se reflecte no estado do rio. O teor de poluição das águas, em resultado das explorações pecuárias, constitui uma das situações mais graves que urge resolver, bem como alguns problemas criados pelos efluentes domésticos.

O rio é, assim, um sistema ecológico muito frágil, actualmente. A sua recuperação dependerá da vontade da autarquia, e sobretudo da Administração Central, que tem a responsabilidade do planeamento e gestão dos recursos ambientais, e dos recursos hídricos.

Esta recuperação da linha de água, com a criação de condições favoráveis à protecção da fauna e da flora, irá contribuir para a melhoria global da qualidade da vida urbana, através da criação de condições mais favoráveis, de

⁹ Ob. cit., pág. 169.

¹⁰ Ob. cit., pág. 169.

áreas de lazer e recreio, da valorização paisagística e da defesa da diversidade ecológica.

Importa sensibilizar a população para a valia e apreço que as características desta zona nos merecem.

Em síntese, estamos perante um conjunto patrimonial global, de grande valia cultural, económica e social, o Castelo na sua relação com a zona habitacional do Centro Histórico e a paisagem humanizada do Rio.

Queremos significar, assim, que uma política de recuperação arquitectónica e paisagística da zona antiga, de um ponto de vista da conservação integrada, pode potenciar sobremaneira o desenvolvimento sustentado da cidade, a partir dos seus elementos e áreas mais importantes, que são um referencial do passado, uma mais-valia económica no presente e um projecto de futuro de Montemor-o-Novo.

Mosaico fotográfico da zona do rio Almansor, em Montemor-o-Novo¹¹



Foto 172 - Troço do rio Moinho da Azenha



Foto 173 - Troço do Rio - Moinhos do Ananil e Novo



Foto 174 - Moinho do Ananil ou Bispo

¹¹ Os créditos fotográficos deste mosaico são devidos a Francisca Mendes e constam do trabalho de estágio *Levantamento e caracterização dos moinhos do rio Almansor no concelho de Montemor-o-Novo*, Universidade de Évora, 2007 (policopiado).



Foto 175 - Moinho Ananil – entrada do moinho e da habitação



Foto 176 - Moinho do Ananil - levada



Foto 177 - Moinho da Abóbada



Foto 178 - Moinho da Abóbada

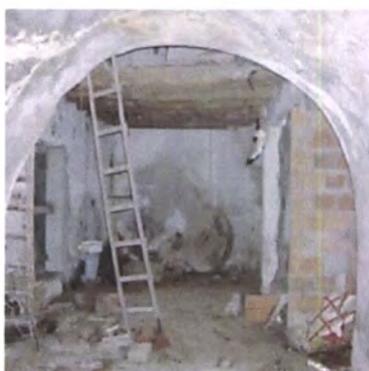


Foto 179 - Moinho da Abóbada



Foto 180 - Moinho da Azenha



Foto 181 - Moinho da Azenha e colina do Castelo



Foto 182 - Moinho da Azenha



Foto 183 - Moinho da Azenha



Foto 184 - Moinho da Pintada



Foto 185 - Moinho da Pintada



Foto 186 - Moinho da Pintada



Foto 187 - Moinho da Ponte de Évora



Foto 188 - Moinho da Ponte de Évora - levada



Foto 189 - Moinho da Ponte de Évora



Foto 190 - Moinho da Ponte de Évora



Foto 191 - Moinho da Ponte de Évora



Foto 192 - Moinho do Porto das Lãs



Foto 193 - Açude do Moinho do Porto das Lãs



Foto 194 - Moinho do Zangalho - levada



Foto 195 - Moinho do Zangalho - espelho de água



Foto 196 - Moinho do Zangalho



Foto 197 - Moinho do Zangalho



Foto 198 - Moinho do Zangalho



Foto 199 - Moinho da Ponte de Lisboa de Baixo



Foto 200 - Moinho da Ponte de Lisboa de Cima

5. Metodologia de intervenção

A metodologia proposta passa pela integração dos projectos de recuperação e revitalização do Castelo, interna e exteriormente, em ligação com a cidade, a recuperação e reutilização do Convento da Saudação, a recuperação da zona habitacional do centro histórico e a valorização do rio Almansor.

A área do centro histórico, que inclui a zona do Castelo, e nesta o importante imóvel classificado que é o Convento da Saudação e a zona de paisagem natural da encosta sul/rio Almansor, deverão ser assim encaradas em conjunto, ainda que se desenvolvam com programas específicos mas convergentes.

A proposta de intervenção integrada na zona antiga - no Castelo/zona habitacional do centro histórico/rio - deve ser considerada um eixo fundamental da acção municipal, no presente e futuro.

O objectivo de integrar o projecto do Castelo num programa global resulta de uma perspectiva integrada de desenvolvimento do concelho na qual se articula a promoção cultural e a promoção do tecido social e económico de toda a cidade.

Trata-se, no fundo de adaptar as grandes “peças” do tecido urbano às mudanças e ao futuro da cidade, no seu conjunto.

O Castelo precisa de se “humanizar”, com o seu estudo e a sua valorização, com novas e diversificadas funções, pois ele é parte indissociável do todo urbano.

Pretende-se que o projecto de intervenção arquitectónica, arqueológica, paisagística, no Castelo seja enquadrado num programa mais vasto de valorização daquela área, numa perspectiva de ligação ao centro histórico, e inserido numa linha estratégica de qualificação da cidade, no seu conjunto.

O alargamento do programa à zona do rio Almansor pretende articular uma política de valorização do património cultural ao património natural.

É assim, neste **grande objectivo** de preservação e revitalização do património cultural, arquitectónico, arqueológico e paisagístico que pode sintetizar-se a fundamentação última do programa do Castelo.

Se a zona habitacional do centro histórico constitui parte do tecido físico e humano da cidade a recuperar, se da zona do Castelo se pretende fazer um espaço também qualificado que encerra uma larga memória histórica, que identifica Montemor e a região, não podemos ignorar a zona do rio, que é um meio vivo, organizado, com valor paisagístico a preservar e a integrar no tecido urbano.

A forma de melhor potenciar o Castelo, como elemento mais valioso no domínio do património construído concelhio é associar-lhe o processo de intervenção prática sobre o tecido construído e habitado no centro histórico - e sobre os seus monumentos ou outros sinais da arquitectura do passado - e também sobre o rio, como parte da cidade.

Sem isto, não é possível admitir, para o futuro, a zona habitacional do centro histórico recuperada, bem como a zona do Castelo revitalizada e conservada, com o rio ao lado, como elemento perturbador do ambiente, em degradação e abandono.

Pela mesma razão, a área do Castelo e o monumento em si, não poderá ser suficientemente valorizada, se, eventualmente, no futuro, se viessem a constatar processos crescentes de envelhecimento ou desertificação na restante área do centro histórico.

Assim, a requalificação do espaço urbano, criando oferta de serviços de qualidade nas mais diversas áreas, a valorização de aspectos que diferenciam a cidade, no conjunto da área envolvente, passa por atribuir ao Castelo um papel fundamental. Por um lado, enquanto sítio monumental como um valor em si, por outro como espaço integrado na cidade, e com ela articulado, como prolongamento de usos culturais, de lazer e recreio, e actividade económica

apropriada, quer no seu enquadramento directo com o rio, quer com a zona do arrabalde.

Daí, propormos uma abordagem conjunta, integrada, destas três das mais importantes componentes da cidade (castelo/zona habitacional do centro histórico/rio), que, no seu conjunto, representam factores culturais e de memória histórica de grande valia, da vida local, da sua paisagem humana, paisagem construída e paisagem natural, vertentes fundamentais a ter em conta num programa ou política de desenvolvimento socioeconómico e cultural.

O papel da cidade, num contexto de grande competição entre as cidades médias portuguesas, por um lado, e, por outro, entre as cidades da chamada rede urbana complementar, de que Montemor-o-Novo faz parte, poderá vir a sair notoriamente reforçado, desde que esta cidade saiba tirar partido, quer da sua inserção estratégica nos eixos de ligação norte-sul e este-oeste, quer aproveitando essa circunstância para se afirmar como um importante polo ligado à defesa e valorização de um rico património histórico, arqueológico e arquitectónico, de que a zona antiga e a área do Castelo, em particular, é parte significativa.

O acento tónico que colocamos na necessidade de assumir estrategicamente a valorização de todo o conjunto do património arquitectónico cultural (centro histórico -castelo/zona habitacional) e paisagístico ou natural (colina/rio/moinhos) tem subjacente a perspectiva de apoiar o desenvolvimento da cidade, numa óptica local mas também regional.

Trata-se de pôr em marcha uma preocupação acrescida, à qual deverá corresponder uma gestão urbana de qualidade.

6. Contribuições para uma actuação integrada na zona antiga de Montemor-o-Novo: Premissas e propostas

Tendo como referência o desenvolvimento da investigação, o conceito de conservação integrada, o quadro síntese que caracteriza a zona antiga, as suas potencialidades e debilidades, o modelo de análise apresentado e o papel que a cultura e o património arquitectónico e paisagístico da cidade podem ter como factores de desenvolvimento, importa, agora, identificar aquilo a que podemos designar como uma visão estratégica, ou, dito de outra forma, um objectivo estratégico essencial, a saber: desenvolver uma política de reabilitação e valorização da zona antiga, promover a sua revitalização cultural, urbanística, social, económica, na perspectiva da integração e com participação efectiva da população e de todos os agentes da cidade.

Assim, isto pode implicar o desenvolvimento de um conjunto de objectivos específicos, para a cidade e para o centro histórico em estudo, que importa definir.

6.1. Objectivos e premissas de actuação

No plano da reabilitação urbana, importa:

1. recuperar o tecido construído e melhorar as condições de habitabilidade;
2. garantir a qualidade dos serviços urbanos em todas as áreas da zona antiga;
3. intervir no domínio da circulação, trânsito, transportes, estacionamento, na mobilidade, em geral, o que quer dizer promover uma melhor racionalidade, nas condições possíveis, da fluidez do tráfego, alargamento e ordenamento de áreas de estacionamento, tendo como preocupação fundamental a garantia do uso por toda a cidade, e em particular na área do centro histórico, dos serviços de segurança, serviços urbanos e de apoio à actividade económica instalada ou que venha a instalar-se;

4. a requalificação, a transformação de zonas da cidade, na perspectiva dos objectivos da conservação integrada aplicável à zona antiga, nomeadamente, praças, largos, terreiros, avenida Gago Coutinho, Carreira de S. Francisco, e outras;
5. criar as melhores condições de humanização dos espaços exteriores públicos existentes, a requalificar, ou novos a implementar, nunca perdendo de vista que são objecto de uso pela população residente e pelas actividades sociais e económicas existentes;
6. as intervenções na transformação de zonas, espaços públicos, ou vias (de atravessamento, de entrada na cidade, de entrada e distribuição na zona antiga, na envolvente e de acesso ao castelo, infra-estruturas, e o mobiliário urbano exterior, devem evitar criar rupturas na linguagem arquitectónica do lugar;¹
7. a implementação do plano de pormenor de salvaguarda, com a revisão necessária que o tempo passado lhe imponha, quase dez anos após a elaboração, pode implicar mais estudos específicos por zona, quarteirão, ou domínio, como a actividade comercial e os serviços;
8. dar grande atenção à divulgação e conhecimento das normas urbanísticas existentes ou a aprovar, na zona antiga e da relação desta com as áreas envolventes ao centro histórico e ao conjunto da cidade;
9. promover os estudos de refuncionalização ou requalificação de edifícios antigos, para desempenharem um novo papel na vida contemporânea da cidade, classificados ou não, enquanto proposta elaborada no quadro do plano de pormenor de salvaguarda do centro histórico;
10. o estudo de requalificação de edifícios ou espaços para novos equipamentos, deve ser feito de forma coerente com as necessidades do processo de reabilitação urbana do centro histórico;

¹ “Os elementos arquitectónicos modernos [...] reputados de mais-valias para a cidade antiga são-no efectivamente com a condição de respeitar a articulação [entre o antigo e o contemporâneo] e as suas regras morfológicas, e não, como é quase sempre o caso, serem implantados no tecido urbano histórico de maneira autónoma, como objectos independentes e auto-suficientes”, como refere Françoise Choay, ob. cit., pág. 196.

11. ter o cuidado de evitar, tanto quanto possível, o desalojamento da população residente por outra de capacidade económica mais elevada – gentrificação – mantendo condições de fixação dos moradores e das respectivas famílias;
12. não estimular a transformação de zonas de habitação em áreas de diferente uso;
13. evitar a saída de serviços de apoio à população e às actividades económicas e sociais para áreas periféricas do centro histórico e da cidade – serviços municipais essenciais os mais diversos (gestão corrente, licenciamento, pedidos de viabilidade, atendimento técnico decorrente de problemas da cidade), serviços relacionados com a educação e ensino, serviços de saúde, ou outros;
14. continuar a garantir o reequipamento do centro histórico.

No plano da actividade económica, os objectivos passam por:

1. recuperar o património edificado, no pressuposto de que é um valor económico e com conseqüente valor de uso inestimável;
2. contribuir para a modernização da actividade comercial e estudar as soluções possíveis que permitam apoiar o comércio de proximidade;
3. contribuir para a implantação de pequenas actividades industriais e de serviços de apoio às empresas e, na zona urbana, apoiar a animação da actividade artesanal;
4. combater o aumento do desemprego, com a criação de mais postos de trabalho;
5. um desenvolvimento da actividade turística, para melhor acolhimento e apoio ao visitante;
6. ao combater-se e inverter-se a tendência de saída de actividades comerciais, serviços, equipamentos de ensino e de saúde, culturais e recreativos, garante-se melhor a manutenção de funções de dia, com reflexo na base económica e qualidade de vida urbana;

A actuação na vertente sociocultural, expressar-se-ia no seguinte:

1. apoiar a actividade sociocultural na zona antiga dos actuais intervenientes e estimular a instalação de novos agentes culturais, criando-se condições à reanimação da vida colectiva, com a integração das camadas populares que exigem um apoio específico: as crianças, os jovens e a terceira idade;
2. manter e reforçar a participação da população residente na actividade cultural;
3. sabendo-se, hoje, que o chamado espaço público de inter-relação ou de vizinhança está em acelerada mutação, é de avaliar, antes do avanço para a projectação de requalificação de espaços públicos ou edifícios antigos, que solução experimentar para reforçar a relação dos moradores com a área que habitam;
4. estimular a valorização dos elementos constitutivos do património arquitectónico e da sua linguagem aplicada na cidade antiga, e que constituem parte importante da sua imagem. No que concerne à utilização de técnicas e materiais tradicionais das construções, a despojada decoração das fachadas, a cor, o estuque, o esgrafito, a utilização do ferro nos vãos, forjado ou fundido, e os seus particulares desenhos, nas sacadas, na janela de peito, a porta, porta-janela, os portões, as aldrabas, a chaminé, as calçadas, os empedrados e os seus motivos decorativos, os poiais, os casos de decoração com azulejo, o traçado irregular das ruas antigas, etc.;

A questão relativa à gestão autárquica, e ao seu papel, a saber:

1. a mobilização da população e dos sectores da cultura, económicos e sociais da cidade, no seu conjunto, e da zona antiga, em particular, deve ser uma constante, desde o início de um programa integrado para o centro histórico;
2. essa mobilização, que se procurou concretizar no período de elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do centro histórico, entre 1998 e

2000, deve ser retomada, desde já, no processo que parta da reavaliação deste plano², da sua revisão, aprovação e início de implementação;

3. a acção municipal é muito importante, nomeadamente:

- na mobilização dos proprietários e moradores para o esclarecimento do valor patrimonial da zona antiga;
- em fazê-los parte importante e activa do processo de revitalização e recuperação do património habitacional do centro histórico;
- na compreensão das medidas de prevenção e de gestão de actuações que potenciam o objecto da intervenção;
- no estimular o interesse, ganhar a confiança e fazer compreender aos comerciantes que a recuperação da zona antiga vai arrastar o crescimento populacional requerido, depois de décadas de perda, e, consequentemente, a vida económica;
- na captação do interesse dos fornecedores dos meios necessários à reabilitação do edificado, dos equipamentos e do espaço público;
- na dinamização e manutenção em actividade de pequenas empresas de construtores em resposta às necessidades da zona antiga;
- em mobilizar a participação dos agentes económicos com relevância no concelho na tentativa de apoiarem parte do financiamento necessário à recuperação da zona antiga, daí retirando também vantagem económica, tendo em conta que um processo desta natureza induz sinergias;
- na mobilização dos actores e agentes da área sociocultural; e, por fim,
- na dinamização, estímulo e interesse e maior participação de estratos mais vastos da opinião da cidade e do concelho para o trabalho de recuperação do centro histórico de Montemor-o-Novo. De facto, nos processos de participação pública, os residentes e restantes agentes da cidade e da zona antiga não existem apenas para vir a conhecer e aprovar o que está decidido pela administração, ou pelas instâncias técnicas. A sua participação implica que se reconheça que a população

² Tendo em conta o novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (decreto-lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro) e o regime aplicável ao Plano de Pormenor de Salvaguarda (cap. VI do decreto-lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro).

não é um “objecto” no processo, mas “sujeito”. É esta posição que faz dela um elemento activo, com quem se partilha dúvidas, certezas, interrogações, para a construção de processos de decisão e propostas que se tornem viáveis. E qualquer “processo de formulação participativa de um plano pode ser mais importante do que o plano em si, dependendo da verificação de certas condições”³.

Outra frente muito específica de gestão urbana, com significado relevante, tem a ver com a organização e apoio técnico do município para relançar esta frente de trabalho de salvaguarda da zona antiga.

Trata-se da necessária criação de uma pequena equipa multidisciplinar, interna, orientada para o programa, o plano, os estudos, projectos e acções, as obras, os processos de financiamento e de comunicação, que a tarefa envolve, para além da manutenção e reforço do gabinete de trabalho para a implementação do Programa de Recuperação e Revitalização do Castelo.

A cultura e o património exigem a definição de uma política de continuidade, apoiada em estruturas técnicas permanentes.

Importa avaliar, ou reavaliar, as condições necessárias de resposta ao programa e sub-programas que constituam esta intervenção, que é complexa e longa no tempo, que deverá evoluir de forma incrementalista e sustentada.

Uma estrutura de planeamento de reabilitação urbana deve poder, de forma integrada, assegurar a gestão urbanística da área, coerente com os objectivos definidos.

No domínio da estrutura técnica, importaria, ainda:

- estudar a implementação de formas de programação, tão rigorosas quanto possível (não esquecendo que são contigentes), e garantir o respectivo controlo de execução: estas medidas permitem a redução de custos;

³ Ver Otilia Arantes, et al., *A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos*, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2000, pág. 180.

- em cada biénio, pelo menos, após a ponderação dos meios disponíveis e a contratar, é exigível avaliar as diferenças de custos entre o reforço dos recursos técnicos internos e a compra eventual de serviços ao exterior, que, em princípio, excepto para certas especialidades, poderá ser mais económica. A economia do projecto deve estar sempre presente e ser uma preocupação fundamental em todas as suas fases, inclusive em obra;

É bem possível que o município se veja na contingência de ter que criar e implementar uma estrutura municipal, do tipo de empresa pública do sector empresarial local, ou sociedade de reabilitação urbana, garantindo o seu controlo, aproveitando a agilização que esta pode permitir na afectação de recursos e meios técnicos e financeiros.

O programa de trabalho de longo prazo, para a zona antiga, e em particular para o castelo, não se compadece com o desenvolvimento apenas, ou pontual, de um conjunto de projectos sectoriais. Ele deve integrar uma acção continuada no domínio da conservação integrada do património arquitectónico do núcleo antigo e da cidade, e da paisagem humanizada envolvente;

O novo paradigma urbano, de que se volta a falar, depois de muitos e muitos anos de expansão desenfreada das cidades⁴ com os custos enormes que implicou, de regresso à cidade antiga, vai voltar a impor-se. E o município não poderá deixar de lhe dar expressão.

6.2. Propostas de trabalho

6.2.1. Castelo

Considerando o estado e a forma, algo precária de conservação e utilização do espaço fortificado, importa sublinhar que a cidade está perante um desafio decisivo: continuar de costas para esta valiosa área histórica da cidade, ou assumi-la como sua, como pertencendo a toda a comunidade, à cidade, à região,

⁴ Comandada pelo modelo neoliberal de financeirização da economia da banca e seguros, com a promoção do crédito para habitação nova, que desprezou e votou ao abandono os centros das cidades antigas.

ao país (o seu valor histórico e simbólico fez do castelo um “monumento nacional”, passando a apoiar todas as iniciativas do município e a exigir deste um papel activo no que concerne à sua recuperação e valorização.

Todos os projectos na área do Castelo, quer os que estão em curso ou propostos complementarmente, assentam no princípio de que, correspondendo a políticas públicas, é no interesse público que são desenvolvidos e implementados e é nessa perspectiva que devem ser encarados e defendidos.

Muralhas e torreões

Detecção de situações graves, que são evidentes ao longo dos cerca de 70-80 metros de pano de muralha em situação de pré-ruína, e realização de trabalhos de salvaguarda de emergência.

Salvaguarda de todas as estruturas do conjunto muralhado, com planificação de obras de consolidação e de restauro e de garantia de medidas de conservação regular. Uma parte significativa do troço norte apresenta-se em estado de ruína iminente.

Limpeza da colonização biológica e da vegetação infestante, com a aplicação regular de medidas de tratamento das estruturas e áreas contíguas ao edificado⁵.

Requalificação paisagística da muralha principal (norte) do castelo

Este projecto deverá estar articulado com as propostas de iluminação do Castelo, “iluminação devidamente estudada e de forte efeito cenográfico”⁶.

Trata-se do troço das antigas muralhas, restaurado pela antiga DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), nos anos 40 do século passado, que unem as torres do Anjo, a poente, e a da Má-Hora (a nascente),

⁵ Aplicar regularmente as orientações técnicas do relatório formulado pelo Instituto Botânico de Coimbra, no que se refere a plantas infestantes, posto à disposição do ex-IPPAR e Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, em 2000.

⁶ Conf. *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo*, vol VI (propostas), 2000, pág. 22.

enquadrando, igualmente, a torre da entrada no Castelo – Porta e Torre do Relógio.

A requalificação de toda aquela zona, a sua conservação e manutenção sistemáticas, promove uma melhoria visual, e uma mais efectiva ligação na relação entre elementos patrimoniais valiosos e a população do arrabalde e da cidade, no seu conjunto, acabando, definitivamente, com o estado decrépito de uma área “distante” do conforto do meio urbano.

A aplicação do projecto de execução de requalificação paisagística dos troços da muralha, na vertente norte, também prevê soluções que permitam uma melhor percepção e leitura do perfil do castelo, tendo em conta as tomadas de vista a partir do núcleo habitacional e em vários pontos de aproximação à cidade.

Portas e torres

Integrar no projecto de salvaguarda do Castelo e dar especial atenção à conservação e salvaguarda das portas e torres (porta e torre do Relógio, porta e torre do Anjo e porta e torre da Má-Hora), a partir do levantamento arquitectónico elaborado pelo ex-IPPAR, em 2005, e desenvolver um necessário estudo de avaliação estrutural das mesmas, com vista a verificar a necessidade de alguma intervenção de consolidação e restauro arquitectónico.

A recuperação do relógio da torre é uma necessidade. Trata-se de uma peça, provavelmente do século XVIII, recuperada nos anos 60 do século passado, mas em estado de degradação e abandono.

Também se coloca a necessidade de intervenção imediata e uma planificação regular de desinfestação da vegetação e colonização biológica que degradam, sobremaneira, as estruturas e a imagem do conjunto.

Igreja de S. João Baptista

Torna-se cada vez mais urgente a realização de levantamento arquitectónico e avaliação estrutural e do estado de conservação da pequena igreja de S. João Baptista, situada junto ao antigo Paço dos Alcaldes. Edifício de pequenas

dimensões, seria utilizada pelo alcaide e família. A mais antiga referência escrita acerca deste templete data de 1302, admitindo-se que teria sido inicialmente a antiga mesquita da alcáçova islâmica. É um pequeno monumento, alvo de várias reformas ao longo do tempo, e que terá sido abandonada a partir de 1834.

A necessidade de um projecto de reabilitação, por exemplo, com funções museológicas de apoio aos estudos e divulgação do património arqueológico do Castelo, impõe-se, uma vez que não faz qualquer sentido manter-se indefinidamente fechada e a degradar-se. O estudo proposto deveria articular-se com o arranjo paisagístico do núcleo sul do Castelo, onde se insere a ruína do antigo Paço dos Alcaides.

Nova iluminação pública e ambiental do conjunto do Castelo e envolvente

Renovação da iluminação ambiental, nomeadamente, na muralha norte (da cisterna junto à torre e porta do Anjo, até à Torre da Má Hora/porta de S. Tiago), torres e portas de acesso, ruínas do antigo Paço dos Alcaides/Igreja de S. João Baptista e envolvente. A iluminação pública ambiental impõe-se para melhor integração e humanização do espaço, protecção e segurança de pessoas e bens. A qualificação da iluminação pública e cénica traz maior conforto aos utilizadores, nomeadamente em tudo aquilo que sejam acções de promoção cultural, quer municipal quer dos actores culturais sediados no concelho, que passarão a usufruir de melhores condições daqueles espaços.

Infra-estruturas

Continuar a implementar as novas redes de infra-estruturas que acompanham os actuais usos do Castelo (redes e ramais de águas, saneamento, electricidade e telecomunicações), associando-lhes soluções de uso de energias renováveis.

Miradouros do Castelo para a envolvente

Estudar, integradamente, o modo de aproveitar excelentes pontos de tomadas de vista do Castelo para a cidade e paisagem envolvente (colinas do Convento de Nossa Senhora da Conceição e da Ermida de Nossa Senhora da Visitação e serra de Monfurado, por exemplo) como miradouros, tendo em conta a beleza da paisagem humanizada, a perder de vista.

Recuperação e reabilitação do antigo Convento da Saudação

Este antigo cenóbio dominicano feminino foi secularizado em 1876 na sequência da exclausuração religiosa. Naquele ano foi adaptado a asilo de infância que aí funcionou até 1973, data a partir da qual é encerrado, abandonado e, por múltiplas vezes, vandalizado. Alvo de obras pontuais de conservação, nos anos 90 do século passado, e nos anos mais recentes, é ocupado, provisoriamente, pela associação de produção artística Espaço do Tempo e por serviços da Câmara Municipal local que se ocupam com a implementação do programa do Castelo.

O Ministério da Cultura, aceitou promover a elaboração de um programa e projecto de reabilitação em vias de concretização, para instalar no convento e cerca adjacente um conjunto de valências para lançar um centro nacional de artes performativas transdisciplinares – ou CNAT (Centro Nacional de Artes Transdisciplinares). Esta unidade artística, resultante de um acordo de cooperação entre a Câmara e a Associação Espaço do Tempo, desenvolve a sua actividade em duas vertentes: uma, a criação e a reflexão artística, ao mais alto nível, tendo como objectivo a implementação de espaços de criação/apresentação, zonas técnicas e serviços de apoio, bem como áreas de residência de criadores; outra, na vertente sociocultural, o que significa a existência de actividades possibilitando a fruição de iniciativas culturais, associadas a um rico património arquitectónico recuperado e com novos e diversificados usos.

O projecto de reabilitação do Convento, integra também a criação de equipamentos para a instalação dos serviços municipais que coordenam a

implementação do programa do Castelo e a unidade de investigação, oficina de conservação e restauro, arquivo e reserva arqueológica do mesmo programa.

O programa funcional, que implica a reabilitação do convento, e a criação de um novo edifício, impõe uma intervenção nas áreas adjacentes ao Convento, nomeadamente no terreiro frente ao Centro Interpretativo e cercas envolventes, a norte e a sul do monumento.

A reabilitação do Convento, que implica um conjunto de intervenções significativo, de reabilitação arquitectónica e a conservação e restauro do seu riquíssimo património integrado, implicará a produção de um manual de boas práticas manutenção e segurança, como sendo a melhor medida de prevenção, estabelecendo rotinas de vigilância, monitorização das condições de preservação do edificado, tanto nos seus aspectos estruturais como artísticos.

A mata do Castelo

A zona da mata do Castelo constitui uma área de paisagem a requalificar, emprestando-lhe melhores condições como zona de estada e de lazer. Trata-se de uma área verde, com relativa unidade e qualidade que exige ser beneficiada, quer em relação à flora quer no que se refere aos caminhos e ao seu equipamento com mobiliário urbano específico.

Outros espaços livres e acessos no interior do Castelo

O Castelo é de uma grande dimensão e todos os espaços livres e arruamentos ou caminhos, com excepção daqueles considerados como parte da reserva de exploração arqueológica – em curso de investigação, desde 2002 – e que não estão incluídos no projecto de recuperação e requalificação do Convento e da mata, devem merecer a atenção devida do ponto de vista paisagístico e respectiva conservação e manutenção sistemáticas.

Equipamento com mobiliário urbano

Em todas as áreas objecto de requalificação mais específicas, e no restante conjunto, deverá ser estudado, o reaproveitamento de algum mobiliário urbano

antigo, de qualidade, que ainda existe, bem como a implementação de novo equipamento de apoio aos serviços urbanos. Poderá equacionar-se a necessidade de novos pequenos equipamentos de carácter lúdico para os variados segmentos da população residente e visitantes.

Salvaguarda das ruínas da igreja de Santa Maria do Bispo

As patologias do portal e do que ainda resta deste arruinado templo tecentista, resultado dos fenómenos de meteorização, da acção humana, do seu uso como espaço agrícola, do vandalismo e abandono absoluto do lugar durante centenas de anos, impõem um estudo de diagnóstico, por um lado, para conter os danos, e, por outro, para realizar os necessários trabalhos de conservação, manutenção e valorização, como testemunho singular da ocupação humana do Castelo e para memória futura.

Antiga casa da Guarda

A avaliação das condições do que resta desta obra justifica a sua salvaguarda e conservação, como ponto de visita importante do Castelo.

Antiga casa da Condessa de Valenças

Este edifício, adossado à muralha, actualmente apenas em parte ocupado, tem condições para ser requalificado com um uso residencial, turístico ou não. É preciso atrair residentes ou visitantes para o espaço do Castelo e a intervenção sugerida contribuirá de alguma forma nesse sentido.

Um circuito de visita ao Castelo

Já estão criadas as condições minimamente necessárias e os meios logísticos para apoiar as visitas de grupos ao Castelo. Importa, agora, estabilizar os meios humanos para esta tarefa, de modo a permitir as iniciativas municipais de divulgação de todo o património arquitectónico e paisagístico do Castelo e envolvente, a fim de responder a solicitações de forma capacitada e eficiente, nomeadamente à sua dinamização cultural.

Com a instalação de um serviço de guarda e limpeza permanentes, a produção e instalação de suportes de informação direccional e interpretativa ficam mais defendidos e constituem uma forma de acolhimento mais adequado aos visitantes.

O projecto arqueológico de investigação, conservação, restauro e musealização

No largo espaço delimitado como prioritário, para os trabalhos de escavação sistemática, com vista ao estudo de sucessivas fases de ocupação do espaço do Castelo e sua integração cultural nos dias de hoje, estão já prospectados mais de mil metros quadrados.

Coloca-se, presentemente, a necessidade de proceder à conservação, restauro, protecção e divulgação de boa parte de estruturas urbanas dos períodos medieval e moderno, para fruição dos mais variados segmentos da população e visitantes, enquadrado no projecto de valorização do Castelo, a que está associado o Centro Interpretativo, como local vocacionado para a exposição temporária e permanente de património arqueológico móvel, e ponto de referência para o conhecimento do património cultural da zona.

Tal tarefa passa pela consolidação e eventual restauro de ruínas e estruturas habitacionais, espaços internos de casas ou compartimentos de uso variado, cisternas, rede de captação de águas e arruamentos, cujo processo está em estudo com a colaboração da Direcção Regional da Cultura do Alentejo. O projecto implica, ainda, outras acções, como: tratamento, estudo, inventário do espólio móvel associado à respectiva ocupação humana; protecção e segurança de estruturas, para sua salvaguarda e musealização; sinalética específica e informação interpretativa, e divulgação; projectos de educação ambiental e patrimonial associados.

O referido projecto arqueológico responde assim a todas as necessidades do programa geral para o Castelo, apoiando o desenvolvimento das acções específicas de recuperação e valorização daquele espaço.

Divulgação da investigação e documentação histórica e interpretativa

À medida que o aprofundamento do conhecimento se vai materializando, através da investigação histórica e arqueológica, quer por parte dos serviços municipais quer de investigadores exteriores, que o município apoia e estimula, é necessário promover publicações e edições, a somar às existentes, e que são significativas, que divulguem a história do espaço, dos edifícios históricos, das formas de ocupação, dos conjuntos e formas de viver e habitar, dos espólios recolhidos que testemunham as formas de relação dos estabelecimentos humanos, seus usos, costumes e artefactos, havidos no Castelo da antiga vila medieval.

Nova sinalética

O conjunto de intervenções que o programa de recuperação e reabilitação do Castelo já implementou, e que vai ter que continuar a promover, nos próximos anos, exige, pelas mais diversas formas e métodos, a execução gradual de um novo suporte de leitura e interpretação, para o melhor conhecimento e entendimento por parte da população da cidade e dos visitantes, uma melhor compreensão do espaço, da sua história e dos elementos patrimoniais, ou das partes restantes que o compõem.

Serviços de gestão na área do Castelo

É absolutamente necessário garantir uma permanente guarda, segurança e conservação e limpeza do Castelo e área envolvente.

O princípio de actuação nestes domínios parte do pressuposto de que o Castelo, como parte da cidade, deve ter um tratamento cuidado, a sua manutenção deve ser sistemática e a conservação da paisagem uma preocupação constante.

Os visitantes e os residentes da cidade sentem-se atraídos para o Castelo, mas não é possível extrair daí resultados concludentes se lhes é oferecido um panorama de falta de limpeza e degradação da envolvente, espaços internos,

para além do estado degradado de uma parte dos edifícios e das áreas da encosta ligadas à zona urbana. Uma tarefa a encarar é a eliminação gradual de barracas e construções abarracadas na envolvente.

Os recursos patrimoniais do Castelo são por de mais significativos para se manterem em estado descuidado. Neste domínio, a tutela (Ministério da Cultura) e a Câmara poderão encontrar formas de salvaguarda e valorização dos espaços, naquilo que corresponda às competências respectivas, para a gestão da zona em condições tais que a população residente e o visitante se orgulhem do que vêem e sentem, face a testemunhos valiosos da nossa memória histórica.

Uma vez que o Ministério da Cultura não pode eximir-se das suas responsabilidades, enquanto entidade de tutela, e para mais tratando-se de um conjunto classificado como “monumento nacional” é necessário consolidar e manter as articulações necessárias entre o Ministério, através da sua Direcção Regional da Cultura, e os serviços municipais. Só assim se poderá garantir a gestão, conservação e manutenção correntes daquele espaço, por um lado, e a integração dos projectos e operações em desenvolvimento do programa de recuperação e reabilitação, por outro⁷.

Acessos ao Castelo e interfaces com a zona habitacional do centro histórico

Há vários níveis de acessos estruturantes na ligação entre estas duas áreas da cidade, a saber: a Rua do Quebra-Costas (de acesso pedonal), a Rua da Matriz Velha (pedonal e viária) e a Rua Condessa de Valenças (pedonal e viária).

No que respeita à Rua do Quebra-Costas, o ante-projecto elaborado em 1999 pretendia reforçar e tornar mais adequado, funcional, seguro e confortável para o peão, o acesso entre o interior da zona habitacional do centro histórico (a partir da Praça Cândido dos Reis, uma pequena praça na malha urbana) e o

⁷ Releve-se o excelente trabalho de cooperação entre os serviços do ex-IPPAR e ex-IPA, Direcção Regional da Cultura/IGESPAR e o Programa do Castelo, no domínio das intervenções arqueológicas, e nos estudos de reabilitação do Convento da Saudação, em curso, e do Centro Interpretativo, concretizado, ao longo de mais de dez anos.

Castelo. Esta intervenção implicava igualmente o arranjo paisagístico dos espaços vazios de intersecção com a encosta.

É necessário elaborar um projecto paisagístico do acesso pela Rua da Matriz Velha, a partir do Largo da Escola Nova, com a intersecção com a Rua do Castelo, recuperando o arruamento e qualificando o coberto vegetal ao longo da encosta.

O projecto de intervenção no terreiro fronteiro à entrada principal do Castelo, junto à Torre do Relógio, com criação de áreas de estacionamento, é uma necessidade que emerge dos novos usos previstos para o recinto amuralhado e, inclusive para as actuais e futuras necessidades, impedindo o acesso automóvel ao interior do recinto amuralhado.

A Rua Condessa de Valenças é a principal ligação viária e pedonal entre a zona habitacional e o Castelo, articulando-se com outras vias localizadas no arrabalde e a vertente sueste da colina. Não tem, ainda hoje, as características urbanas que o projecto inicial lhe pretendeu dar. Deve constituir, no futuro, a principal ligação viária de acesso ao Castelo, com um tratamento de permita valorizar o conjunto habitacional adjacente e o espaço verde da encosta que a bordeja. O projecto articula três aspectos fundamentais: a reactivação do arruamento, a criação de uma zona de estacionamento e de enlace com a porta de entrada no Castelo, e a intervenção na Rua D. Vasco (trainel, ou declive na zona de curvatura), de modo a permitir a resolução do acesso de viaturas de turismo, de maior porte.

Aquisição da antiga igreja de S. Vicente e elaboração de um programa funcional e projecto de reabilitação

Trata-se de uma peça arquitectónica de valor histórico patrimonial significativo, “agarrada” ao Castelo e a merecer atenção e intervenção urgentes. Poderá ser reabilitada para o núcleo museológico do arrabalde.

Parque de Escultura

A área do Castelo é um património nacional de extrema importância. O lugar pode ser exaltado com propostas para o seu enriquecimento e para a sua melhor fruição e funcionalidade, sem “ferir” o espaço, associando elementos de arte pública aos testemunhos formais e à paisagem existentes. A escultura poderá ser, assim, uma linha de força que poderá enriquecer culturalmente o sítio, bem como estabelecer um diálogo activo nos múltiplos percursos em que irá pontuar a relação do Castelo com a área habitacional do centro histórico e o rio.⁸

6.2.2. Rio Almansor

A requalificação e a valorização do rio Almansor é uma emergência reconhecida por toda a população. Para isso, torna-se necessário definir, à partida, o troço do rio que o justifica essa intervenção.

Numa primeira fase, poderia ser elaborado um plano de trabalho que apontasse para o troço envolvente de toda a zona urbana de nascente para poente, entre o açude da Rata, próximo da EN n.º. 4, e os moinhos da Ponte de Lisboa, junto à EN n.º. 114. Esta proposta de trabalho resulta da observação directa de todo este troço do rio e nos contributos havidos nos últimos anos, de diversa proveniência⁹, bem como e da reflexão iniciada (no ano de 2003) por um grupo de trabalho, envolvendo vários serviços municipais locais (Programa do Castelo, Divisão de Administração Urbanística, Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos e Divisão de Cultura, Desporto e Juventude), a qual não teve continuidade.

Assim, no plano da recuperação e valorização patrimonial, justificar-se-ia:

⁸ Conf. a proposta da Câmara Municipal de 24 de Setembro de 2007, elaborada com a colaboração do pintor Rogério Ribeiro, apresentada à Direcção Regional da Cultura do Alentejo.

⁹ Conf. *Estudo prévio de enquadramento paisagístico do Castelo de Montemor-o-Novo* (Universidade de Évora, 1990); *Programa de Trabalho para o Castelo* (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1996-1997); *Estudo de Recuperação e Valorização Ambiental do troço do rio Almansor* (trabalho académico de Sílvia Almeida para a Universidade de Évora, 1997).

- estudo pormenorizado, feito por uma equipa multidisciplinar, sobre os moinhos do rio Almansor, para equacionamento de futuras intervenções;
- garantia de caudal mínimo proveniente da barragem dos Minutos;
 - limpeza e desobstrução das margens (material vegetal e detritos);
- manutenção da vegetação e da galeria ripícola, pela função de estabilização do tecido marginal ao leito do rio e no restabelecimento do contínuo natural;
 - replantações nos troços onde o revestimento vegetal é mais deficiente ou haja sido destruído;
 - recuperação de açudes, levadas e represas, pontes e pontões;
 - eventual criação de novos atravessamentos pedonais;
 - manutenção de “espelhos de água”;
 - criação de zonas de estada;
 - estudo de enquadramento paisagístico da área da ermida de S. Pedro, na margem direita;
 - estudo de criação de áreas de estacionamento, na zona do moinho do Porto das Lãs (margem direita) e antiga Casa do açude do Poço;
 - recuperação da casa do açude do Poço para fins lúdicos ligados à fruição do rio (margem esquerda);
 - estudo de novas propostas de atravessamento no Porto das Lãs e moinho do Ananil;
 - recuperação do moinho do Ananil (adquirido pelo município para fins socioculturais, em 2001) e recuperação da estrada de acesso ao moinho e estacionamento;
 - acções de divulgação do património fluvial, e sensibilização da população para a sua defesa e salvaguarda;
 - acções de educação ambiental e de sensibilização da população escolar;
 - garantir o tratamento dos efluentes, para defesa qualitativa da linha de água;

- retomar o projecto “Zonas de Interesse Ambiental do Alentejo Central”¹⁰, Este roteiro, não teve desenvolvimentos práticos no terreno, por parte dos serviços regionais do Ambiente, que o lançaram. Ele contém, a pedido e em diálogo com a Câmara Municipal – gabinete do Programa do Castelo, além dos percursos da Gruta do Escoural e de Monfurado, dois outros importantes percursos culturais: o do rio Almansor – moinho da Azenha, e o do rio Almansor – Moinhos. Este último percurso envolve a vertente da colina do Castelo, o Castelo, o monte da Borracha, o moinho Novo, o moinho do Ananil, o moinho do Porto das Lãs, a zona do moinho do Canal e o moinho da Pintada. Tendo em conta a aquisição pela Câmara de um dos moinhos do rio (moinho do Ananil), com vista a torná-lo pólo de educação ambiental, todos os percursos do rio Almansor teriam como ponto de partida este equipamento, quando viesse a ser recuperado. A riqueza da paisagem, a galeria ripícola, a flora e a fauna, a paisagem cultural representada pelos testemunhos do património arquitectónico e etnográfico ligados à vivência da população e à actividade da moagem – os açudes, as levadas, as represas, as construções e o processo de aproveitamento da energia hidráulica, as lezírias (ou hortas) associadas aos moinhos, os sistemas de captação de águas para consumo humano e para rega, os sistemas mecânicos moajeiros, e a sua evolução, até à introdução da energia eléctrica, eram os temas fundamentais para registar e sublinhar a memória e a valorização da zona.

- o estudo global para estabelecer escolhas sobre toda a zona do rio, “encostada à cidade” – do açude da Rata aos Moinhos da ponte de Lisboa, teria de ter em conta as possibilidades de fruição lúdica do rio, o que significaria o estudo de zonas de estar, de melhoria das acessibilidades e estacionamento próximo, para apoio às actividades culturais e percursos de visita, nomeadamente na zona dos moinhos do Ananil, Novo, Zangalho¹¹, Pintada e

¹⁰ Editado pela então Direcção Regional do Ambiente - Alentejo, na sua colecção *Percursos na Natureza*, e elaborado pelo Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, em 1997.

¹¹ Estes três moinhos estão inseridos na área delimitada do centro histórico, ao abrigo do Plano de Salvaguarda (2000). O moinho do Ananil terá cessado a sua função no princípio dos anos 80 do século passado.

Azenha, entre outras, tendo em conta as possíveis articulações e tomadas de vista sobre o Castelo e o seu património, e destes para com o rio.

- implementação do projecto específico de recuperação do moinho do Ananil, propriedade do município. É composto de casa de habitação, forno, cavaliças, parte da antiga oficina e do complexo moageiro. Foi feito um inventário do seu espólio e a sua aquisição resultou de uma proposta para a valorização do rio Almansor apresentada pelo gabinete do Programa de Recuperação e Revitalização do Castelo, de 1997, reafirmado pela equipa do Plano de Pormenor de Salvaguarda, de 2000, e pelo trabalho de estágio profissional enquadrado pelo Gabinete do Castelo, em 2007¹².

- A proposta para o moinho do Ananil visaria a sua recuperação, com vista a preservar a memória e o património molinológico. A partir do moinho, projectar a integração da herança colectiva do rio, paisagem, moinhos e moagem, a implementação de roteiros, desenvolver uma oferta cultural ligada à educação ambiental e patrimonial, experimentação científica, em articulação com as unidades de ensino do concelho, e eventualmente a Universidade de Évora, de promoção cultural, com eventual criação de espaços de alojamento temporário para apoio à investigação e actividades artísticas, e uma pequena instalação residencial de apoio ao projecto, entre outras valências.

6.2.3. A área habitacional do centro histórico

A área habitacional do centro histórico representa um conjunto, a par da zona do Castelo e o troço do rio, a que antes demos o devido relevo, para o qual é urgente reiniciar um processo sistemático e sustentado de reabilitação urbana.

Passados dez anos, após a finalização do plano, é compreensível que uma equipa multidisciplinar - municipal, interna à Câmara - seja encarregada de o implementar, não sem reavaliar as propostas efectuadas em 2000, a começar por

¹² Ver proposta de *Recuperação e Refuncionalização do Moinho do Ananil* - Relatório de Estágio Profissional, elaborado por Dulce Neves, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo - Programa do Castelo, Janeiro de 2007.

um diagnóstico sócio-económico e urbanístico e sobre o estado de conservação do edificado, actualizando-o.

É natural que a quebra de população residente, o envelhecimento na base e no topo (aumento relativo da população idosa e redução da população jovem) se tenha acentuado.

É espectável também que o comércio de proximidade tenha visto agravar-se a sua situação de sobrevivência e, mesmo, conhecido maior declínio.

Seria absolutamente necessário avaliar o peso relativo, hoje, da vida cultural e associativa, dentro e com a participação da população residente na zona antiga.

O reconhecimento do inventário dos edifícios e fracções, das suas características estruturais, do estado de conservação, do regime de propriedade e ocupação poderão, e deverão, a nosso ver, fazer parte desta reavaliação.

Impõe-se a análise das dinâmicas socioeconómicas, a evolução da população residente, a análise da qualidade do ambiente urbano, a evolução da procura e oferta imobiliária, o aumento ou não das casas devolutas, degradadas ou em ruína iminente, a análise das intervenções havidas por particulares ou apoiadas pela Câmara¹³.

Provavelmente, far-se-á sentir também a necessidade de estudar a identificação dos meios legais e financeiros e a identificação dos agentes, ou novos agentes, a envolver no processo de reabilitação da cidade.

As indicações dadas são apenas alguns tópicos de exemplos do trabalho a enfrentar, dada a urgência de estabelecer um novo quadro de planeamento e intervenção na zona antiga.

¹³ O novo recenseamento da população e habitação, a lançar pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), a partir do próximo ano, é um instrumento necessário a aproveitar. E o Município, cremos, terá todo o interesse em protocolar com o INE a recolha e o tratamento desses elementos, a partir das unidades físicas de recolha de dados que o Gabinete Técnico Local utilizou, em 1998/1999, no inquérito urbanístico e à população, em toda a zona do centro histórico. Isto, para garantir uma análise comparativa adequada e eficaz da sua evolução.

Em termos de legislação e regulamentação algo mudou nestes últimos anos. Quanto aos apoios estatais e linhas de financiamento nacionais certamente muita coisa há que levar em linha de conta, a determinar a actuação municipal. E novas exigências se vão colocar, em resultado, nomeadamente, da nova legislação sobre reabilitação urbana das zonas históricas. E o Município terá certamente um papel importante no futuro, no que respeita à defesa e protecção do seu núcleo histórico, uma vez que o modelo de “retorno” à cidade antiga, poderá impor uma nova política de reabilitação urbana, por contraponto à pressão imobiliária de expansão desmesurada das cidades. E a participação do investimento privado na recuperação, se for orientada nesse sentido, será relevante se for enquadrada por políticas municipais activas.

Vejamos que outras tarefas o novo Gabinete do Centro Histórico deveria ponderar:

- avaliação geral e específica do conjunto de quarteirões críticos (no estudo do Plano referido, 14 em 74 dos quarteirões analisados mereceram essa classificação, a partir da análise da condição das famílias e do estado de conservação e infra-estruturas das habitações;
- análise da evolução da estrutura funcional não habitacional, na zona antiga;
- elaboração de um plano de protecção e intervenção no património edificado monumental (Carta do Património);
- plano de intervenção no património vernacular edificado com valor histórico;
- orientações para a dinamização do turismo cultural na cidade, em articulação com os programas de animação dos núcleos das vilas históricas do concelho (nomeadamente Santiago do Escoural e Cabrela);
- estudo de implementação de propostas de criação de itinerários culturais da cidade (edifícios classificados, valores arquitectónicos, itinerário do Manuelino, itinerário da Pintura Mural - templos, actual hospital, edifício da Misericórdia, etc.), fontes e fontanários;

- participação na elaboração dos projectos integrados de itinerários culturais da região (percurso dos Castelos);
- propostas de requalificação de espaços públicos e acessos à zona antiga e à cidade;
- participação nos processos de criação da rede museológica concelhia – municipal e privada;
- participação nos projectos de animação e educação cultural (património edificado e ambiente);
- participar no desenvolvimento de acções de dinamização do investimento público e privado na reabilitação urbana e na defesa do património monumental;
- apoio, em projecto e obra, nas iniciativas particulares de recuperação da habitação degradada através da associação proprietários com inquilinos, administração central, Câmara e investidores;
- coordenação de plano de financiamento a médio-prazo do programa de reabilitação urbana do centro histórico;

E, ainda, quanto ao desenvolvimento concreto de ideias, de estudos preliminares e de projectos, que aguardam concretização ou que venham de novo a impor-se, face ao novo quadro de intervenção, no momento presente e futuro próximo, poderemos equacionar algumas, que já constam do Plano de 2000, exigindo-se a sua reavaliação económica e a definição de prioridades, a saber:

- a) tendo em conta as particularidades do centro histórico, nomeadamente da área do Castelo e da zona habitacional, áreas exteriores ao centro histórico, como as zonas consolidadas edificadas nos anos 40, 60 e 80 do século XX e as novas zonas de expansão, o plano de pormenor do Rossio, a necessidade de intervenção sobre a mobilidade na Avenida Gago Coutinho, Carreira de S. Francisco, etc., impõe-se o estudo integrado de um plano global de mobilidade;

- b) intervenção no domínio dos grandes equipamentos da zona antiga e toda a área urbana (Escola Conde Ferreira, antigo Hospital do Espírito Santo e Santo André, Convento de S. Francisco e Cine-teatro Curvo Semedo);
- c) especial cuidado na manutenção, uso e reforço de equipamentos, na zona antiga, procurando, tanto quanto possível, evitar-se a transferência de funções para os limites da zona urbana, enfraquecendo a zona do centro histórico;
- d) recriar, articuladamente com as necessidades da zona antiga (Castelo, zona habitacional e rio Almansor) um programa de sinalética direccional e informativa, a implementar faseadamente.

Neste domínio, importa rever e reavaliar a sinalética implementada nos últimos anos (de qualidade em múltiplos aspectos) e alargar a sua lógica, no sentido de aprofundar o projecto, de acordo com as propostas do plano de salvaguarda, tendo como referência o centro histórico¹⁴.

- e) o plano de salvaguarda verificou que existe “um número muito reduzido de imóveis oficialmente classificados dentro e fora do centro histórico”¹⁵, em particular na zona habitacional. Daí a necessidade de organizar um processo de protecção a um conjunto de edifícios com características tipológicas importantes e significado histórico, nomeadamente: Ermida de S. Lázaro (sécs. XV/XVI); Convento de Nossa Senhora da Conceição (séc. XVIII); Ermida de N. Sra. da Paz (séc. XVI); Hospital do Espírito Santo e Santo André (séc. XVI?); Igreja de S. Vicente (séc. XVII?); Convento de S. Francisco (séc. XVI); Ermida de Nossa Senhora da Visitação; Convento de S. João de Deus; Casas de habitação, sitas na Rua Teófilo Braga, nº. 52 e 58,

¹⁴ Ver proposta de plano de sinalização direccional e interpretativa e sua localização no centro histórico, vol. VI do *Plano de Salvaguarda*, ob. cit., págs. 96 e 97. A proposta para a sinalização direccional e interpretativa, no Castelo, terá que depender da possibilidade de garantir mais vida ao Castelo, um serviço de guarda e segurança, e novos suportes em materiais mais resistentes ao vandalismo.

¹⁵ Ver *Plano de Salvaguarda*, ob. cit., vol. VI, págs. 102-104.

respectivamente dos sécs. XVI e XV; Chafariz de Nossa Senhora da Conceição (séc. XVII); Fonte da Rua Nova (séc. XVIII); Chafariz do Besugo ou Fonte Nova de D. Maria (séc. XIX); Moinho do Ananil; Recolhimento do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Luz (Hospital da Misericórdia) (séc. XVI); Casa-torre de habitação na Rua D. Vasco (séc. XVI?); Pórtico e Fonte da Horta do Pocinho (sécs. XVII/XVIII); Horta de D. Afonso (séc. XVII); Horta da Janelinha; Escola Primária Conde Ferreira (séc. XIX).

- f) O plano de infra-estruturas para o centro histórico¹⁶ detectou um vasto conjunto de problemas a equacionar e resolver, faseadamente, em função das necessidades prioritárias do plano de intervenção, nomeadamente, a saber: renovar a rede infra-estrutural, conjugadamente com as diferentes propostas do processo de reabilitação urbana e os equipamentos domiciliários nos termos da legislação em vigor; aumentar as condições de segurança no centro urbano antigo, na vertente das infra-estruturas de combate a incêndios, para protecção dos residentes e das actividades sociais e económicas; integrar novas tecnologias de informação aplicadas à gestão dos sistemas de abastecimento de água; e contribuir para a gestão racional da água, bem escasso na área do concelho.
- g) O plano considerou, e a nosso ver correctamente, que, no que se refere à intervenção no espaço público, a grande prioridade são as praças, largos e terreiros, promovendo a respectiva qualificação, mantendo a estrutura antiga da rede viária¹⁷. Daí, avançar com as propostas de estudo prévio da Praça General Humberto Delgado, Praça Dr. Miguel Bombarda, Praça Cândido dos Reis, Terreiro de S. João de Deus, Largo dos Paços do Concelho, Largo Gulbenkian e Largo Alexandre Herculano. Esta proposta considera que o projecto dos espaços públicos, não lineares e lineares, pode ser factor de

¹⁶ Ver *Plano de Salvaguarda*, ob. cit., vol. VI, págs. 104-111.

¹⁷ Ver *Plano de Salvaguarda*, ob. cit., vol. VI, pág. 41.

indução da recuperação dos edifícios habitacionais, comércio e serviços;

- h) Importante, no processo de revitalização, é retomar a iniciativa, tentada mas fracassada, em 1999/2000, devido à muito pouca adesão por parte dos empresários do comércio local, do projecto de qualificação das actividades comerciais – o Programa de Urbanismo Comercial;
- i) A Avenida Gago Coutinho merece uma atenção especial. É uma das situações mais críticas da cidade de Montemor-o-Novo. Está no limite do centro histórico e corta a cidade a meio. A intervenção nesta avenida permitiria redefinir o seu perfil, estreitando as faixas de rodagem, que passariam a impedir a circulação de grandes viaturas de transporte rodoviário, alargando passeios e criando melhor segurança para a circulação pedonal, instalação de novo mobiliário urbano, melhor integração da área do parque urbano e melhores articulações com a área habitacional do centro histórico (Rua de Avis e Ruinha). A requalificação da Avenida Gago Coutinho depende da resolução da variante à cidade, a Norte ou a Sul, ou de ambas. A variante a Norte há muito que aguarda o investimento previsto por parte das Estradas de Portugal.
- j) A variante a Sul da cidade, enquadrando o Rio.
Na revisão do Plano de Urbanização da cidade (1997) foi proposta uma outra variante, a Sul, ligando a zona do parque de feiras a leste e à entrada da cidade, passando sobre o rio Almansor e entroncando com a EN nº. 253, estabelecendo a ligação com a estrada de Alcáçer do Sal e a EN nº. 4, junto aos moinhos da ponte de Lisboa. Isto permitia “recentrar” a cidade, transformando a zona meridional em uma área urbana qualificada que potenciará a recuperação e requalificação do rio e do seu património ambiental.
- k) Sobre a Rua da Janelinha, a que já fizemos referência, é imperativo transformar, requalificando-o, este antigo troço da EN nº. 114, num

arruamento de carácter urbano, como acesso privilegiado ao centro histórico, ao Castelo e ao rio, refazendo o pavimento, criando passeios, iluminação adequada, recuperando os elementos arquitectónicos de qualidade da envolvente, como a fonte da Horta da Janelinha, a fonte da Horta do Pocinho, o edifício da Horta de D. Afonso e o antigo lagar da Casa Praça.

Concluimos, afirmando que a dimensão dos centros históricos, a diversidade e o peso dos problemas que exigem intervenção, as responsabilidades e as indefinições, ainda hoje muito presentes, de uma política nacional de reabilitação urbana, constituem as maiores dificuldades do poder local. A sua resolução satisfatória passa por clarificar competências e atribuição efectiva de meios adequados à sua intervenção, os quais são factores a ter em conta num processo que exige um protagonismo acrescido dos municípios.

Bibliografia

BANHA DE ANDRADE, A. A., “Breve História das Ruínas do Antigo Burgo e Concelho de Montemor-o-Novo”, *Cadernos de História de Montemor-o-Novo*, nº. 3, Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e de “A Defesa”, Évora, 1977.

BANHA DE ANDRADE, A. A., “Judeus em Montemor-o-Novo”, *Cadernos de História de Montemor-o-Novo*, nº. 4, Edição do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo e Academia Portuguesa de História, Évora, 1977.

BARBOSA, Ana Lucia Rosado da Silva, *Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo – Contributos para uma Proposta de Recuperação*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Março de 1998 (policopiada).

BOAVIDA-PORTUGAL, Luís, *Os Centros Históricos numa estratégia de Conservação Integrada – Contributos para o estudo do processo urbano recente do Centro Histórico de Évora*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2003 (policopiada).

CAEIRO, Elsa, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos situados na Área de Influência de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).

CHOAY, Françoise, *O Urbanismo – Utopias e Realidades – Uma Antologia*, Editora Perspectiva, S. Paulo, Brasil, 1998.

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2000.

CHOAY, Françoise, *Património e Mundialização*, Edição bilingue, Casa do Sul Editora e Centro de História de Arte da Universidade de Évora, Évora, 2005.

CORREIA, José Hilário de Brito e ÁLVARES, J. Manuel, *Estudos Históricos, Jurídicos e Económicos sobre o município de Montemor-o-Novo*, Edição fac-simile, Coimbra Editora, 2001.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora (Zona Norte)*, Vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975.

FONSECA, Jorge, “A Vila intra-muros de Montemor-o-Novo – Contributo para o seu estudo”, *Almansor – Revista de Cultura*, nº. 11, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1993.

FONSECA, Jorge, “Uma vila alentejana no Antigo Regime – Aspectos sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII, *Almanson* – Revista de Cultura, nº. 4, 1993.

FONSECA, Jorge, *Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo – Inventário*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1996.

FONSECA, Jorge, *Montemor-o-Novo no século XV*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

GARRETT, José, *Proposta de Programa para a elaboração do Plano de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico de Montemor-o-Novo (PSRCH) – Instalação do Gabinete Técnico Local*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1997 (policopiado);

GODET, Michel Godet, *Manual de Prospectiva Estratégica – Da antecipação à Acção*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1993.

GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1992.

GONÇALVES, Ana, “Novos dados sobre a antiga vila de Montemor-o-Novo – Resultado dos trabalhos de 1992-1993”, *Almanson* – Revista de Cultura, nº. 11, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1993.

JORGE, Virgolino Ferreira, *Cultura e Património*, Edições Colibri e Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005.

MENDES, Francisca, *Levantamento e Caracterização dos Moinhos do rio Almanson no concelho de Montemor-o-Novo*. Pós-Graduação em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, Universidade de Évora, 2007 (policopiado).

MIRADOURO, Sílvia, *Recuperação e Valorização Ambiental do troço do rio Almanson inserido no plano Urbanização da cidade de Montemor-o-Novo*, Trabalho de fim de curso, Universidade de Évora, 1997 (policopiado).

NEVES, Dulce, *Projecto de Refuncionalização do Moinho do Ananil*, Trabalho de estágio, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2007 (policopiado).

PEREIRA, Manuela, “Intervenção Arqueológica no Castelo de Montemor-o-Novo – resultados preliminares”, *Almanson* – Revista de Cultura, nº. 3 (2ª. Série), Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2004.

PEREIRA, Manuela, *et al.*, “Silos do Castelo de Montemor-o-Novo – O espólio cerâmico”, *Almansor – Revista de Cultura*, nº. 4 (2ª. Série), Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2005.

RESENDE, Tatiana, “Escavações Arqueológicas no Castelo de Montemor-o-Novo”, *Almansor – Revista de Cultura*, nº. 3. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1985.

RIEGL, Alois, *O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua génese*, Editora da UCG, Goiás, Brasil, 2006.

SANTOS, Cláudia Valle, *et al.*, *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral Manuelino*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2003.

SANTOS, Nelson, *Inventário de Pintura Mural do concelho de Montemor-o-Novo*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2006.

SANTOS, Nelson, *Inventário do Manuelino da cidade de Montemor-o-Novo*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2005.

SEARA, Ilda e COIMBRA, Jorge, *Sine Qua Non ou a Ideologia do Habitar*, A Regra do Jogo Edições, Lisboa, 1986.

SILVA, Celino, *Imagens e Vocabulário Simbólico do Centro Histórico de Évora*. Trabalho de Etnossociologia, Universidade de Évora, 1993 (policopiado)

SILVA, Celino, *Planeamento Estratégico – Natureza, Problemas, Estudos de Caso*. Dissertação de Licenciatura, Universidade de Évora, 1995 (policopiado)

SILVA, Celino, *Programa de Trabalho para o Castelo – dossier 1, 2 e 3*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1996 (policopiado).

SILVA, Celino, *Relatório e Aprofundamento das Perspectivas de Trabalho para 2002*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2002 (policopiado).

SILVA, Celino, “Projecto de Programa de Trabalho para o Castelo”, *Almansor – Revista de Cultura*, nº. 4 (2ª. série), Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2005.

Instrumentos de Planeamento de Montemor-o-Novo

Ante-plano de Urbanização de Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1963 (policopiado).

Plano Geral de Urbanização de Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1980 (policopiado).

Plano Geral de Urbanização de Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1987. (policopiado).

Proposta de Definição do Centro Histórico, Regulamento de obras e de criação da Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património (CMAADP), Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1987 (policopiado).

Estudos para a Salvoaguarda do Centro Histórico de Montemor-o-Novo, OA-Oficina de Arquitectura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1989 (policopiado).

Plano Director Municipal de Montemor-o-Novo, URBITEME, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1993 (policopiado).

Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo (Revisão), URBITEME, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2003 (policopiado).

Plano de Pormenor de Salvoaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo, Vol. I a VI, Gabinete Técnico Local - GTL, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2000 (policopiado).

Projecto de Remodelação do Parque Habitacional – Implementação do Estatuto de Área Crítica - 1ª. Fase - Tratamento da Informação, Divisão de Administração Urbanística - Gabinete de Projectos Especiais, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Setembro de 2004 (policopiado);

Carta Estratégica do concelho de Montemor-o-Novo - 2007/2017, (Diagnóstico e Propostas), Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2007 (policopiado).

Constituição do Gabinete do Centro Histórico de Montemor-o-Novo – Memorando Justificativo, GTL (Gabinete Técnico Local)/GCH (Gabinete do Centro Histórico. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Novembro de 1999 (policopiado);

Programa de Reabilitação da Área do Centro Histórico de Montemor-o-Novo - Candidatura ao Programa de Reabilitação das Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) - vertente Constituição do Gabinete Técnico Local (GTL), Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1996.

Montemor Pedra-a-Pedra, Candidatura ao Programa Operacional Regional do Alentejo - Eixo 2. Desenvolvimento Urbano - Parcerias para a Regeneração Urbana, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2008 (policopiado).

Outros documentos

ATLAS das Cidades de Portugal, INE, Lisboa, 2002.

Cadernos SPPC – Sociedade para a Preservação do Património Construído, nº. 1, Gestão e Tutela do Património, Évora, 1996.

Cadernos SPPC – Sociedade para a Preservação do Património Construído, nº. 2, Évora, 1996.

Cartas e Recomendações Internacionais, *Informar para Proteger*, IPPAR, Lisboa, 1996.

Carta de Cracóvia, Edição DGEMN, 2000.

Estudo sobre o despovoamento dos Centros Históricos da Rede Atlante (Porto, Guimarães, Angra do Heroísmo, Évora, Santiago de Compostela e Lugo), Câmara Municipal de Évora, 2005.

La Conservation du Patrimoine - Recueil de Chartes et Autres Guides. Edição no âmbito do Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial, ICOMOS, Canadá, 1990.

Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora – Estudo Metodológico, OASISMET, Câmara Municipal de Évora, 1981 (policopiado).

Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Évora (PIDDEV), Associação de Municípios do Distrito de Évora, 1990.

Uma Estratégia para a cidade de Évora, Gabinete da Cidade, Câmara Municipal de Évora, 1994 (policopiado).

Legislação portuguesa

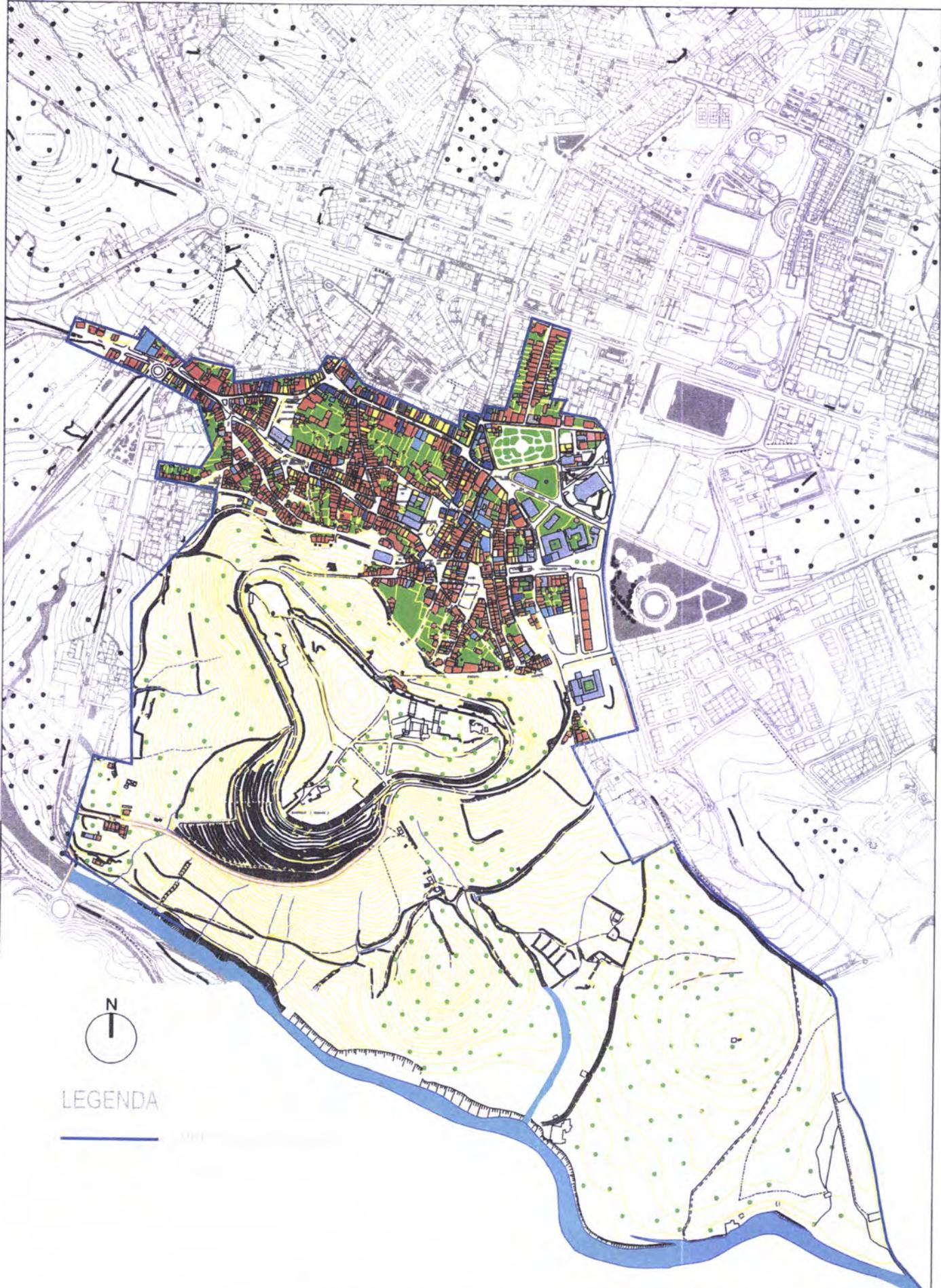
Constituição da República Portuguesa, 6ª. Revisão. Edição da Assembleia da República, 2004.

Lei de Bases da política e do Regime de protecção do Património Cultural – Lei nº. 107/2001 de 8 de Setembro.

Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, decreto-lei nº. 307/2009 de 23 de Outubro, DR - 1ª. série, nº. 206.

Regime Jurídico do procedimento de classificação dos bens de interesse cultural, das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda, decreto-lei nº. 309/2009, de 23 de Outubro, DR – 1ª. série, nº. 206.

Anexos



LEGENDA



Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico



Gestão do Centro Histórico

data: Setembro 98

escala: 1/4000

des. nº 99A

CENTRO HISTÓRICO



LEGENDA:

- EDIFICADO
- CASTELO
- ESPAÇOS VERDES URBANOS (USUOS E PRIVADOS)
- ZONAS DE PRAÇA/PASTAGEM
- TERREIROS URBANOS COM VEGETAÇÃO ARBÓREA DISPERSA
- MATAGALHO DO CASTELO
- BUIÇOS E PRAÇA
- MONTES APROXIMADOS URBANOS
- ZONA DE MATA
- RIO/ALBUFEIRA

- EDIFÍCIO NOVO
- EDIFÍCIO DO CASTELO
- EDIFÍCIO DO SANGALHO
- COLINA DO MARINHO DO ESTALMO
- SUCURMA DO BOMMO DO MENTO
- PONTOS DE VISTA PANORÁMICOS
- ZONA DE USO AGRÍCOLA
- LERDEIAS
- ZONA DE ESTACIOS



G.T.L. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico

Caracterização Física e Paisagística

Caracterização da Paisagem



data: Maio.99
 escala: 1/7000
 des. nº 10



G.T.L. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico



Malha Urbana

Vila Muralhada (época medieval)

data: Maio.2000

escala: 1/5000

des. nº 19



MALHA URBANA



IGP - Instituto Geográfico do Exército | Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico

Malha Urbana

Evolução Urbana - séculos XIII e XIV



data: Maio 2000

escala: 1/8000

des nº 20



MALHA URBANA



Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico

Malha Urbana

Evolução Urbana - século XV



data Maio 2000

escala: 1/8000

des. nº 21



MALHA URBANA



01 - Plano de Pormenor do Centro Histórico | 02 - Carta Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico

Malha Urbana

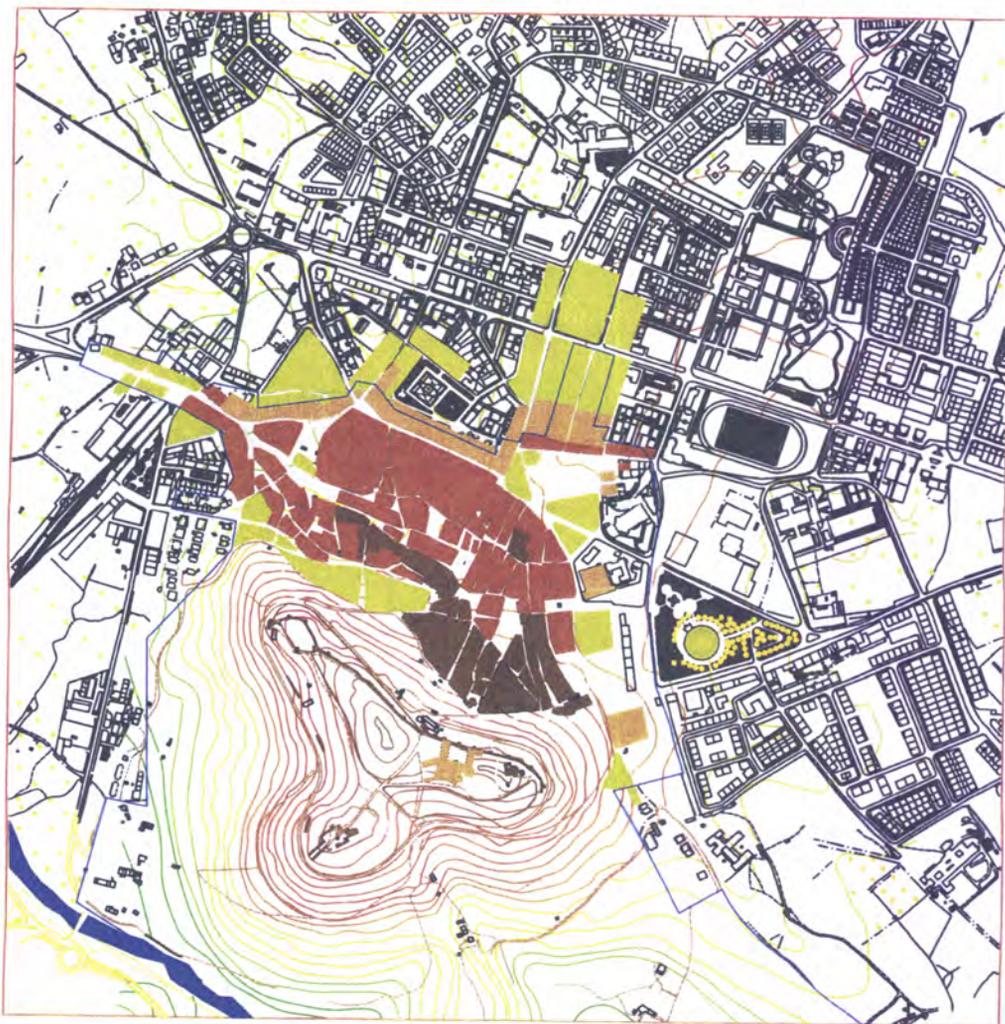
Evolução Urbana - século XVI



data: Maio 2000

escala: 1/6000

des nº 23



MALHA URBANA



G.T.L. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico

Malha Urbana

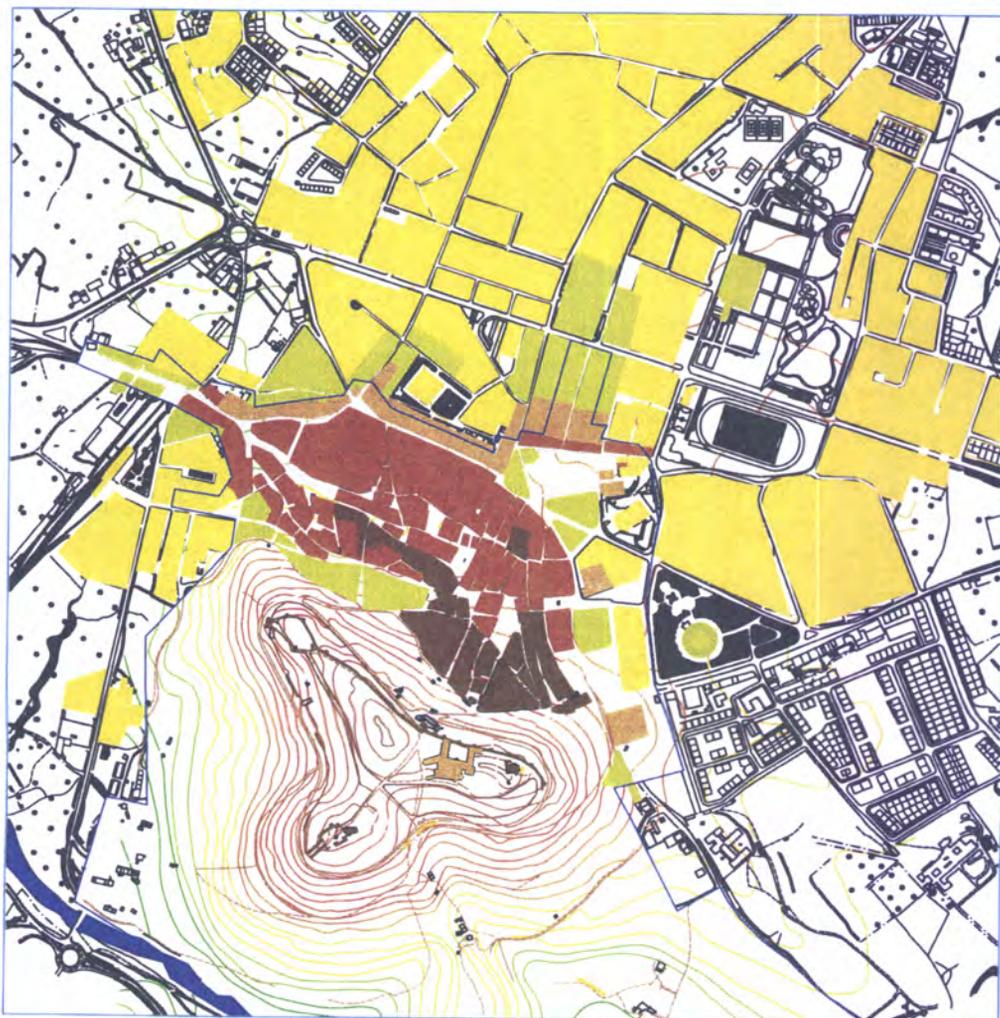
Evolução Urbana - século XVIII



data: Maio 2000

escala: 1/8000

des. nº 24



MALHA URBANA



G.T.L. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico

Malha Urbana

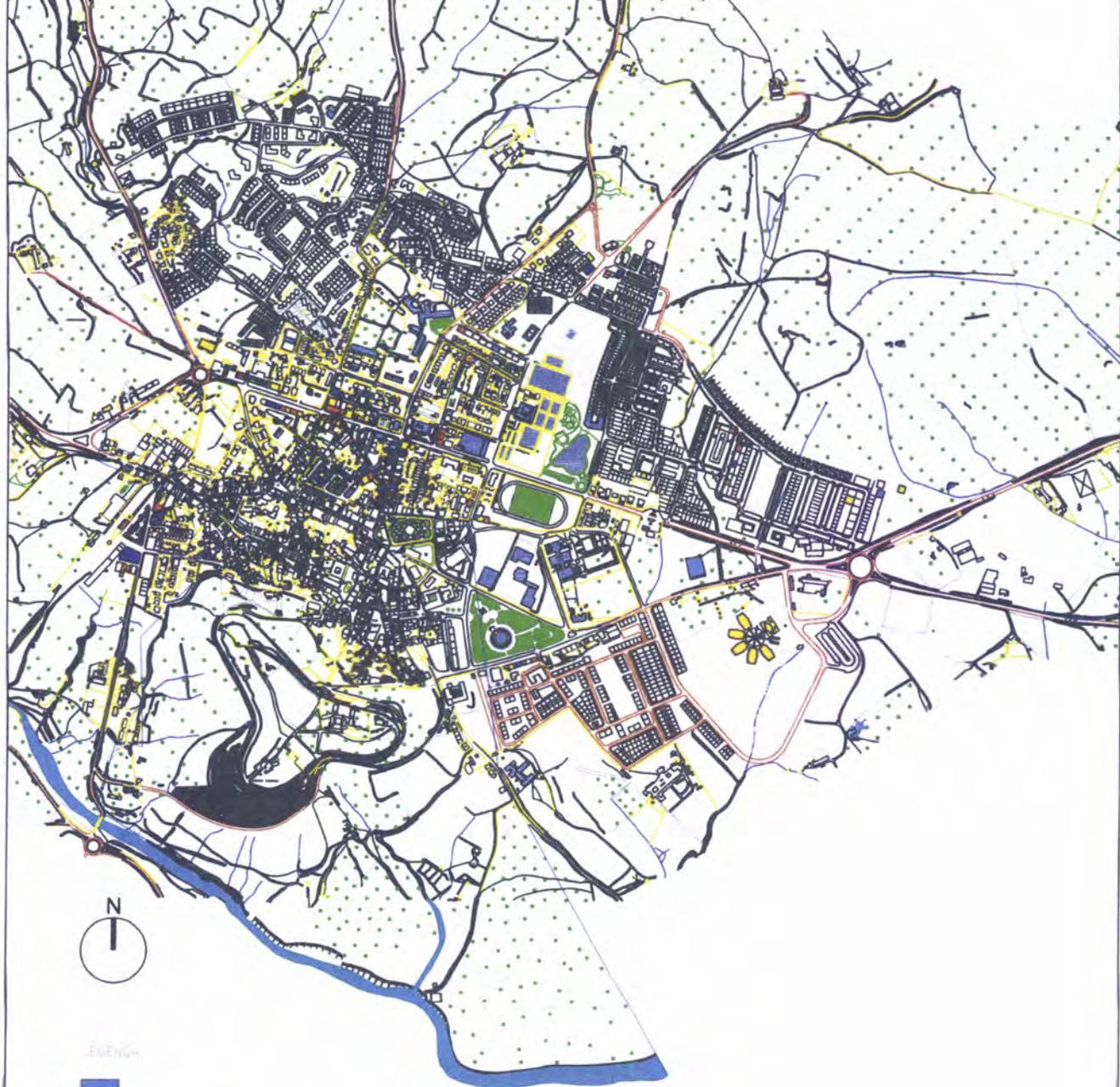
Evolução Urbana - século XX



data: Maio 2000

escala: 1/8000

des. nº 25



LEGENDA

- ZONA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO
- ZONA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL
- ZONA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO AMBIENTAL
- ZONA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO LINGUÍSTICO
- ZONA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
- ZONA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO
- ZONA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO LINGUÍSTICO
- ZONA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO LINGUÍSTICO

G.T.L. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico



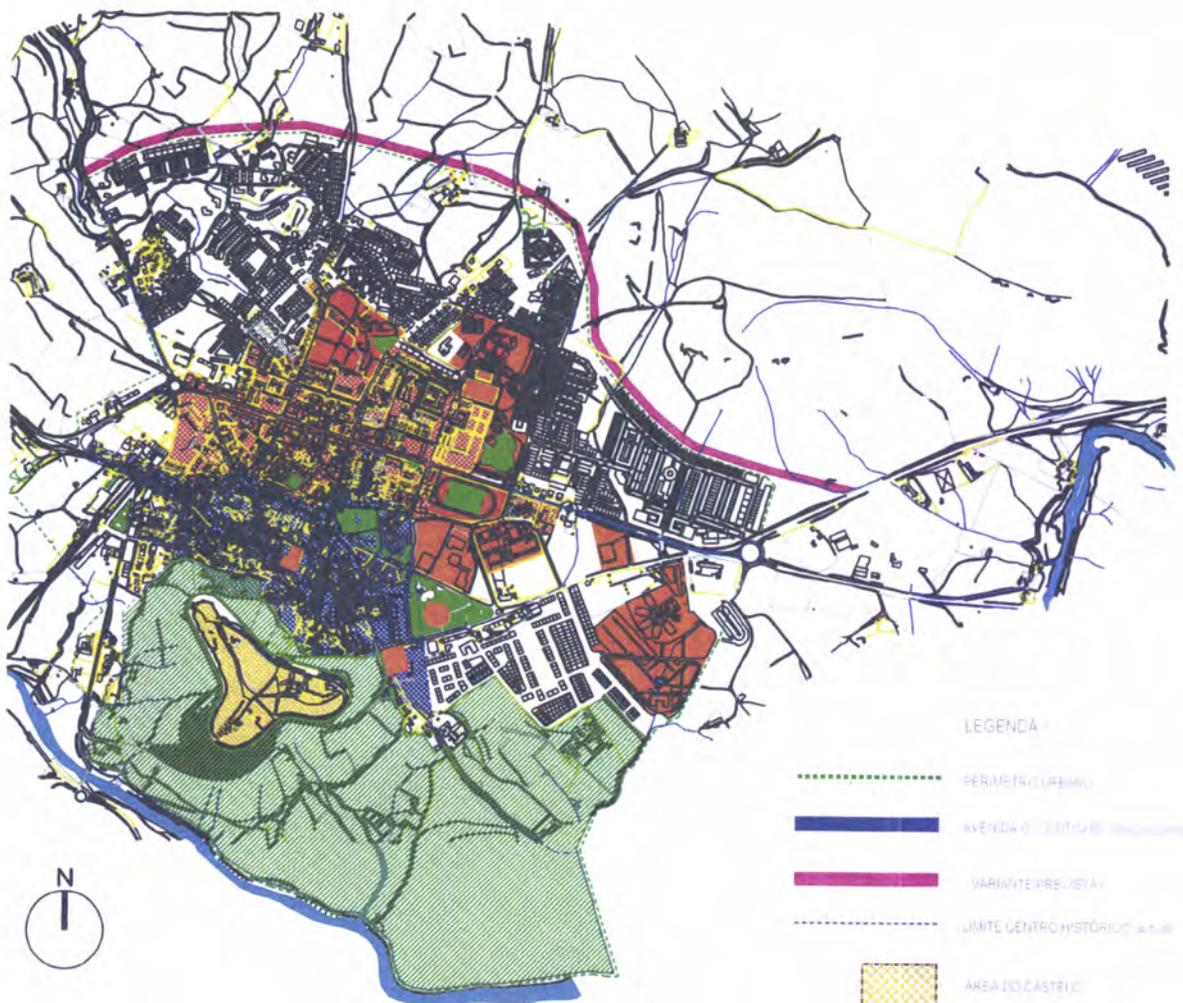
Caracterização Funcional

Planta Funcional da Cidade

data: Maio.2000

escala: 1/7000

des. nº 103



LEGENDA

-  PERÍMETRO (URBANO)
-  AVENIDA DE CASTELO
-  LIMITE PRELIMINAR
-  LIMITE CENTRO HISTÓRICO
-  ÁREA DO CASTELO
-  ÁREA CLÁSSICA DO CENTRO HISTÓRICO
-  ÁREA DE EXPANSÃO INDIVIDUAL
-  ÁREA DE INTERESSE HISTÓRICO
-  ÁREAS DE EXPANSÃO
-  UNIDADES EQUIPAMENTOS
 - Escola
 - Enferm.
 - Câmara
 - Desport.
 - Recreio e Lazer





LEGENDA

- BOM
- REGULAR
- MAU
- RUINA
- LIMITE DO CENTRO HISTÓRICO

G.T.H. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico

Caracterização Morfológica

Planta do Estado de Conservação das Fachadas

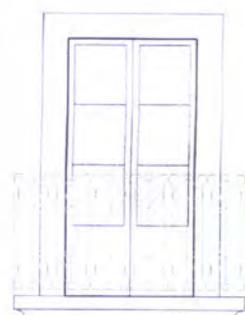
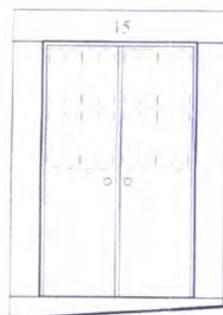
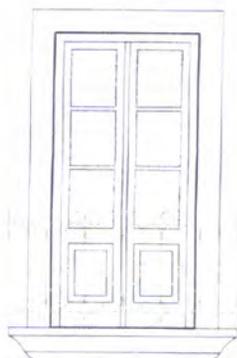
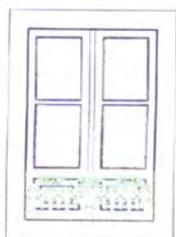
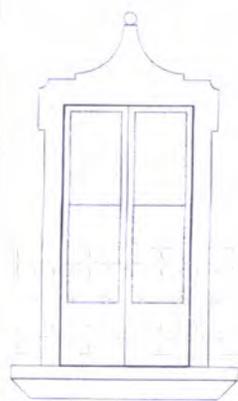


data: Setembro 98
 escala: 1/4000
 fol. nº 59



ALÇADO SUL

pormenores



G T L. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico



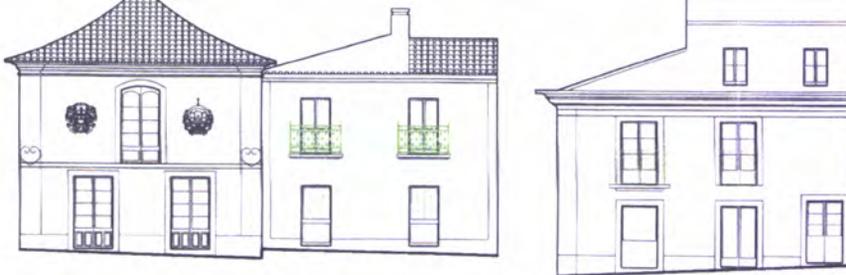
Caracterização Morfotipológica - Tipologia das Fachadas

Praça Dr. Miguel Bombarda (alçados sul e poente)

data: Maio.99

escala: 1/250

des. nº 61

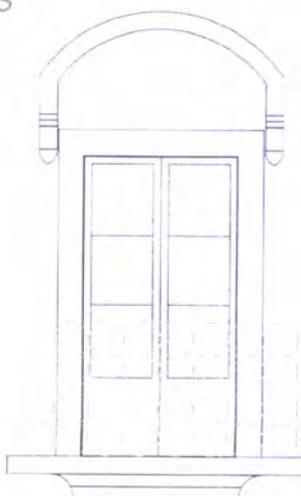
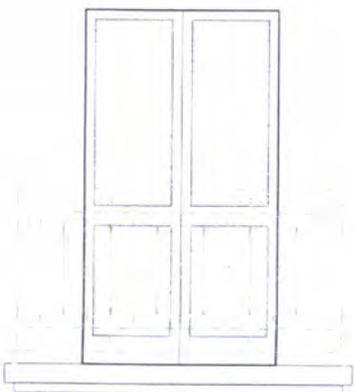


ALÇADO NORTE



ALÇADO SUL

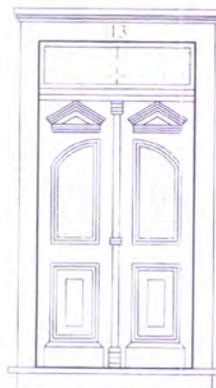
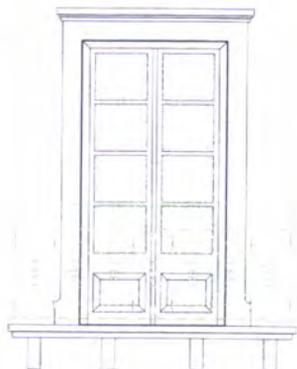
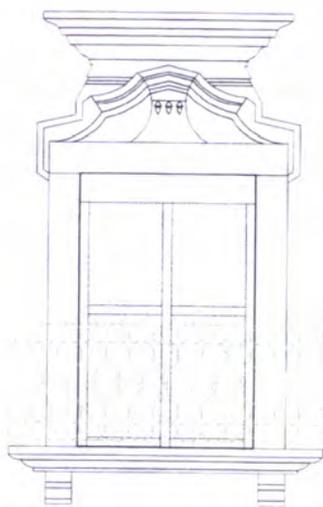
pormenores





perfil longitudinal

pormenores





pormenores





perfil longitudinal

pormenores



G.T.L. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico



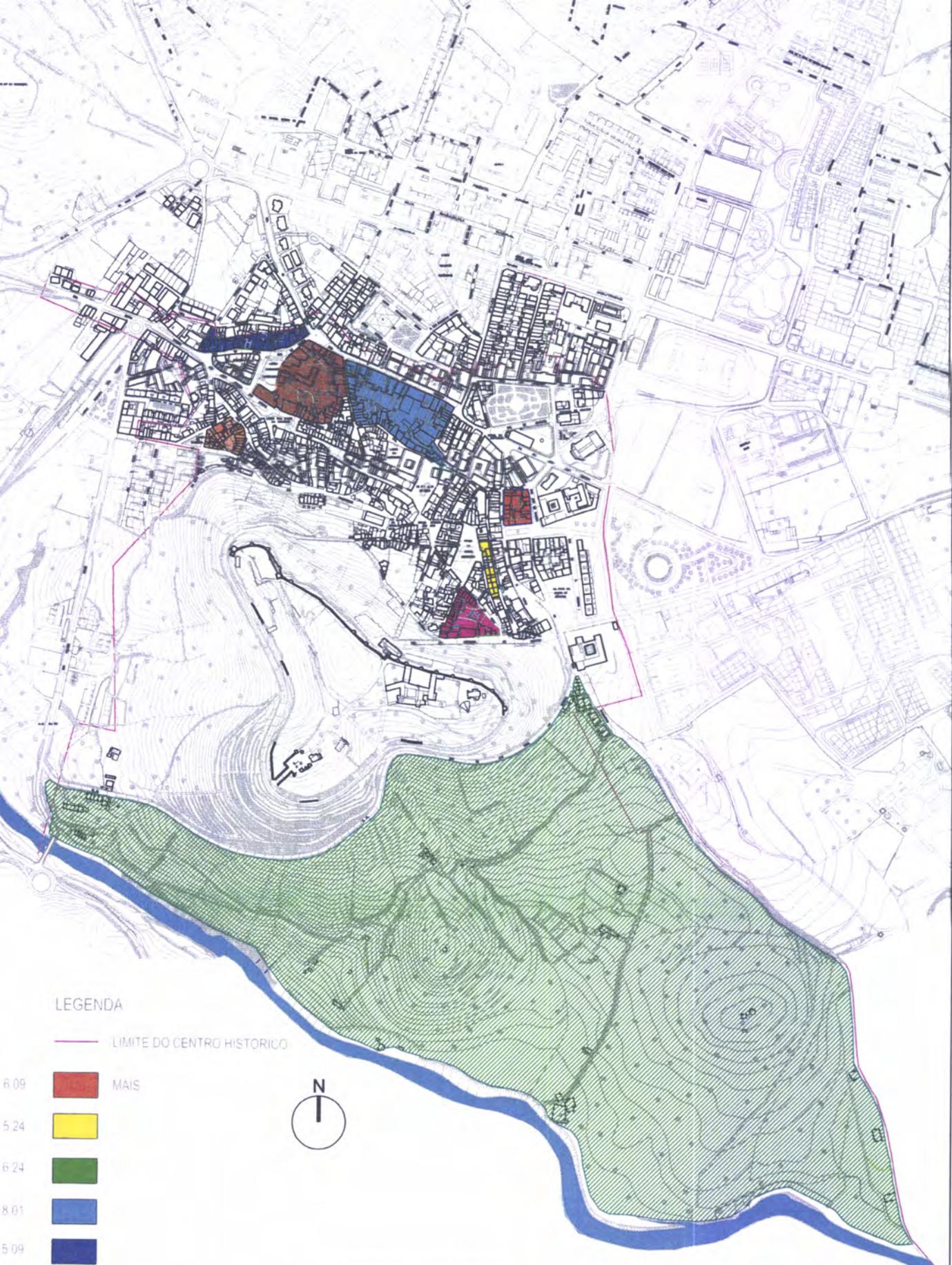
Caracterização Morfotipológica - Tipologia das Fachadas

Travessa da Mata (alçado nascente)

data: Maio.99

escala: 1/250

des. nº 69



LEGENDA

— LIMITE DO CENTRO HISTÓRICO

- 6.09 MAIS
- 5.24
- 6.24
- 8.01
- 5.09
- 6.15
- 7.08
- 7.09 MENOS



G.T.L. - Gabinete do Centro Histórico

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação Urbana do Centro Histórico

Caracterização Socio-Económica e Urbanística do Centro Histórico

Base Cartográfica - Quarteirões Mais Críticos



data: Maio.2000

escala: 1/4000

fol. nº 104